

pauta

DEZEMBRO 2015
/ JANEIRO 2016
Nº 2

Revista do Sindicato dos Jornalistas
Profissionais de Minas Gerais

Jornalistas
de Minas 
Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais

MARIANA:

A NECESSIDADE DO JORNALISMO



70 ANOS:

HISTÓRIA RECONTADA



ESTADO DE GREVE

www.eg.com.br

BELO HORIZONTE, JANEIRO DE 2016

Diários Associados: JORNALISTAS ESCREVEM SUA HISTÓRIA



A gente não mede esforços para estar junto de você.

A Assembleia de Minas está presente em todo o Estado. Só neste ano, as comissões de deputados já percorreram mais de 60 mil quilômetros, fiscalizando ações, promovendo debates e escutando a opinião dos mineiros. E, mesmo quando a Assembleia não vai até a sua cidade, você pode acompanhar tudo e participar do que acontece aqui, através do Portal e da TV Assembleia. A emissora, que está comemorando 20 anos, transmite as atividades parlamentares ao vivo e oferece uma programação exclusiva, com notícias, eventos, debates e conteúdo educativo, 24 horas por dia. As nossas portas estão sempre abertas para você.

Assista à TV Assembleia nos canais a cabo 11, analógico 35 e digital 61.2 ou pelo Portal almg.gov.br/tv



ALMG

Timóteo



FBZCCOM

Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais

Gestão 2014-2017

Diretoria Executiva:

Kerison Lopes – Presidente; Alessandra Mello – Vice-presidente; Verônica Pimenta – diretora Secretária; Marcelo Fiuza – diretor Financeiro; Bruno Couto – diretor de Fiscalização.

Diretoria Setorial: Aloísio Moraes Martins – diretor de Organização Administrativa; Marcelo Portela – diretor de Saúde; Andrea Castello Branco – diretora de Formação Profissional; Mariana Viel – diretora de Integração com Escolas de Comunicação; Artenius Daniel – diretor Cultura; Gildemir Lima – diretor de Comunicação; Arlan França – diretor de Assessorias de Comunicação; Gê Alves – diretora de Relações Institucionais; Rômulo Moreira – diretor de Direito Autoral e Imagem; Neide Pessoa – diretora de Aposentados e Previdência; Rogério Hilário – diretor Jurídico; José Augusto Filho – diretor Regional Norte; Francisco Pereira – diretor Regional Sul; Erival Alves – diretor Regional Triângulo e Alto Paranaíba; Paulo Sérgio de Oliveira – diretor Regional Leste.

Conselho Fiscal: Marcos André Ribeiro – Efetivo; Marcos Erlan – Efetivo; Eduardo Motta – Efetivo; José Milton Santos – Suplente; João Paulo Dias – Suplente; Luís Carlos Bernardes – Suplente.

Revista Pauta

Colaboraram nesta edição: Alessandra Mello, Aline Frazão, Alisson Silva, Aloísio Lopes, Ana Paola Amorim, Ana Paula Pedrosa, Arfoc-MG, Artênus Daniel, Breno Pataro, Bruno Bou, Carlos Avelin, Carlos Cândido, Celso Travassos, Cláudio Cunha, Cristina Moreno, Dinorah do Carmo, Edilene Lopes, Edson Martins, Eneida da Costa, Etiene Martins, Geraldo Elisio, Gil Sotero, Gustavo Ferreira, Henfil, Joana Tavares, João Carlos Firpe Penna, João Paulo, João Sampaio, José Maria Rabêlo, Kerison Lopes, Laura Capriglione, Leo Drumond, Manoel Marcos Guimarães, Marcelo Freitas, Marcelo Pinheiro, Marcos Alvarenga, Maria José Teixeira, Murilo Rocha, Nilson Azevedo, Nilson Lage, Osvaldo Afonso, Paulo Lott, Ricardo Amaral, Samuel Gê, Sandra Kiefer, Sílvia Lourenço, Symphonio Veiga, Valéria Said.

Projeto gráfico: Jacqueline Arimura (Vilarejo Comunicação)

Endereço: Avenida Álvares Cabral, 400, Centro, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP 30170-000. Telefone: (31)3241-5011.

Tiragem: 2.000 exemplares. Distribuição gratuita.

Jornalistas de Minas
Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais

EDITORIAL



Foto: Lidiane Pontano

GETÚLIO, CHATEAUBRIAND E OS JORNALISTAS

Em 1962, o presidente João Goulart, herdeiro político de Getúlio Vargas, considerado o pai da legislação trabalhista brasileira, assinou a lei que criou o 13º Salário. Foi talvez a instituição mais duradoura do presidente deposto dois anos depois por um golpe militar. Nem a ditadura nem o neoliberalismo, com seus famigerados atentados aos direitos dos trabalhadores, ousaram extinguí-lo.

Em 1968, morreu o empresário Francisco de Assis Chateaubriand, deixando como herança um império de veículos de comunicação espalhados por todo o Brasil e como herdeiros seus colaboradores prediletos. Eram os Diários Associados, grupo que até a ascensão vertiginosa da Rede Globo, durante a ditadura, dominou a opinião pública no País e até hoje, passados quase 50 anos da morte do seu fundador, é rico e poderoso.

Política e comunicação se confundem no Brasil, ontem como hoje, e em dezembro passado, estas figuras históricas e instituições voltaram a se encontrar. A sede do jornal Estado de Minas localiza-se na Avenida Getúlio Vargas; a sede da TV Alterosa fica na Avenida Assis Chateaubriand – antiga Avenida Tocantins, que teve seu nome mudado para homenagear o magnata, numa demonstração da força política dos Diários Associados, dos quais fazem parte o Estado de Minas e a Alterosa.

Neste novo encontro entre Getúlio e Chateaubriand, entre o 13º Salário e os Diários Associados, os protagonistas no entanto foram os trabalhadores. Especificamente, os trabalhadores do jornal Estado de Minas e da TV Alterosa, do jornal Aqui e dos portais Uai e em.com.br. Num movimento histórico, eles disseram basta à sucessão de desrespeitos aos direitos trabalhistas pela empresa, cujo ponto culminante foi o não pagamento do 13º.

Esses bravos colegas que pararam o trabalho para escrever a História, em defesa da dignidade profissional, mereceram a matéria de capa desta edição. Recheada de iniciativas importantes que estão revigorando a profissão, Pauta destaca também como a brilhante cobertura da catástrofe de Mariana demonstrou mais uma vez a importância social do jornalismo. A resistência democrática dos jornalistas ao golpe e as comemorações dos 70 anos do Sindicato são outros dos variados assuntos que a revista oferece, com muito esforço e orgulho, aos leitores.

Kerison Lopes, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais

NESTA EDIÇÃO

- 6 JOSÉ MARIA RABELO
- 7 JOÃO CARLOS FIRPE
- 8 VALÉRIA SAID
- 10 NILSON LAGE
- 11 JOÃO PAULO
- 14 EDILENE LOPES
- 16 SANDRA KIEFER
- 18 ALINE FRAZÃO
- 20 MURILO ROCHA
- 22 COMISSÃO DA VERDADE
- 24 JOÃO SAMPAIO
- 27 ETIENE MARTINS
- 28 JOANA TAVARES
- 30 LAURA CAPRIGLIONE
- 32 ENTREVISTA: MARINA AMARAL
- 35 ENTREVISTA: CELSO SCHRÖDER
- 38 CRISTINA CASTRO
- 41 5º ENCONTRO NACIONAL DE BLOGUEIROS
- 42 ANA PAOLA AMORIM
- 43 ANA PAULA PEDROSA
- 44 RICARDO AMARAL
- 46 GERALDO ELÍSIO
- 48 ARTÊNIO DANIEL
- 50 SYMPHRONIO VEIGA
- 52 GIL SOTERO
- 54 A CIDADE E OS JORNALISTAS
- 56 MARCELO FREITAS
- 58 TERRORISMO DE DIREITA
- 60 OS CRIMES ESCONDIDOS DA DITADURA
- 67 PAULO LOTT
- 69 MANOEL MARCOS
- 70 DINORAH DO CARMO
- 71 ENEIDA DA COSTA
- 72 ALOÍSIO LOPES
- 73 HOMENAGEM
- 74 CARLOS CÂNDIDO
- 75 NILSON AZEVEDO
- 79 IMPRENSA ESTRANGEIRA
- 90 EDSON MARTINS

CAPA: JACQUELINE ARIMURA
COM FOTO DE KERISON LOPES

80 CAPA: JORNALISTAS DOS DIÁRIOS ASSOCIADOS ESCREVEM SUA HISTÓRIA



12 MARIANA: A NECESSIDADE DO JORNALISMO



62 DIRETORIA DA CASA E COMISSÃO DE ÉTICA



39 PAULO HENRIQUE AMORIM E O QUARTO PODER



64 MEMÓRIA: HISTÓRIAS DOS 70 ANOS DO SINDICATO



PRÊMIO CDL/BH DE JORNALISMO

4ª
Edição

CDL/BH, O COMÉRCIO
EM AÇÃO.



O “Prêmio CDL/BH de Jornalismo” está de olho nas suas reportagens de televisão, rádio, impresso e sites de notícias.

Não fique de fora! As inscrições terminam no dia 23 de dezembro de 2015.

Serão quatro premiados com vale-viagem no valor de R\$ 5 mil cada. E o grande vencedor receberá o valor do seu prêmio em dobro.

**Para embarcar nessa viagem, acesse
premiodejornalismo.cdlbh.com.br**

Realização:



Apoio:



O ÓDIO DAS ELITES

■ JOSÉ MARIA RABÊLO

Acostumadas a séculos de amandonismo, as elites nunca aceitaram tranquilamente qualquer resultado de eleição que não as favoreça. Na última disputa presidencial, acharam que iriam vencê-la com o candidato tucano Aécio Neves. Até contrataram algumas pesquisas que lhes garantiam a vitória, todas elas com mais de 10 pontos de vantagem sobre Dilma. Em Belo Horizonte chegaram a comemorá-la. Quando veio o resultado final, a chamada voz rouca das urnas, foi uma verdadeira catástrofe, da qual ainda não se refizeram.

Mas não desistiram. Se os fatos não eram os esperados, partiram para a tentativa delirante de mudá-los. Surge então a ideia do impeachment da candidata eleita, para dar-lhes o triunfo que não conseguiram no voto. Isso, entretanto, não era tão simples como esperavam, e foram sucessivas as derrotas ao longo do caminho. A última, pouco antes de redigirmos este artigo, foi o voto dos ministros Teori Zavascki e Rosa Weber do STF, Supremo Tribunal Federal, que jogou por terra a manobra para facilitar irregularmente o trâmite do impeachment no Congresso. Mas, não desistem, procurando novas manobras para atingir seus fins puramente golpistas.

Para as elites, repetimos, não é tolerável um governo que não seja a expressão de seus interesses. Não faltam evidências dessa lógica implacável, aqui e em outros países, como aconteceu, por exemplo, no golpe contra Allende, no Chile, em 1973, cujo processo vivi por dentro ao estar exilado lá.

Para ficar apenas na história recente do Brasil, podemos lembrar o calvário de Getúlio Vargas, que acabou disparando um tiro no coração, sentindo-se acuado pelos seus inimigos civis e militares. João

Goulart também sofreu na pele o ódio e a violência das oligarquias, que lhe tiraram o poder para transferi-lo aos generais, com todas as conseqüências que conhecemos. Com Lula os fatos se repetiram, embora não tenham conseguido livrar-se dele, em virtude de sua forte base de sustentação popular.

O que estamos vendo atualmente não foge à regra. Os que sempre se consideraram os donos do Brasil não admitem conviver por mais tempo com um governo que não é seu. Ainda mais com a hipótese da eleição de Lula em 2018 e de uma eventual reeleição em 2022, o que significaria permanecer quase um quarto de século fora do poder. Daí, o ódio, o inconformismo, a histeria de que as elites se acham possuídas.

Os alegados “erros do governo” – incompetência administrativa, atos de corrupção etc. – são meros pretextos para os expedientes golpistas, como as tentativas de impeachment e de anulação das eleições. O que combatem não são aqueles possíveis ou supostos erros. Ao contrário. O que combatem são os acertos dos governos Lula e Dilma a favor dos menos protegidos, tais como a valorização do salário mínimo, o Minha Casa, Minha Vida, a expansão do SUS, a Lei das Domésticas, o acesso à universidade pelos pobres, o programa Mais Médicos, o Bolsa Família, num amplo projeto de democratização da sociedade.

É isso que egoisticamente as elites não podem aceitar.

Leio nos jornais, vejo nas TVs, Louço nas rádios e acompanho nos portais, todos os dias, sete dias por semana, que o Brasil vive a pior crise econômica dos todos os tempos. Uma crise sem precedentes, que vai nos arrastar para os pior dos mundos. Como jornalista econômico há mais de 30 anos, conheço pelo menos um pouco do que são “crises” de verdade. Só para dar um exemplo: os “absurdos” 9% de desemprego de hoje já foram 18%. A “astronômica” taxa de juros do Banco Central (taxa Selic) de 14% de hoje foi de 45%. Sabem quando? No governo do presidente que governou antes do Lula.

Sabem o “respeitável” economista Maílson da Nóbrega, que escreve em revista e é fonte de TVs? Deixou o governo Sarney com inflação de 80% ao mês, contra os 9% ao ano hoje.

Evidentemente que não acho que o contexto atual é bom, muito menos que a inflação está sob controle, mas o bom jornalismo precisa oferecer reflexões e análise para a sociedade – e não engrossar o coro do quanto pior melhor.

Sim, o país vive uma crise – mas uma crise política, arquitetada a partir da noite de domingo do final de outubro do ano passado, no instante em que o país conheceu oficialmente o resultado das eleições presidenciais.

E por que a crise política tem como objetivo paralisar a economia do país? Não há um contrassenso nisto? Afinal, uma economia saudável não é boa para todo mundo? O empresário produz e tem lucro; o trabalhador trabalha e tem renda; o comércio vende e cresce; o setor financeiro gera créditos e fatura com os juros; e o governo recolhe tributos e eleva sua arrecadação. Ou seja, a roda do capitalismo vai rodando, sem crises... Tudo certo, então?

Só que não. O capitalismo não foi feito para funcionar “para todos”. Sua essência, baseada na chamada “mais valia” (leia-se exploração do homem pelo homem), é a da exclusão. Por isso, não faz sentido essa lógica do Brasil que, nos últimos 12 anos, resolveu “dar

PORQUE O BRASIL QUE DÁ CERTO... NÃO PODE DAR CERTO

■ JOÃO CARLOS FIRPE PENNA

certo”, eliminando a pobreza extrema e saindo do Mapa da Fome, como constatou a ONU (vide notícia de pé de página nos “grandes jornais” de 17 de setembro de 2014).

Esse mesmo Brasil que acaba de completar 10 anos consecutivos de redução da desigualdade social, como constatou a Pnad, do IBGE (vide notícia de pé de página nos “grandes jornais” do dia 14 de novembro de 2015).

E, ainda, este Brasil que reduziu a fome em 82% em 12 anos, como revelou relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) – a maior queda registrada entre as seis nações mais populosas do mundo (vide notícia de pé de página nos “grandes jornais” do dia 28 de maio de 2015).

Vejam que os avanços são extraordinários para quem vibra, como eu, com uma sociedade mais justa e com maior distribuição de renda. E as fontes são as mais isentas, como a ONU, o IBGE e a FAO.

Como se vê, o Brasil está cheio de boas notícias econômicas e sociais que poderiam virar manchetes – mas não viram, pois os agentes que não foram os protagonistas desses fatos inéditos e essenciais para o país arquitetaram uma crise política para não permitir os avanços do Brasil que dá certo. E não cansam de dedicar o espaço mais nobre da mídia para só repercutir a “crise”. Um conluio entre empresas de comunicação, jornalistas e partidos de oposição.

Resta esperarmos o caminhar da história para ver se essa década que tanto transformou o país terá mudado os paradigmas de inclusão e cidadania em nosso país – ou terá sido apenas um suspiro de esperança no caminhar da humanidade.



JOSÉ MARIA RABÊLO
é vice-presidente da Casa do
Jornalista.

foto CLÁUDIO CUNHA



JOÃO CARLOS
FIRPE PENNA é
jornalista.

foto LEO DRUMOND

PARA QUE SERVE UMA COMISSÃO DE ÉTICA SINDICAL?

VALÉRIA SAID

Em 15 de outubro, a Comissão de Ética e Liberdade de Imprensa foi reinstalada pela diretoria do Sindicato. Nos 70 anos da nossa entidade, é um bom motivo para se comemorar, diante da importante contribuição desse órgão na qualificação profissional da categoria, ainda que pouco reconhecido pelos próprios jornalistas.

É fato que os avanços tecnológicos globais, inseridos num cenário de concentração midiática, historicamente mais aviltante no Brasil, têm obrigado a todos nós, do campo jornalístico, a refletir como essas mudanças têm incidido em nossa identidade profissional, mas, principalmente, em que condições devemos reafirmar nossos imperativos categóricos éticos, como o compromisso com a verdade, o princípio do contraditório e a diversidade de fontes, tendo por pressuposto moral a inexorável função social do jornalista e do jornalismo, numa Democracia.

Em agosto de 2007, nosso código de ética foi revisado pela quarta vez (as alterações anteriores aconteceram em 1987, 1968 e 1949), em Congresso Extraordinário da categoria, com a colaboração de profissionais, professores e das comissões de ética sindicais, a fim de modernizar alguns trechos e incluir cláusulas e cuidados especiais na relação dos jornalistas com a sociedade. Por

exemplo, o artigo 13º é considerado um avanço nas relações profissionais: trata-se da cláusula de consciência, e que tem gerado polêmicas dentro das redações.

Entretanto, apesar dessa revisão ter sido democraticamente bem conduzida pela nossa federação, a Fenaj, sabemos que nenhum código de conduta tem poder de decretar que profissionais se tornem mais éticos. Como nos alerta o jornalista e professor de Ética Francisco Karam: “a necessidade de escrever o que uma categoria profissional deve fazer profissionalmente é mais ou menos reconhecer que a consciência não adere, espontaneamente, aos pressupostos ontológicos, epistemológicos e morais de uma atividade”. E que respostas para dilemas éticos não serão encontradas de pronto nessas regras de conduta, que são inerentemente limitadas. Todavia, é a partir desses princípios deontológicos, no caso, dos artigos do nosso código, que podemos identificar quando desvios profissionais afrontam o perfil ético que a profissão exige e distorcem a função social da atividade.

Por isso, é preciso tornar o Código de Ética dos Jornalistas mais

conhecido, não só pela categoria, mas pela própria sociedade, tendo em vista que nossa profissão existe para garantir o direito inalienável do cidadão a informações de relevância pública, eticamente bem apuradas e esteticamente e tecnicamente bem apresentadas. Com efeito, a liberdade de imprensa tem como contrapartida a responsabilidade pelas informações divulgadas.

É mais do que desejável que se tenha um código de conduta bem assimilado pela categoria, mas é imprescindível operacionalizá-lo, conforme prevê o artigo 15 do nosso Código: “As transgressões ao presente Código de Ética serão apuradas, apreciadas e julgadas pelas comissões de ética dos sindicatos e, em segunda instância, pela Comissão Nacional de Ética”. Mas, para além de uma função judicante, a Comissão de Ética do Sindicato vai atuar como mecanismo de responsabilização social da categoria, semelhante aos MARS (Meios de Assegurar a Responsabilidade Social da Mídia), proposto por Bertrand (A Deontologia das Mídias, 1999). Ou seja, num claro movimento de práxis pedagógica e jornalística, nossa Comissão pretende ser catalisadora de uma cultura profissional responsável, promovendo os valores do jornalismo de qualidade.

Enfim, nossa recém-reinstalada Comissão de Ética e Liberdade de Imprensa, órgão autônomo e independente, vai se pautar por ações proativas, ao motivar os jornalistas mineiros a refletirem e discutirem seus dilemas éticos, seus limites de atuação e seu próprio campo de trabalho. Afinal, a virtude profissional é um estado de caráter, uma excelência que deve ser praticada cotidianamente, contextualizando Aristóteles. E vai ser determinante para a eficácia da Comissão a participação da categoria e o seu grau de envolvimento nas atividades promovidas pelo órgão, inclusive, como forma de reforçar nossa identidade profissional, em tempos de identidades fragmentadas.

Valéria Said discursa na cerimônia de posse da Comissão de Ética do Sindicato

foto SAMUEL GÊ



VALÉRIA SAID
é presidente da
Comissão de Ética
e Liberdade de
Imprensa, professora
de Ética e Teorias do
Jornalismo, militante
do movimento Slow
Fashion, que defende
a ética e o consumo
consciente na moda.

ÉTICA E FUTURO DO JORNALISMO

NILSON LAGE

Fala-se muito do que as coisas são e pouco do que deveriam ser; daí a oportunidade, agora, de escrever sobre a ética no jornalismo – não apenas a proteção da privacidade dos indivíduos (como a veem, geralmente), mas o compromisso amplo, íntimo e consciente com aquilo que, com boas e defensáveis razões, se acredita ser verdade.

Vale nada mostrar que alguns dos mais afamados jornalistas da mídia brasileira são meros agentes da publicidade contra – aquela que só fatura na caixa dois e fornece os melhores ganhos, senão das empresas jornalísticas, dos donos delas. Nem observar que o jornalismo ético apenas se sustenta se o jornalista de carne e osso se sustenta.

No mundo do que deveria ser (e, portanto, nos motiva a tentar mudar aquilo que é), a questão central é estabelecer a quem cabe institucionalmente zelar por essa ética.

A entidade sindical ou associação esbarra no contraditório ao defender, ao mesmo tempo, a abstração universal da ética e a pessoa concreta do associado que, supostamente, a infringiu.

Contornando esse impasse e atendendo à especificidade dos ofícios, os conselhos profissionais, com atribuições similares às das guildas ou mesterais da Idade Média, cuidam da obediência às normas da atividade e a lisura de seu exercício.

No entanto, essa forma de organização, tão antiga mas, ainda assim, não alcançada pelo jornalismo brasileiro, é

o que agora se contesta. Com a contaminação dos diferentes setores da atividade humana pelo capitalismo, a luta de classes penetrou fortemente nessas instituições: os conselhos, progressivamente controlados pelas organizações profissionais mais poderosas, passam a expressar interesses oriundos de suas relações financeiras.

É o que ocorre com conselhos de medicina, dominados por grupos hospitalares e planos de saúde, e com conselhos de advogados, instrumentalizados por escritórios que representam o grande capital e as transações da elite.

O mundo que se desenha para o futuro não será, certamente, o mundo do trabalho. Não que ele deixe de existir ou ser relevante; apenas, ocupando mais máquinas do que gente, deixará de ser o parâmetro pelo qual se julgam as pessoas – substituído por valores como a honra, a lealdade, a posição social, a atuação comunitária ou quaisquer outros. Nesse contexto, ficará mais evidente que a ética do jornalismo, como a da medicina ou do direito, transcende as categorias profissionais abrangidas porque interessa à sociedade inteira.

Que tal, então, fazer da ética do jornalismo a primeira a ser tema e direito de todos os cidadãos?

JÁ VAI TARDE

JOÃO PAULO

Nos últimos anos temos acompanhado uma ladainha sobre a crise da imprensa. Dizem que o negócio não se adapta ao novo mercado criado com os meios digitais; que a capacidade de interpretação do mundo ficou refém da rapidez; e que a linguagem se dissolve em modelos de entretenimento e planura. O espaço da pluralidade foi trocado pelo pensamento único. São juízos corretos, mas que não retratam o jornalismo em si, mas certo tipo de jornalismo.

O que está morrendo é um padrão de produção industrial, altamente concentrado, com pesadas barreiras de entrada, sustentado historicamente por privilégios, que arroga a si o direito de informação como propriedade e não como um mandato exercido em nome da sociedade. Os grandes jornais, usando da finória capacidade de adaptação do capitalismo, sempre souberam correr para o lado certo nos momentos de dificuldade. E dá-lhe subsídios e verbas publicitárias públicas. Não existe nada mais político que a chamada mídia técnica.

Os jornalistas precisam se destacar do cenário patronal. Não somos sócios, mas empregados. Durante muito tempo a identidade profissional era dada pela qualidade do trabalho, pelo uso dos espaços de contradição, pelo pertencimento a uma categoria, pelo evangelho destemido dos fatos. De um tempo pra cá, o orgulho profissional passou a se confundir com a subsistência da empresa.

Se o mundo mudou – e estamos noticiando isso o tempo todo –, está na hora de alterar a maneira de produzir e distribuir informação. Olhar para frente.

O momento é desafiador. A capacidade de vocalização se democratizou. Além disso, a imprensa não silencia mais a divergência do mundo real. Antigamente, o que não era publicado não frequentava a arena pública, hoje a imprensa hegemônica é apenas um dos raios dessa roda. Colocar notícias

no mundo está mais fácil, por isso dispor de informação de qualidade se torna uma operação de maior peso ético.

Os jornalistas entendem mais de jornais que seus proprietários. Aliás, cada vez mais, os donos de jornais parecem detestar o que fazem. É um negócio lento, que não dá tanto dinheiro como gostariam, nem tanto prestígio como já tiveram. Além disso, depende de um monte de sujeitos complicados que são capazes de heresias como exigir direitos e insistir em publicar a verdade. O novo cenário convoca outra forma de entrada no jogo da informação. O rumo do jornalismo será dado por quem produz notícia, participa do esforço coletivo de narrar o mundo e se engaja na defesa da informação capaz de qualificar as decisões democráticas.

Há dezenas de experiências interessantes no mundo, inclusive no Brasil, que precisam ser conhecidas. Do jornalismo popular à mais sofisticada publicação segmentada, passando pelas experiências coletivas, independentes e aquelas que visam aumentar o custo da mentira, aparelhando o cidadão para a crítica do discurso público. Tudo está na mira da inovação: o tratamento da informação, a relação com o público, a formação do profissional e a forma de configurar o negócio de maneira sustentável. O novo concerto da informação terá múltiplas vozes e modelos.

Existe uma oportunidade real para virar o jogo. Pela primeira vez na história a informação vale mais que os meios de produção. A técnica, ao contrário do que apregoam os apocalípticos, tem tudo para fortalecer o primado da inteligência sobre a grana.

Se alguém vai chorar a morte dos grandes jornais, que não fazem jornalismo, mentem de forma contumaz, trocam o editorial pelo eleitoral a cada dois anos, achacam despidoradamente e constroem profissionais, que o faça sozinho. Para mim, eles já vão tarde.



NILSON LAGE é jornalista desde 1955. Professor aposentado das universidades Federal do Rio de Janeiro e Federal de Santa Catarina.



JOÃO PAULO é jornalista, formado também em filosofia e psicologia. É colunista do jornal Brasil de Fato e presidente do BDMG Cultural.

foto
CLÁUDIO CUNHA



A NECESSIDADE

No meio do maior desastre ambiental da história do país, o jornalismo é por enquanto a melhor notícia. Nele, jornalistas demonstraram mais uma vez que são imprescindíveis. E a população redescobriu a importância do jornalismo para defender seus direitos. Movidos pelo fato – o rompimento das barragens de rejeitos de minérios da Samarco, em Mariana – veículos de comunicação em crise despertaram; repórteres que andavam desanimados saíram das redações e fizeram o que fazem melhor: reportagem.

Os profissionais mineiros se mobilizaram, equipes vieram de fora, correspondentes estrangeiros foram enviados para a cobertura, veículos inovadores como o Jornalistas Livres perceberam logo a grande notícia. Diante de poderes tão grandes quanto o das mineradoras Vale e BHP Billiton, controladoras da Samarco – cuja influência econômica e política seduz governos, veículos de comunicação, organizações não governamentais, comunidades e até trabalhadores –, a imprensa, profissional e comprometida com a informação, é fundamental. Sem ela, não há democracia.

As barragens da Samarco em Mariana e lugares ao redor, antes do desastre

foto MARCELO PINHEIRO



DO JORNALISMO

Graças ao trabalho dos jornalistas, a extensão do desastre não pôde ser ignorada. Tampouco esse trabalho poderá ser interrompido, sob pena de as ações necessárias para reparar os danos humanos e ambientais não se efetivarem. Mais do que isso, a lama tóxica que matou o Rio Doce mostrou a urgência de uma nova mentalidade e uma nova política ambiental, que considerem a vida e não o lucro em primeiro lugar.

As demonstrações de vigor dadas por veículos privados e públicos (as coberturas da Rede Minas e da TV Brasil foram boas surpresas) e a experiência acumulada na prática pelos profissionais da imprensa apontam para uma mudança de paradigma também na imprensa. Nas páginas seguintes, PAUTA publica depoimentos de profissionais que cobriram a catástrofe, imagens locais antes e depois do rompimento da barragem e alguns exemplos da renovação pela qual passa o jornalismo.

O distrito de Bento Rodrigues, em Mariana, coberto por um mar de lama

foto GUSTAVO FERREIRA /JORNALISTAS LIVRES

AINDA TENHO MUITAS PERGUNTAS PARA FAZER

EDILENE LOPES

Quando saí pra trabalhar na quinta-feira, eu nem imaginava que voltaria pra casa cinco dias depois. De calça social, sapatinho de salto, eu estava cobrindo um evento que discutia mineração, quando minha chefe me ligou e avisou que eu teria que ir correndo pra Mariana porque havia rompido uma barragem. Passamos na rádio, pegamos equipamentos, catei um tênis e uma galocha no porta-malas do meu carro e seguimos para o local da tragédia.

Chegamos lá com a roupa do corpo, sem saber o que encontraríamos e quanto tempo teríamos que ficar. Mesmo com toda estrutura disponibilizada pela rádio, 24 horas depois eu e o Vandinho (Wander de Freitas) não tínhamos dormido nada, esquecemos de almoçar e estávamos exatamente do jeito que chegamos e completamente sujos de terra.

Entramos pela primeira vez em Bento Rodrigues num carro que foi resgatar os ilhados, porque a entrada era proibida para carros da imprensa. Saímos de lá de carona em um veículo das forças de segurança até o nosso carro que estava a oito quilômetros de distância, numa estrada de terra, em Santa Rita Durão, onde foi montado o primeiro bloqueio da polícia.

Com o passar dos dias, conhecemos os parentes, as vítimas, todos eles pelo nome. E o nosso coração cortava a cada choro e a cada pergunta sobre se tínhamos uma nova informação.

Quando os Bombeiros autorizaram nossa entrada no ponto mais crítico de Bento Rodrigues, em uma estrada refeita por um trator, era inacreditável o que víamos. A lama, uma espécie de areia movediça, chegou a 15 metros de altura, as casas foram totalmente tomadas e a maioria desapareceu, assim como a igreja do século XVIII. Estávamos pisando por onde tinha passado um mar de lama.

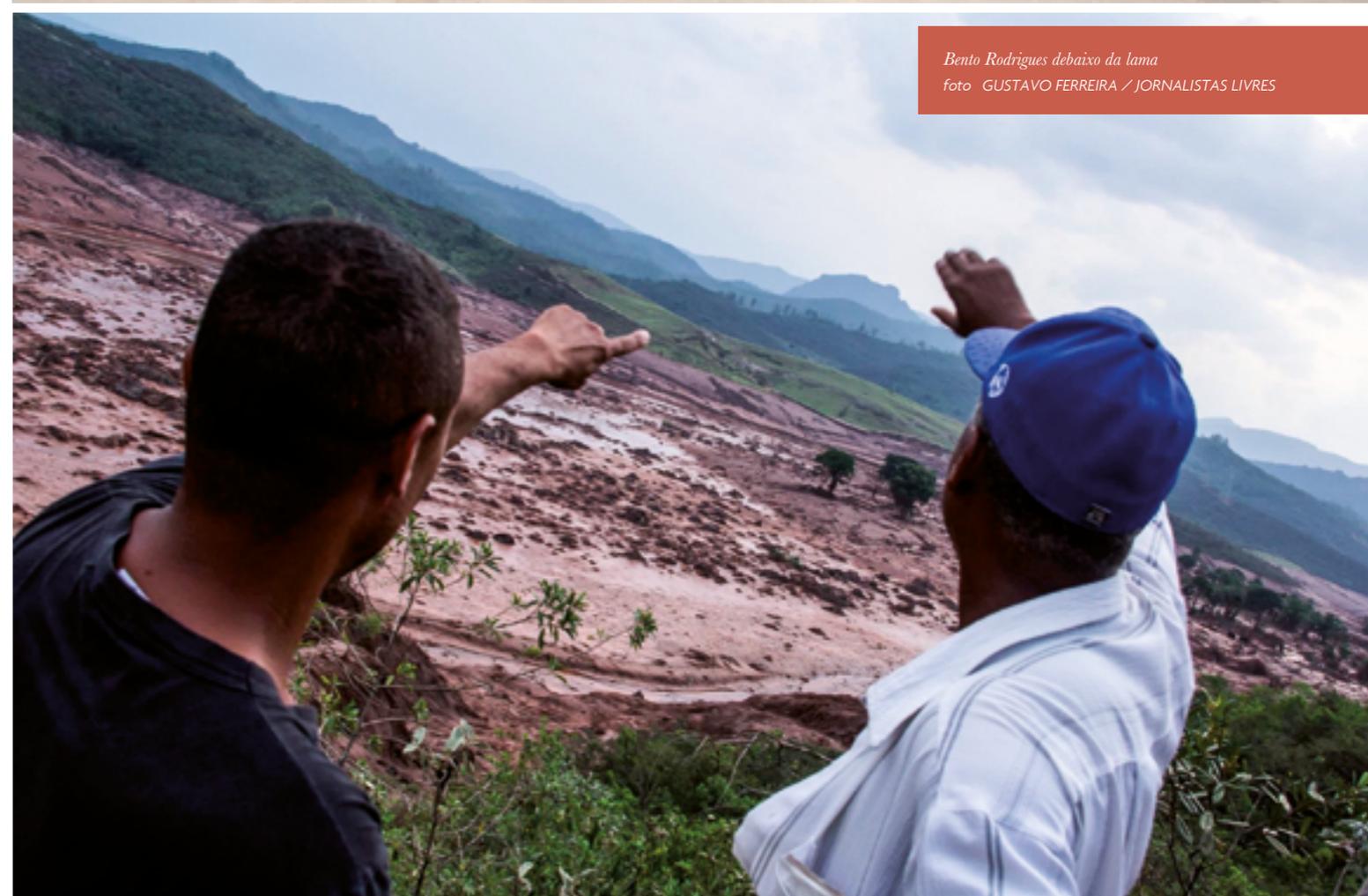
Os poucos moradores autorizados a entrar, procuravam em pedaços de casa, documentos pessoais e dos imóveis. Quando a onda de lama chegou, eles saíram às pressas, sem documento, sem dinheiro, sem cartão e muitos não conseguiram puxar sequer, apesar do esforço, os parentes que acabaram levados pela força dos rejeitos e da água.

Antes de entrar no centro de Bento, eu me coloquei lá, na hora do desastre, várias vezes. Cada vez que um sobrevivente me contava que havia visto um caminhão, uma caminhonete, uma casa sendo atingido e levado pela lama, eu me via naqueles locais, sentia a lama bater em mim e o desespero dos que conseguiram e dos que não conseguiram se salvar.

Nas coletivas da empresa e das autoridades, com toda a imprensa nacional e internacional, fiz todas as perguntas que pude e ainda tenho muitas pra fazer. Espero que as respostas concretas sejam dadas. Eu, Mônica Miranda, André Santos, Vandinho, Leandro Lara, Antônio Izidoro, Antônio Carlos, meus companheiros da Itatiaia, vimos em Mariana e região o que nós nunca imaginamos ver e queríamos que nunca tivesse ocorrido. Ninguém merece viver o que os atingidos pelo rompimento dessas barragens estão vivendo.



Igrejinha de Bento Rodrigues, antes da lama
foto SÍLVIO LOURENÇO



Bento Rodrigues debaixo da lama
foto GUSTAVO FERREIRA / JORNALISTAS LIVRES



EDILENE LOPES é repórter da Rádio Itatiaia.

COMO TIRAR A LAMA DE DENTRO DA GENTE?

■ SANDRA KIEFER

Quando algo está quebrado por dentro, a gente deve colocar a melhor roupa, ajeitar o cabelo e reforçar a maquiagem. Foi o que aprendi com Geraldo Eustáquio de Souza, da saudosa Cia pra Crescer. Foi o que fiz depois de voltar da tragédia de Mariana. Estou tentando remover d'alma esta lama. Confesso que usar roupa nova não adiantou, tampouco falar sobre o assunto. Está difícil dormir. Nestes casos, é melhor escrever, seguindo o conselho da oráculo Déa Januzzi: "A única forma de você arrancar esta lama de dentro de você é escrevendo sobre ela".

Em 20 anos de jornalismo, só me senti paralisada duas vezes: a primeira, na greve da PM no governo Itamar. Virei uma estátua de pedra no meio da Praça da Liberdade. Fui 'salva' por um colega, que me arrancou congelada em meio à saraivada de tiros, posicionando-me mais protegida atrás de uma pilastra da Biblioteca Pública.

A segunda vez, foi agora, em Mariana. Endureci instantaneamente ao pisar na lama movediça de Bento Rodrigues. Mesmo tomando cuidado, a bota afundava, a cada passada. Era preciso respirar fundo, manter o prumo e seguir. Mais à frente, estava a única parede que restou de uma escola pública, onde se lia: "Aqui é o futuro da educação". Dura ironia. Não dava para não pensar nos mais de 100 alunos, da idade dos meus filhos, correndo apavorados de uniforme no momento em que a barragem rompeu.

Enfiados até a metade do corpo na lama, com suas roupas de neoprene, os dois bombeiros encarregados de rastrear a escola garantiram que nenhuma criança morreu ali. Pergunto de novo. Positivo

operante. Por milagre, todos os alunos e professores sobreviveram. Dou meia-volta, olhando fixamente para o chão, tentando respirar profundamente para não desequilibrar e cair. Dá alívio voltar para a terra firme.

É de arrepiar perceber aqui e ali os sinais de uma vida cotidiana interrompida, como por exemplo uma máquina de lavar roupas lançada a esmo, onde supostamente deveria haver uma casa, encoberta pelo barro. Mal comparando, guardadas as proporções, lembrou a história do Monte Vesúvio, que cristalizou um instante da vida prosaica de Pompeia na lava do vulcão. Em Minas Gerais, as cenas restaram esculpidas no barro, mais efêmero. Não prometem durar para sempre, mas nada dura para sempre. Basta dizer que se salvou apenas a cruz da igreja do século XVIII. A lama cobriu até a torre.

Ao lado da capela, embaixo de uma goiabeira, ficava localizado o bar da Sandra, tido como o local mais aprazível das redondezas. Nem o telhado escapou. Enquanto tento supor como era antes a existência no lugarejo, o ganido de um cão toma conta do ambiente. É assustador.

Quem havia prestado atenção nas explicações dos bombeiros sabia que havia cães farejadores distribuídos no terreno, treinados para ajudar nas buscas de pessoas.

O ganido do cão não sai da memória. Faz lembrar que estamos pisoteando um tsunami de lama onde cerca de 30 pessoas foram enterradas vivas.



Bar da Sandra, ponto de encontro em Bento Rodrigues, antes da catástrofe
foto SÍLVIO LOURENÇO



Bento Rodrigues debaixo da lama
foto BRUNO BOU / JORNALISTAS LIVRES



SANDRA KIEFER é repórter do jornal Estado de Minas.

JORNALISMO CONTRA O CERCEAMENTO DE INFORMAÇÃO

ALINE FRAZÃO

Fazer a cobertura da tragédia de Mariana não estava fácil. Como nas guerras, a primeira vítima foi a verdade. A informação estava sob a escolta da empresa Samarco e de suas controladoras acionárias, a Vale S.A e a anglo-australiana BHP Billiton. Em reuniões fechadas e em entrevistas coletivas dissimuladas.

Negou-se o resgate a corpos dias após a tragédia, negou-se o risco de um outro rompimento, não se justificou a ausência de uma sirene que evitaria mais perdas humanas e tentou-se, a todo momento, cercear o trabalho da imprensa.

Para quem não tem anos na função de jornalista, o meu caso, era mais difícil ainda. Estava naqueles primeiros dias depois da tragédia como produtora da Rede Minas. Entendi que o papel de uma TV pública naquele momento não seria ficar apenas em Mariana esperando por informações oficiais, e sim chegar aos distritos arrasados pela lama de rejeitos para mostrar as vidas e sonhos soterrados. Dar voz a quem tinha que falar.

Foi também uma oportunidade para observar o trabalho da mídia em grandes coberturas. Toda imprensa nacional e grande parte da mídia internacional, as agências de notícias principalmente, estavam em Mariana. Vi uma repórter de TV se preparando longamente para uma entrada ao vivo. Mas sua preparação não incluía a leitura de um texto, só maquiagem e cabelo. E gastou muito tempo nisso. Na hora de entrar ao vivo, não tinha informações para o telespectador. Vi também repórteres e repórteres cinematográficos abusando

de um velho clichê jornalístico, o de buscar o choro das vítimas de tragédia.

Chamou minha atenção uma reportagem feita pelo Fantástico. Na cobertura habitual da revista semanal da Globo, uma jornalista disse que acompanharia todo o percurso da lama, pelo Rio Doce, até a divisa com o Espírito Santo. Mas faltaram partes no todo. A cidade de Resplendor, onde 400 indígenas Krenak “velavam” o rio e impediam a passagem de trens da Vale, próximo às suas terras, ficou de fora do roteiro. Sinal de que a Globo segue seletiva na divulgação de notícias.

Como integrante dos Jornalistas Livres, acompanhei parte do trabalho de apuração de uma das fundadoras da rede e jornalista experiente, Laura Capriglione. Pude ratificar a importância de ir a fundo aos fatos, conversar com o maior número de pessoas, ir atrás de muita informação para contar uma história e chegando o mais próximo da verdade e completude.

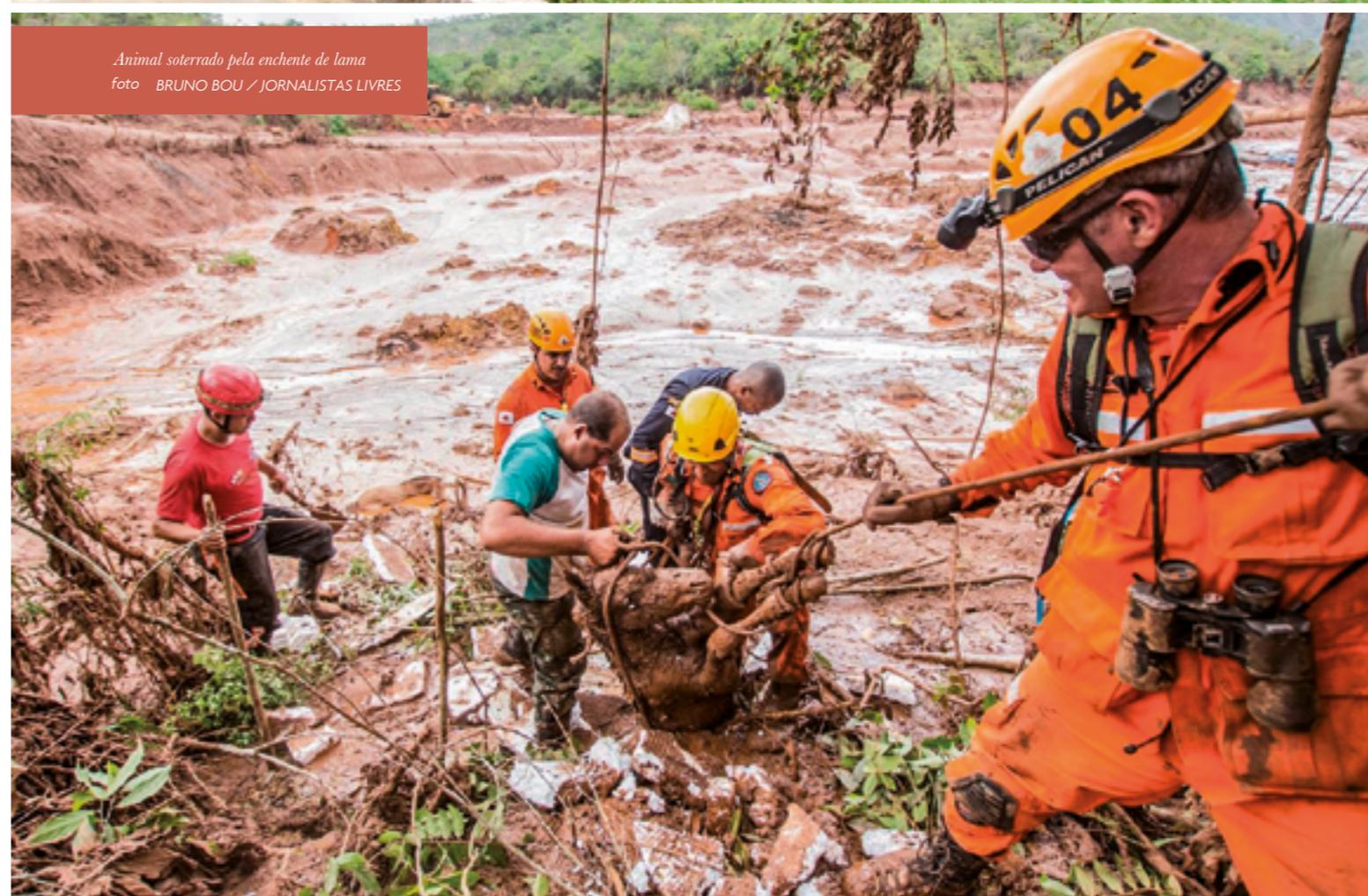
Para mim, ficaram muitos aprendizados. Como profissional de uma TV pública, pude repensar ainda mais nosso papel diante da sociedade, que é estar próxima do povo e procurar dar voz sempre aos atingidos, no caso de Mariana, às vítimas da lama. O jornalismo tem seu valor quando atua para transformar a vida das pessoas, transformar para melhor.



ALINE FRAZÃO é jornalista, produtora da Rede Minas de Televisão.



A vida bucólica em Bento Rodrigues, antes do desastre
foto SÍLVIO LOURENÇO



Animal soterrado pela enchente de lama
foto BRUNO BOU / JORNALISTAS LIVRES

NO LIMITE

MURILO ROCHA

Na quinta-feira, 19 de novembro, parte da equipe de O Tempo responsável pela cobertura da tragédia provocada pelo rompimento de uma das barragens da Samarco, em Mariana, se reuniu em uma sala separada na redação para fazer um balanço do trabalho até ali, duas semanas depois do desastre, e definir os próximos passos. Depois de quarenta minutos, todos naquela sala de reunião estavam chorando.

Conto esse episódio como uma forma de ilustrar o tamanho do desgaste físico e emocional envolvido numa cobertura desse porte. Repórteres, fotógrafos, ilustradores, redatores e editores também foram tragados pelo mar de lama derramado pela mineradora para dentro do já considerado maior acidente ambiental do planeta em razão do volume de rejeitos despejados – 55 milhões de metros cúbicos.

O desafio de reportagem exigido tem sido dar visibilidade aos diversos fatores envolvidos nessa tragédia e editar um volume imenso de informações oficiais e não oficiais multiplicadas nas redes sociais. No caso de O Tempo, foi criada uma editoria especial, uma espécie de força-tarefa, comanda pela editoria de Cidades mas com reforços de todo o jornal.

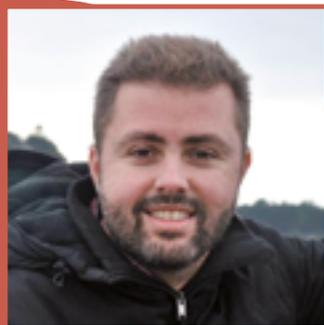
Em Mariana, três equipes (cada uma delas com um repórter, um fotógrafo e um motorista) se empenharam para dar essa dimensão humana do desastre, além de acompanharem todo o trabalho de resgate e entrevistas da empresa e do poder público concedidas no município. Uma quarta equipe foi seguindo o rastro

de destruição deixado pelo mar de lama do interior de Minas até a divisa com o Espírito Santo. Em alguns casos, foi possível registrar o antes e depois da passagem dos rejeitos pelas águas do rio Doce em cidades ribeirinhas.

Longe dali, na redação, outro trabalho fundamental numa cobertura desse porte tem sido feito na mesma intensidade. O histórico de acidentes envolvendo a mineração no Estado, a omissão e precariedade dos órgãos de fiscalização, a legalidade e a situação das barragens da Samarco, a ineficiência das multas, a dependência econômica dos municípios da extração do minério de ferro, o financiamento de políticos por empresas do setor são temas tratados em reportagens nos dias seguintes ao rompimento da barragem.

E, nesse ponto, quero nadar contra a corrente de pessimismo e críticas jogadas diariamente sobre os jornais e seus empregados para destacar o bom trabalho feito pela mídia. A imprensa (ou a maior parte dela) tem conseguido equilibrar na sua cobertura o drama humano com questões políticas, econômicas e ambientais imbricadas no episódio. Claro, há falhas e “buracos” todos os dias nos jornais. E também há excesso de vaidade de alguns profissionais, sobrepondo o esforço do seu ofício ao real drama das vítimas dessa tragédia, mas são exceções.

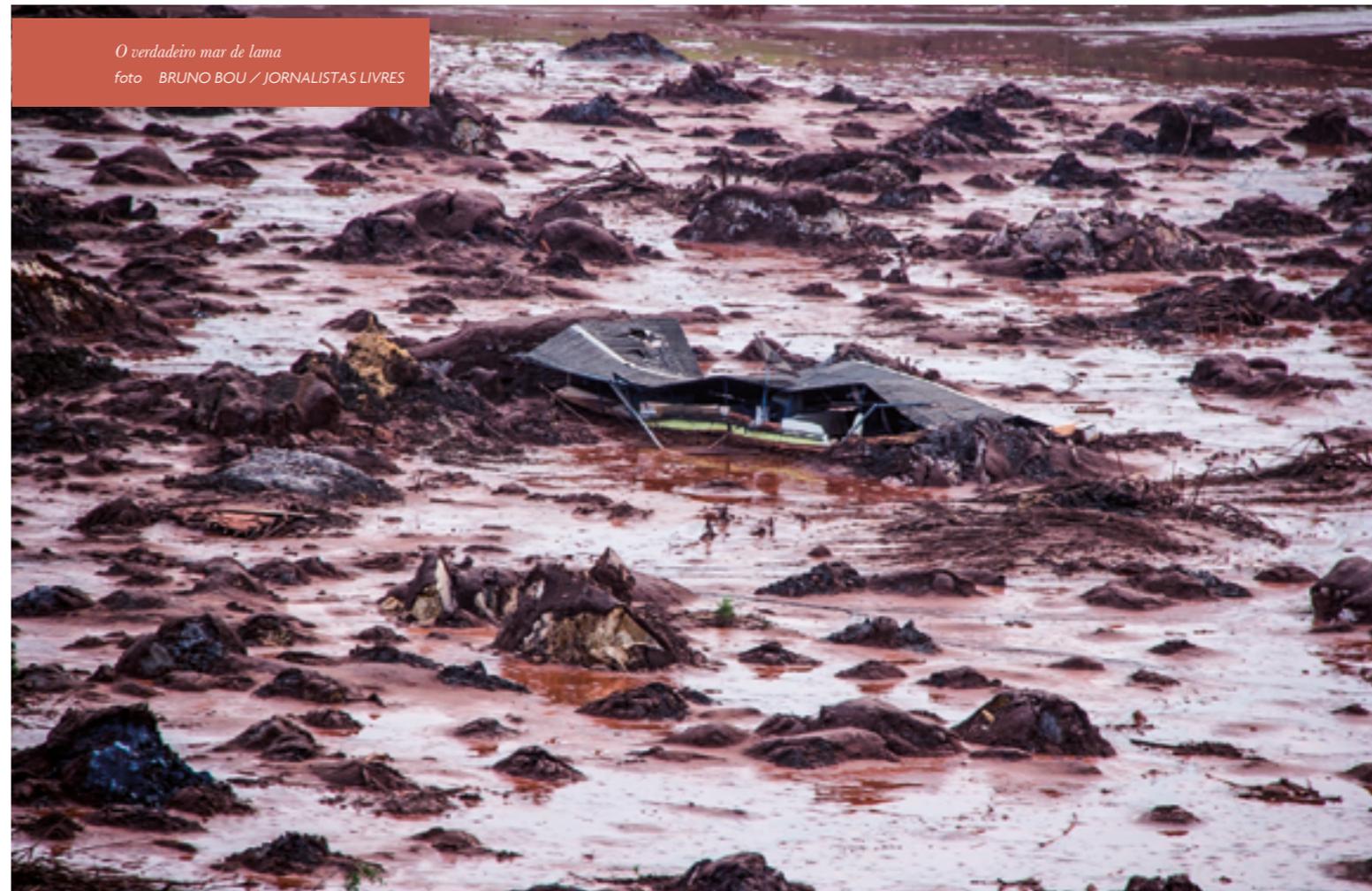
Em coberturas como essa, o jornalista tem de lidar por um tempo prolongado com o cansaço, a indignação, a solidariedade com as vítimas, a pressão por fazer o melhor jornalismo, as críticas internas e externas e, principalmente, o horror por testemunhar a morte tão de perto. É difícil, às vezes, não chorar.



MURILO ROCHA é jornalista, secretário de redação de O Tempo.



A Estrada Real, entre Bento Rodrigues e Camargos, antes do desastre
foto SÍLVIO LOURENÇO



O verdadeiro mar de lama
foto BRUNO BOU / JORNALISTAS LIVRES

UMA FAMÍLIA PLANETÁRIA

A noite de 30 de novembro mostrou bem o que é o Sindicato há um ano e meio. Na área externa, diante do novo espaço cultural, dezenas de jovens planejavam sua participação no Emergências, um grande projeto do Ministério da Cultura que em dezembro reunirá no Rio de Janeiro representantes de diversos países para debater os desafios sociais e políticos do século XXI. No grande salão da Casa do Jornalista, outras dezenas de cabeças brancas se reencontravam para homenagear os irmãos Betinho, Henfil e Chico Mário e falar de memória, justiça e verdade.

A velha Casa, que neste ano completa 50 anos, cercada por prédios altos, com seu portão sempre aberto, voltou a ser um polo para o qual convergem não só os jornalistas mineiros, mas também de outros estados e estrangeiros, e muito mais do que isso, toda sorte de movimentos sociais. É raro o dia em que nos seus espaços grupos diversos não se reúnem para discutir um assunto e preparar uma ação ou simplesmente em torno do

lançamento de um livro ou de um show musical. São tantos encontros, que os poucos funcionários têm dificuldade até de saber do que se trata e dar aos visitantes o apoio que requerem. Mas os eventos acontecem e a velha Casa, empobrecida, exigindo reformas, vai demonstrando um vigor renovado e uma agitação típica dos seus áureos dias, quando os jornalistas formavam uma categoria ampla e mobilizada, e de forma igualmente despojada ofereciam abrigo à sociedade para as lutas de resistência à ditadura.

Foi dessa memória que tratou a homenagem a Betinho (Herbert José de Souza), Henfil (Henrique de Souza Filho) e Chico Mário (Francisco Mário de Souza), os irmãos mineiros, hemofílicos, artistas, defensores célebres dos direitos humanos, mas sobretudo pessoas boas, que colocaram seu caráter, sua sensibilidade e sua inteligência a serviço de causas sociais. Falecidos entre 1988 e 1997, em decorrência da aids, contraída em transfusões de sangue, os três irmãos foram lembrados por iniciativa da Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg), com apoio resolutivo do Sindicato, que incluiu a homenagem entre as comemorações dos seus 70 anos e dos 50 anos da Casa.

Ivan, filho do Henfil; Ceres, coordenadora da Comissão da Verdade, e Marcos, filho do Chico Mário: homenagem

foto CELSO TRAVASSOS



Filó presenteia Kerison com o livro de memórias da família Souza, escrito pela jornalista Wanda, também irmã de Betinho, Henfil e Chico Mário

foto CELSO TRAVASSOS

TERMO DE COOPERAÇÃO

Foram dois encontros em um só: antes da emocionante homenagem a Betinho, Henfil e Chico Mário, que reuniu familiares e amigos dos três, a coordenadora da Covemg, Maria Ceres Pimenta Spínola Castro, recebeu das mãos do presidente Kerison Lopes o relatório da Comissão da Verdade dos Jornalistas Mineiros, produzido na gestão anterior; em seguida, assinaram um Termo de Cooperação, pelo qual os jornalistas continuarão colaborando com a Covemg na recuperação da memória dos crimes da ditadura. Entre os cabeças brancas que reafirmaram sua disposição de continuar lutando para que o direito à memória, à justiça e à verdade prevaleçam e que nunca mais uma ditadura se imponha no Brasil, estavam dois secretários de estado: Nilmário Miranda, de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, e Angelo Oswaldo, da Cultura.

Depois da primeira solenidade, o mesmo espírito prevaleceu na homenagem aos três irmãos, temperado com a alegria e o afeto que ainda hoje eles despertam naqueles com quem conviveram. Nos testemunhos de familiares e amigos – alguns vindos de longe –

transpareceu o idealismo daquela geração simbolizada por Betinho, geração que teve sua trajetória na política e na vida cortada abruptamente pelo golpe de 1964. Relembrou-se as experiências nas prisões, no exílio e na clandestinidade e reafirmou-se uma inabalável fé na democracia e na humanidade.

Numa época em que não havia internet nem celular, a força espiritual bem humorada do Betinho, os desenhos geniais do Henfil (cuja mostra permanece na Casa do Jornalista até 18 de dezembro, sob curadoria do seu filho Ivan) e a música sublime de Chico Mário (executada ao final da reunião por seu filho Marcos) ajudaram a unir os brasileiros em torno da solidariedade aos que têm fome, aos que sofrem, aos que são perseguidos, à maioria. Naquele encontro, estes sentimentos mostraram-se tão vivos quanto a lembrança dos três irmãos e das suas cinco irmãs, todos militantes de causas sociais. “Todos nos sentimos irmãos do Betinho, do Henfil e do Chico Mário”, disse o presidente Kerison. “A família Souza é planetária”, acrescentou Filó, uma das irmãs.

Já eram mais de dez horas, o tempo passou depressa e, enquanto os cabeças brancas se confraternizavam, lá fora uma nova família de jovens militantes continuava organizando sua participação política nas causas do século XXI, unidos por igual idealismo e pela mesma Casa.

DIFERENTE E MELHOR

JOÃO SAMPAIO

Há quatro anos, a Regiane e eu decidimos juntar nossas coisas, fazer as malas e nos mudar para Capelinha, minha terra natal, com nossos dois filhos – Mariana, 8 anos à época, e João Vitor, de apenas 3. Não tínhamos muita ideia do que nos esperava; nada foi tão planejado assim. Mas chegamos decididos a fundar em Capelinha um jornal que absorvesse nossa experiência profissional acumulada em quase duas décadas, cada um, trabalhando em redações e assessorias na capital. Então, exatamente em 17 de dezembro de 2011, circulava a primeira edição do *Jornal Acontece*.

Da nossa parte, entramos com três elementos essenciais: a intuição, a experiência e muito suor. A cidade foi sócia: recebeu o jornal com entusiasmo, rendeu-lhe homenagens e o manteve desde sempre em alta conta na galeria de “filhos ilustres”.

Para que o jornal tivesse uma trajetória sólida, nossa primeira decisão é que faríamos jornalismo em Capelinha da mesma forma que fazíamos em Belo Horizonte, com as devidas adaptações, mas apostando alto na espinha dorsal do ofício: as reportagens. Todo mês, buscamos cavar algo “fora do eixo” para contar aos leitores do *Acontece*. Nossas pautas estão longe de se ater aos feitos do Executivo, às sessões da Câmara e à agenda de eventos sociais, festivos e culturais – o que, lamentavelmente, é muito comum nos jornais que, por serem de cidades pequenas, acham que também têm de se apequenar.

Outro diferencial, já que isso não é tão comum assim, é que apresentamos à cidade e região um jornal dotado de projeto gráfico. Todos os elementos têm definições de fonte e corpo, e essas devem ser respeitadas a todo custo. Nos grandes jornais e revistas não é assim? Então faríamos do mesmo jeito com nosso *Acontece*...

Desde o início, encaramos o *Acontece* como um negócio, e não apenas como um “relações públicas” da cidade. Isso significava buscar canais de receita além das fronteiras de Capelinha, com cadastramento nas mídias oficiais e agências de publicidade de Belo Horizonte e outras grandes cidades de Minas e do país.

Passados 4 anos, 70 edições, 2.000 páginas, a conclusão é que valeu a pena a guinada que demos. Vivemos em uma cidade pequena, com pouco mais de 40 mil habitantes, mas que polariza uma microrregião formada por 20 municípios do Jequitinhonha que, juntos, somam 300 mil habitantes. Capelinha, cidade-sede do jornal, vive desde finais da década passada uma forte expansão econômica, graças



João, Regiane e os filhos Mariane e Vitor: vida nova no interior

foto DIVULGAÇÃO

sobretudo ao agronegócio, ao “boom” da construção civil e ao crescimento de sua malha comercial e de prestação de serviços.

Tudo isso gera demanda por notícia, reportagens, informação. Mas a vida no interior não está na pauta dos grandes jornais. Os cidadãos das pequenas cidades, suas lideranças políticas e econômicas, os grupos formadores de opinião, não se enxergam nos diários, nem mesmo em suas versões on line. A vida pulsa com intensidade todos os dias nas pequenas cidades do interior, mas a grande mídia só se volta para os factuais, com seus acidentes, assaltos e uma ou outra ocorrência inusitada.

Preferimos não competir com o formato digital de jornalismo: “ao factual o que é do factual”. Investimos nossa energia produzindo reportagens que merecem relevância na vida do Vale. Não à toa, conhecemos inúmeros leitores que colecionam as edições do *Acontece*. Por isso acreditamos em vida longa ao jornal impresso que se dedica a cobrir o interior. O jornal fala da vida ali, onde ela acontece, como ela é.

Então o que dizemos sempre é que fazer jornalismo no interior tem um gosto diferente de fazer na cidade grande. Nem pior, nem melhor. Apenas diferente. A vida, esta sim, é que é melhor no interior.

Primeiro número do *Acontece* circulou no dia 17 de dezembro de 2011

JOÃO SAMPAIO é jornalista formado pela PUC Minas e especialista em Marketing Político e Organizacional pela Faculdade Santo Agostinho. Integrou a primeira equipe do jornal *O Tempo*, em 1996, foi assessor de imprensa da Vice-governadoria de Minas e fundador da agência Entrecolunas Comunicação Integrada. Foi diretor do Sindicato (2012-2014).

REGIANE MARQUES SAMPAIO é jornalista formada pela Fafi-BH e especialista em Produção em Novas Mídias pelo Instituto de Educação Continuada (IEC-PUC Minas). Foi assessora de imprensa da Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais e também participou da primeira equipe do jornal *O Tempo*, além da implantação do *Super Notícia* e da webtv do jornal.



Capelinha está perto de conseguir a universidade

Presidente Dilma Rousseff vai anunciar cidades contempladas em mais, após envio do Ministério da Educação





Acesse nosso site
www.tvacontece.com.br

Regiane Marques na TV Acontece

foto DIVULGAÇÃO

ESPAÇO PARA CRESCER

Para produzir o Acontece e também atender a terceiros, os jornalistas João Sampaio e Regiane Marques Sampaio criaram, há quatro anos, a agência Multideias Comunicação & Marketing. Já prestaram serviços para prefeituras e câmaras da região, Terceiro Setor e empresas de variados ramos de negócios, como indústrias de café, madeiras reflorestadas, laticínios, ensino particular, clínicas médicas e construção civil.

Percebendo a crescente demanda pelo formato de vídeo, os jornalistas deram início, em maio passado, à TV Acontece, uma webtv com produção 100% própria focada no jornalismo,

na prestação de serviços e em vídeos institucionais. A plataforma tem se mostrado um sucesso. Das 35 videorreportagens já produzidas, mais da metade superou a marca de 20 mil visualizações, somando os acessos via Facebook, YouTube e *site* próprio (www.tvacontece.com.br).

O próximo passo na estratégia de fortalecer editorial e comercialmente o Acontece, segundo João e Regiane, é aumentar a sua tiragem e ampliar a abrangência. O projeto de expansão, que leva o nome de “Acontece: 100 mil leitores”, pretende elevar a tiragem dos atuais 6.000 exemplares para 15 mil. E o número de cidades com pontos de retirada do jornal vai passar das atuais 12 para 20. A ideia é que o projeto esteja consolidado até maio do ano que vem, quando ocorrem as convenções partidárias do calendário eleitoral de 2016.

AFRONTANDO QUEM NOS AFRONTA

ETIENE MARTINS

Eu sou daquelas que observa naturalmente, e até mesmo sem querer, quantas bailarinas negras tem no Domingão do Faustão, quantos jornalistas negros são âncoras de um telejornal, onde o personagem negro está inserido na trama e quantos desenhos animados com princesas e super heróis negros o programa infantil exhibe. Algumas pessoas acham que eu enxergo racismo em tudo e estou começando a me convencer que essas pessoas têm razão. Pra ser bem sincera, não gostaria de ver racismo por toda parte. Cheguei até a comprar o livro do meu colega de profissão Ali Kamel, “Não Somos Racistas”, pra ver se ele conseguiria me convencer do contrário, mas infelizmente perdi meu tempo e meu dinheiro. O livro “Negação do Brasil”, do cineasta Joel Zito, me pareceu mais fiel à realidade brasileira das relações inter-raciais.

Mas fazer o quê se a invisibilidade é uma característica inerente ao negro, imposta pela mídia brasileira, e se esse assunto é um fato que não se nota e nem se deseja notar por quem não é excluído? Dessa forma, o racista passa a ser não quem comete o racismo e sim quem fala que ele existe. Há apenas três meses lancei o jornal Afronta para os negros da Grande Belo Horizonte e já perdi as contas de quantas vezes tive que responder para pessoas não negras a mesma pergunta: por que um jornal só para negros? E se você também se pergunta isso se permita observar durante alguns segundos uma vitrine de banca de revista e mensure quantos rostos e corpos negros estampam as capas das revistas ali expostas. Creio eu que o questionamento irá mudar e passará a se perguntar por que tantas publicações só para brancos.

Se os assuntos pertinentes a cultura, comportamento, beleza, religião, políticas e moda negra não têm espaço nas mídias tradicionais, façamos nós a nossa própria mídia. Até quando vamos ficar esperando que a mídia enxergue o leitor, o ouvinte e o telespectador negro? Foi depois de me fazer essa pergunta centenas de vezes e escrever durante cinco anos para a revista Raça Brasil (única publicação nacional voltada para o público negro brasileiro) que resolvi dar o primeiro passo para lançar a única publicação impressa na capital mineira direcionada ao negro que aqui e vive ou trabalha. Hoje, após vivermos um longo período de exclusão da imprensa existente, a imprensa negra está nascendo e com a ela a representatividade sem estereótipos da história de um povo.



ETIENE MARTINS
é graduada em
Jornalismo Multimídia
e em Publicidade e
Propaganda, militante do
movimento negro em Belo
Horizonte e idealizadora
do Jornal Afronta.

BRASIL DE FATO:

JORNALISMO EM MOVIMENTO

JOANA TAVARES

“A gente precisa falar de saúde. Falar da realidade das mulheres. Falar de saúde com a perspectiva das mulheres!” Essa foi uma das tantas ideias que nos tiraram, alegremente, muitas noites de sono. Tínhamos o desafio de pensar um jornal popular. Popular no melhor sentido do termo: do povo, para o povo, com a cara do povo.

E na hora de procurar fotos de uso livre que pudessem ilustrar a tal coluna “Amiga da saúde”, um choque que serve de exemplo para várias outras dificuldades que enfrentamos. Vale o teste. Procure uma foto simples de “mulher com cólica”, por exemplo. E aí me diga: por que só aparecem mulheres brancas, magras, jovens? Esse é o mundo em que você vê e vive? Você é assim?

Construir o Brasil de Fato edição Minas Gerais é, a cada semana, deparar com questionamentos de toda ordem. E isso é bom, porque este foi o objetivo de fazer o semanário nascer.

Porque a ideia da liberdade de expressão esconde uma perversidade: não são todos que podem falar o que quiserem na arena pública. Fazer comunicação de massa – ou pelo menos de grande alcance – pode até ser permitido, mas é para poucos. E isso os movimentos sociais e sindicatos sentem na pele desde que o Brasil é Brasil. E a história se repete países afora. Todos podem falar, desde que...

Além de fazer a saudável crítica à postura dos meios de comunicação poderosos, as organizações sociais engajadas com outro projeto de sociedade também entenderam que precisam ir além. O Brasil de Fato se insere nessa tradição de guerrilha da informação. A comunicação popular, que tem a mesma idade da luta popular, se coloca o desafio de



JOANA TAVARES é jornalista,
editora do Brasil de Fato Minas
Gerais.



Comemoração de aniversário
do Brasil de Fato: guerrilha da informação

foto PEDRO FARIA

disputar imaginário, a boa e velha briga de hegemonia.

Topei participar dessa empreitada com um frio na barriga que ainda não passou. Porque a formação teve que vir da prática, já que infelizmente as escolas optam por um enfoque voltado para a “grande imprensa”, com todos os desvios que isso pode querer dizer. Porque nosso objetivo definitivamente não é pequeno. Pouco importa se a estrutura é pouca, se a equipe é enxuta e se não temos esquema de distribuição mega montado.

O Brasil de Fato sabe a que veio: queremos pautar as notícias que não aparecem. Ouvir pessoas que não falam nos outros meios. Explicar os motivos de uma mobilização para além de dizer do transtorno no trânsito. Trazer a mulher como sujeito. Respeitar a diversidade cultural, étnica, religiosa, todas, do povo brasileiro. Chegar ao público trabalhador, do pobre ao remediado ao rico, do campo às cidades grandes, do jovem ao idoso.

Ser um jornal grande, que ajude a construir outra forma de olhar para a realidade,

diferente do padrão hegemônico. Por mais que não seja essa a realidade atual, esse é nosso objetivo. Esse é o horizonte das tantas organizações sociais que apoiam o jornal desde seu lançamento como semanário nacional, em 2003, até essa experiência atual dos tabloides regionais, com circulação em Minas, no Rio e em São Paulo.

Em agosto, celebramos dois anos de circulação em BH. Celebramos porque sabemos que o desafio é grande, e parece que só aumenta a cada semana. Celebramos também porque não deixa de ser uma vitória. Por mais que seja difícil, é muito revigorante apostar nesse tipo de jornalismo. Que parte de um ponto de vista, mas nem por isso deixa de ser sério com a informação. Como todos os veículos, somos parciais. Diferente da maioria, assumimos nosso lado: acreditamos que o jornalismo tem papel não só para denunciar as injustiças de todo tipo, mas para acabar com elas.

JORNALISTAS LIVRES — QUEM SOMOS NÓS?

LAURA CAPRIGLIONE



LAURA CAPRIGLIONE é repórter da Rede Jornalistas Livres.

O filósofo comunista Antonio Gramsci (1891-1937) escreveu nos seus “Cadernos do Cárcere” que “a crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo não pode nascer. Nesse interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparecem”. Falava sobre a situação revolucionária típica, mas bem poderia estar se referindo ao que se passa hoje no mundo da mídia e das comunicações no Brasil.

Jornalões perdem relevância, audiência e credibilidade. Anunciantes caem fora. As vendas desabam. Jornalistas são defenestrados às centenas das redações em passarálhos sinistros. Fecham-se sucursais espalhadas dentro e fora do país. Em tempos de hiperconectividade liquefazendo fronteiras, os jornais se tornam mais e mais provincianos e locais. Apelam. Mentem em nome da verdade, adotam facciosismos, embora se digam independentes, pluralistas e apartidários.

Em 2013, marcado por mobilização gigantesca, que chacoalhou o país inteiro pelo congelamento das tarifas de ônibus e outras bandeiras, o velho trincou de vez. Nas manifestações, gritavam-se slogans contra a Rede Globo, seus repórteres eram abertamente hostilizados, carros de empresas de comunicação foram queimados, jornalistas ocultavam seus crachás e identificações profissionais.

Simbolicamente – porque não foi proposital, ressaltou-se –, a única vítima fatal daquelas jornadas violentas, marcadas pela repressão policial atroz, pela ação direta, pelo fogo, pela depredação, foi o repórter cinematográfico Santiago Andrade, a serviço do Jornalismo da TV Bandeirantes. Uma tragédia.

O velho agonizante, o novo sem ainda ter nascido, e chegamos ao dia 12 de março de 2015, quando dezenas de jornalistas reuniram-se em uma casa no bairro paulistano do Bixiga para enfrentar a escalada da narrativa de ódio à democracia, aos direitos humanos e sociais.

No fim de semana anterior, os quarteirões endinheirados da cidade haviam promovido um ruidoso protesto contra a presidente Dilma Rousseff. Das varandas gourmet elevaram-se xingamentos de caráter misógino e uma expressiva percussão de panelas. Mesma turma estava envolvida no chamamento pelas redes sociais de um grande ato público no dia 15 – a mídia tradicional logo começaria a também convocar a manifestação, incensando-a como grande protesto democrático.

Era preciso fazer a contra-narrativa. As contra-narrativas. Mostrar o que de fato se escondia por detrás da brilhante fachada cenográfica montada pela Rede Globo, Veja, Folha e outros. E o que se viu foi feio: torturadores a serviço da Ditadura, como Carlos Alberto Augusto, conhecido nos anos 1970 como “Carlinhos Metralha”, sendo homenageados como “heróis do povo brasileiro”; carros alegóricos enaltecendo a “Intervenção Militar Já!”; mais gritos e xingamentos. “Ei, Dilma! Vai Tomar no Cu!” foi um dos hits.

Em sentido contrário, a idéia-força dos Jornalistas Livres, desde o primeiro momento, foi a da colaboração entre todos os comunicadores que defendem e lutam pela ampliação da democracia brasileira, bem como dos direitos humanos e sociais conquistados a duras penas pelas camadas mais vulneráveis da população.

E aqui muda-se o narrador, que passa da terceira pessoa para a primeira pessoa. Em vez da narrativa com aparência de isenção, a opção pela transparência da subjetividade. Somos

personagens da história que se contará.

Logo na primeira reunião, pactuamos como funcionaríamos. Ficou assim:

–Entre nós, não pode existir a competição. Sabemos que, juntos, compartilhando uns aos outros, chegamos mais longe, atingimos públicos mais amplos.

–Não almejamos a “fala correta”, não seguimos manuais de redação homogeneizadores. Como rede inclusiva contra a exclusão somos diferentes da mídia corporativa, para a qual o ideal de Brasil cabe em um comercial de margarina: branco, hétero, cisgênero, urbano, rico.

–Nosso desafio é constituir uma mídia independente, apartidária, crítica, pluralista de verdade, desafiadora dos clichês e preconceitos alimentados pela mídia tradicional a serviço dos grandes e poderosos. Uma imprensa verdadeiramente livre que, por isso mesmo, nunca seria financiada por multinacionais ou empreiteiras que vivem da especulação imobiliária.

Desde aquele dia 12 de março, vivemos uma grande experiência de aproximação com os mais importantes movimentos sociais. Filmando, fotografando, escrevendo, estivemos ao lado dos sem-teto em ocupações de imóveis vazios; dos índios em seus protestos no Congresso Nacional, na Marcha da Maconha; com os coletivos LGBTQTT. Ajudamos a jogar luz sobre a proposta de Redução da Maioridade Penal, mostrando a falácia do argumento encarcerador. Estivemos ao lado dos sindicatos contra o ajuste fiscal e o projeto de Terceirização. Com os professores, com os estudantes, com os trabalhadores sem terra.

Atuando em rede, já alcançamos milhões de pessoas em um só dia, como ocorreu na cobertura do massacre dos professores paranaenses, promovido pela polícia militar do governador Beto Richa, no dia 28 de abril. Ou quando nos tornamos praticamente o veículo oficial da luta contra o fechamento das escolas públicas, planejado pelo governador Geraldo Alckmin. E seguimos crescendo, com a abertura de sedes dos Jornalistas Livres em Minas Gerais e no Paraná. Em breve, novos núcleos serão criados no Rio de Janeiro, em Tocantins e no Distrito Federal.

Para viabilizar essa expansão, realizamos uma campanha de 45 dias de financiamento coletivo – em vez de procurar os anunciantes tradicionais, fomos atrás dos leitores. Concluímos a campanha com a arrecadação de mais de R\$ 140 mil.

Sabemos que a velha mídia ainda não morreu – apesar dos terríveis miasmas que exala. E que a nova mídia – democrática, inclusiva, representativa e pluralista de verdade – ainda não nasceu.

Precisamos, entre outras coisas, de um novo marco legal, que acabe com o domínio oligopolizado dos meios. Mas estamos certos de que fazemos parte da gestação dessa novidade. Ela nascerá.

JORNALISMO DE INTERESSE

PÚBLICO

Pauta- Como surgiu a agência e por que o nome Pública?

Marina Amaral- A Pública foi fundada por três jornalistas mulheres – Natalia Viana, Tatiana Merlino e eu, Marina Amaral – em março de 2011 e é uma associação civil sem fins lucrativos. O nome vem da ideia de que praticamos um jornalismo de interesse público e somos mulheres. A redação fixa tem sete jornalistas e um estagiário.

P- Outra questão muito falada nestes tempos de internet é que ninguém mais lê textos grandes. Isso já vinha de antes, quando os jornais fizeram projetos gráficos para se tornarem mais visuais e encolheram os textos, e mais ainda com as redes sociais. O que a experiência da Pública diz sobre isso, uma vez que você publicam reportagens de fôlego?

MA- É difícil saber o quanto as pessoas leem de cada matéria que a gente publica, mas, pelos comentários, compartilhamentos e republicações – temos cerca de 60 veículos que reproduzem nosso material –, acho que as reportagens cumprem sua missão, a de serem lidas, discutidas e se possível com desdobramentos na sociedade. Há vários recursos que ajudam a difundir a informação e um texto bem escrito pode ser um deles também como mostra o sucesso de columnistas como Eliane Brum, sempre com textos longos.

P- A Pública é uma agência dos tempos da internet e agrega características que as agências de notícias antigas não tinham, como a reprodução livre (licença creative commons). Parece um ambiente ideal. O que muitos jornalistas se perguntam é: como sobreviver assim? Como fazer jornalismo de qualidade, com liberdade e sem vender notícias?

MA- Não temos essa resposta, temos uma trajetória e um planejamento que nos trouxeram de março de 2011 até aqui. Também conversamos com outras organizações que buscam um novo modelo de jornalismo (sem depender de papel, gráfica, distribuição e patrão) independente, transparente e inovador. Nós partimos de um apoio institucional inicial – a Fundação Ford, até hoje nossa doadora – para uma diversificação de fundos que contempla projetos diferentes. De outras fundações ao crowdfunding, já na sua segunda edição, que é o único em que os doadores têm direito de opinar sobre a pauta: nossos leitores, amigos, entusiastas dos novos modelos. Vemos outras organizações tomarem esse caminho – algumas investindo mais em fundações – e outras que propõem modelos diferentes dos mais engajados, em que jornalistas trabalham voluntariamente por exemplo, ou com as reportagens pagas pelo leitor.

P- Como funcionam essas parcerias com centros independentes de jornalismo da América Latina, Estados Unidos e Europa?

MA- As organizações nacionais e estrangeiras têm buscado modelos mais adequados para a sua realidade. A Pública, que é pioneira desse modelo no Brasil, nasceu inspirada pelo trabalho de outros centros de jornalismo investigativo, na América Latina, nos Estados Unidos e Europa. Pode-se conferir como cada um deles funciona entrando no item “quem somos” de nosso site e clicando os sites parceiros.

P- Vocês divulgam a palavra de ordem “Ocupe a Pública!”. Como os jornalistas podem ocupar a Pública?

MA- Essa palavra de ordem foi do último crowdfunding “Reportagem Pública”. A ideia era enfatizar a participação dos colaboradores na redação da Pública, já que eles elegem uma pauta por mês a ser realizada pela Pública, participam de um grupo fechado de Facebook, e boa parte deles escolheu como recompensa do crowdfunding workshops na sede da Pública para discutir jornalismo investigativo.

Marina Amaral: planejamento e diversificação de fundos

foto PÚBLICA

Praticado sem fins lucrativos, com a busca de fontes diversas de financiamento, inclusive o próprio leitor, para garantir independência, o trabalho da Pública Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo é inspirador. Sem se deixar contaminar pelo noticiário redundante dos veículos tradicionais de comunicação, Pública oferece reportagens e artigos sobre assuntos relevantes e que dão prazer em ser lidos. O noticiário comum parece apenas servir de pauta para que os repórteres da Pública partam em busca da informação e tragam para o leitor o que realmente interessa.

Exemplo disso é a reportagem assinada por Andrea Dip, publicada em 19 de outubro, com o título “Os pastores do Congresso”, e que procura responder perguntas como: “Como as igrejas evangélicas escolhem seus políticos? Qual o segredo da força da bancada para barrar os avanços sociais e garantir privilégios como a isenção fiscal e a concessão de rádios e TV?” Nada mais oportuno no ano que assistiu à ascensão e queda do presidente da Câmara dos Deputados, o evangélico Eduardo Cunha.

Mais que inspiradora, Pública é um exemplo para jornalistas que buscam novos caminhos profissionais neste período difícil, de demissões, enxugamentos e fechamento de publicações. Para conhecer um pouco mais sobre essa experiência inovadora e exitosa, que já está no seu quinto ano, Pauta entrevistou a jornalista Marina Amaral, diretora da agência, cuja sede fica em São Paulo.



Reportagem da Pública mostra quem são os pastores do Congresso

foto Divulgação Frente Parlamentar Evangélica



No exterior: matéria lembra matança de estudantes no México

foto STEVE FISHER

P- Pública tem um Conselho Consultivo com nomes que são referência no jornalismo brasileiro, como Ricardo Kotscho, Carlos Azevedo, Leonardo Sakamoto e Eliane Brum. Qual é a participação deles na Pública? E por que eles?

MA- A participação do Conselho é através de reuniões marcadas quando discutimos os projetos realizados e os que vamos realizar e também em momentos especiais, dilemas, por exemplo, em que procuramos aqueles que achamos que podem ajudar em um caso específico. Eles foram escolhidos por nossas relações pessoais e também pelo trabalho que fazem, todos excelentes repórteres, e alguns, como Sakamoto, também criadores de modelos inovadores de jornalismo independente.

P- Os jornalistas da Pública são considerados trabalhadores ou empresários?

MA- Nenhum dos dois. Somos uma ONG, trabalhamos por projetos e ganhamos conforme a função que desempenhamos em cada projeto.

P- Pública tem iniciativas inovadoras, como “Truco no Congresso”. Como vocês lidam com essa relação entre o jornalismo tradicional, próprio dos impressos, e as novas tecnologias, as redes sociais, as novas narrativas?

MA- O jornalismo da Pública não é tradicional, já que os veículos impressos deixaram há tempos de fazer reportagens aprofundadas, e eles não são independentes como nós: tem donos, anunciantes, departamento comercial. De resto, acho que observar o nosso site e redes sociais fala por si mesmo.

P- Como foi o difícil ano de 2015 para a Pública?

MA- Jornalisticamente interessante. Sem problemas financeiros até o momento.

UMA CRISE BRASILEIRA



foto
FABIANA REINHOLZ

A crise do jornalismo, que talvez tenha atingido seu ponto mais grave em 2015, é uma crise nacional e resulta das escolhas políticas e empresariais feitas pela grande mídia brasileira. Em outros países, a imprensa já superou a crise capitalista de 2008 e deu a volta por cima. O jornal britânico The Guardian, por exemplo, tem uma redação com mais de mil profissionais, dos quais 90% sindicalizados. Esta análise, que serve de alento para os jornalistas brasileiros, foi feita pelo presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), o gaúcho Celso Schröder, em entrevista à PAUTA. “O jornalista, hoje, é mais necessário do nunca”, enfatizou. “A sociedade precisa do mediador profissional.” Segundo Schröder, a superação da crise atual passa por novos modelos de negócio e pela democratização da comunicação. Ele falou também sobre a linha de atuação da Fenaj, da luta pela PEC do diploma e de uma novidade: a criação de uma confederação de jornalistas, arquitetos e engenheiros.

PAUTA- Qual é a principal bandeira da Fenaj hoje?

CELSO SCHRÖDER- É a defesa dos jornalistas e do jornalismo, que as empresas não defendem mais. Quem faz jornalismo é jornalista. Parece óbvio isso, mas o modelo de negócio jornalismo foi abandonado pelas empresas, por várias razões. A primeira delas é a modernização tecnológica. Aparentemente, no novo modelo de informação da internet, a sociedade não precisa mais de mediação, mas isso não é verdade. A falta de mediação, em vez de democratizar a comunicação, produz um tipo de discurso que não é representativo da esfera pública, do qual resulta o discurso do ódio, que vem reverberando na produção da grande mídia. A grande mídia, na sua crise de negócio, mimetiza as redes sociais, abandona o jornalismo informativo, reduz as redações a meia dúzia de columnistas e volta ao jornalismo opinativo. E com isso perde leitores. A saída é mudar o modelo de negócio, mas o empresário da comunicação brasileiro, medíocre, não consegue enxergar além.

P- Esta não é uma situação mundial?

CS- Não, essa crise é muito brasileira. O jornal The Guardian tem mais de mil jornalistas, 90% deles sindicalizados, e está apostando no jornalismo. Não é verdade que o jornalismo não é relevante. A gente precisa saber a verdade, e o profissional que se dedica a informar a verdade, por contrato, é o jornalista. O jornalismo não só não está superado, como começa a ter mais importância. Neste mundo em que há um curto-circuito de informações desarticuladas, o papel do mediador está garantido e revitalizado.

P- Mas a vendagem de jornais vem caindo.

CS- Este é outro lado da questão. Por que pagar por esse jornalismo de bobagens que se faz hoje? A sociedade começa a abandonar esse modelo. Só o jornalismo de qualidade pode mudar isso, e não é o que se faz hoje. A interatividade, a princípio, é positiva, mas quando a audiência começa a pautar o noticiário, em vez do repórter, do editor etc., o jornalismo começa a ficar fútil, banal. Este é um fenômeno não só do jornalismo, mas da produção cultural, os conteúdos estão se deteriorando. O jornalista precisa ser capaz, sagaz, culto, para elevar o jornalismo e não rebaixá-lo. O movimento operário internacional do século XIX cresce e ganha importância quando os operários têm acesso aos jornais que os seus patrões liam. O jornalismo precisa ter qualidade para emancipar os trabalhadores e não atrasá-los. Por isso defendemos o diploma para exercício da profissão. Não é uma defesa corporativista. Assim como outras profissões melhoraram, no Brasil, com o curso superior, o jornalismo também melhorou, quando o diploma se tornou obrigatório. O jornalismo brasileiro tem qualidade técnica formal, fruto do diploma de curso superior, que não foi incorporado no pagamento dos jornalistas. Quando o diploma deixa de ser exigido, a qualidade cai.

P- 2015 está sendo um ano muito difícil para os jornalistas brasileiros. Qual a análise que a Fenaj faz do cenário profissional?

CS- O Brasil saiu bem da crise internacional do capitalismo de 2008. O que nós perguntamos é: esta segunda crise, atual, tem este tamanho que é retratado na mídia? Acharmos que não. Há uma amplificação política da crise e o principal agente de amplificação da crise é a mídia. Desde que a mídia assumiu a posição de oposição, ela produziu o discurso da crise, que, por sua vez, produz resultados no capital financeiro. Se a gente olha hoje o movimento nos aeroportos, nas lojas de material de construção, a gente vê que a crise não tem esse tamanho. Ela atinge de maneira particular setores suscetíveis a variações de informações, como o capital financeiro. E não tem setor mais atingido por isso do que a própria mídia, ela é a primeira vítima, porque os anunciantes são suscetíveis.

P- A própria mídia brasileira criou o buraco em que está?

CS- Ela começou adotando o modelo de jornalismo da internet, oferecendo informação de graça e tentando acompanhar a velocidade da internet. Só quem ganha dinheiro na internet são o Google e o Facebook. Tentar cobrar pelo conteúdo depois foi um tiro no pé. A opinião tomou conta de tudo, há uma afastamento da verdade testemunhada. Em 2008, a crise no New York Times foi uma crise de capital e de internet, mas nos principais locais do mundo houve uma reafirmação do jornalismo. The Guardian tem outra cultura, está cobrando pela informação e tem 300 profissionais fazendo jornalismo digital. A informação é um bem, fruto do trabalho e o trabalho precisa ser remunerado.

P- O Brasil seguiu o modelo americano de mídia.

CS- Tanto a tevê americana quanto a inglesa são regulamentadas. A situação da comunicação brasileira é pré-capitalista. As empresas jornalísticas brasileiras não foram acostumadas a competir. O modelo americano, desde 1942, tem regras contra o monopólio, há uma pulverização e disputa por qualidade. A Fenaj fez um levantamento de 370 projetos de regulamentação da

comunicação tramitando no Congresso. Outro levantamento indicou 520 projetos. Por quê? Porque há quarenta anos nenhum projeto é votado. A única exceção foi a abertura das empresas ao capital estrangeiro, porque interessava à grande mídia. A síntese da comunicação no Brasil é que Chateaubriand [Assis Chateaubriand, fundador dos Diários Associados] inaugurou a televisão no Brasil com um crime, contrabandeando equipamentos e televisores. Mais tarde, a Rede Globo foi criada com outro crime, a associação com o grupo Time-Life.

P- A imprensa alternativa é uma solução para o Brasil?

CS- A imprensa alternativa foi uma imprensa de exceção, durante a ditadura, não à toa desapareceu na democracia. O que nós precisamos é de constituir jornais e tevês de massa que contenham a opinião pública. A TV da CUT é importante, mas o que exigimos da TV Globo temos de exigir também da TV CUT: que ela traga o seu contraditório. Temos que apostar na democratização e na diversidade. A sociedade precisa de grandes jornais.

P- Muitos jornalistas estão fazendo jornalismo sem padrão.

CS- Há vários modelos sendo postos em prática. O Coojournal [cooperativa de jornalistas que funcionou nos anos 70 e 80 no Rio Grande do Sul e serviu de exemplo para jornalistas de outros estados] foi uma frustração muito grande, pelo custo do fechamento, mas em Alagoas ainda existe uma cooperativa de jornalistas, que assumiu um jornal, quando ele quebrou. A Fenaj e os sindicatos não vão substituir as empresas jornalísticas, mas vão acolher as iniciativas dos jornalistas. Não representamos só os jornalistas empregados, temos que representar essa diversidade de jornalistas que existe hoje. A comunicação no Brasil ficou ligada a grandes audiências, com números muito inflados, mas nos Estados Unidos há limitação de audiência para as emissoras de televisão, de 30%. O jornalismo pode sobreviver com muito menos, tem que buscar a venda de conteúdos, cujo custo estava escondido nos anúncios. Esta é uma mudança cultural e econômica que o país precisa fazer. As pessoas estão voltando a viver

sem informação, voltando a se informar por boatos. A sociedade precisa do mediador profissional, que dá credibilidade à informação e está na origem do jornalismo, no século XVII. Por isso a bandeira central da Fenaj hoje é a defesa dos jornalistas e do jornalismo, denunciar as pressões venham de onde vierem, da polícia ou dos movimentos sociais.

P- O que a Fenaj está fazendo para combater a violência contra os jornalistas?

CS- Estamos atuando em três frentes. A primeira é a proposta de criação de um observatório da violência contra jornalistas, que o governo federal já adotou, falta ser concretizado. A segunda é a aprovação de lei federalizando os crimes contra jornalistas, para combater a impunidade. A terceira é a criação de um protocolo de segurança com as empresas, que contemple equipamentos e treinamentos efetivos, que não são militares, como algumas empresas oferecem, mas para jornalistas em situações de risco, e principalmente formação de comissões de risco, nas redações, que avaliem os riscos contidos nas pautas.

P- A Fenaj vai formar uma confederação juntamente com advogados e engenheiros?

CS- Estamos ouvindo os sindicatos sobre isso, para tomar esta decisão de baixo para cima. Já fizemos reuniões em Porto Alegre, São Paulo, Brasília, Santa Catarina e em Minas. Fomos procurados por arquitetos e engenheiros, porque a legislação exige pelo menos três federações profissionais para formar uma confederação. Apesar das atividades diferentes, temos pontos em comum. A principal vantagem é que rapidamente podemos formar essa confederação. A Ação Direta de Constitucionalidade (Adin), por exemplo, é prerrogativa das confederações, uma federação não pode fazê-la. Os arquitetos criaram agora o seu Conselho e a criação do Conselho Federal dos Jornalistas é uma luta da Fenaj. Não vamos abandonar o ramo da CUT, mas há uma boa possibilidade de, taticamente, criarmos a Confederação. Atualmente, a contribuição sindical que cabe à confederação não é usada em benefício dos jornalistas.

SEM AUTOCENSURA, BLOGUEIROS

CRISTINA MORENO
DE CASTRO

Muito jornalista que trabalha em Redação fica se perguntando se pode emitir suas opiniões livremente em seu blog. Acho que deveríamos poder escrever sobre tudo e, como profissionais da comunicação, ser os primeiros a levantar a bandeira da liberdade de expressão e contra a autocensura.

Mas, se eu criticar o político X em meu blog, depois ele pode usar isso contra mim, em uma reportagem a seu respeito? Pode, se você não tiver sido profissional. Ao fazer a reportagem, espera-se que você use técnicas que garantem o equilíbrio, como ouvir o “outro lado”, dar amplo espaço para todas as versões, evitar adjetivos, deixar clara a origem das informações etc. Já ao emitir sua opinião em seu blog – ou em uma coluna assinada do jornal – você também tem que tomar cuidados, como não cometer crimes contra a honra (calúnia, injúria e difamação) e também se ater a fatos. Assim, ficará clara a distinção entre o repórter que fez uma apuração para seu veículo e o cidadão que também se expressa em um blog, em redes sociais e na mesa do bar.

Pode escrever sobre tudo mesmo? Até sobre o próprio jornal? Eu defendo que sim. Quem melhor que os jornalistas para fazerem crítica de mídia? A imprensa ganharia muito se houvesse maior tranquilidade em relação à autocritica, mais ombudsmen ativos e mais espaço para seus próprios profissionais comentarem o trabalho publicado.

Recentemente, o “Hoje em Dia” entrou na Justiça contra um de seus funcionários, o jornalista Aloísio Morais, por ele ter feito uma crítica

a uma decisão editorial do jornal em sua página pessoal do Facebook. A juíza Adriana Orsini entendeu que “a utilização de rede social, ambiente notoriamente informal, para expressar críticas, seja a partidos, candidatos ou a imprensa, é mera decorrência do exercício dos direitos constitucionais e políticos de qualquer cidadão”. Essa decisão abre um precedente interessante para outros jornalistas que quiserem se expressar – usando, obviamente, o bom senso e o profissionalismo.

Jornalistas se preocupam mais com os blogs porque são ainda relativamente recentes. Mas formatos mais antigos escancaram a obviedade da situação. A charge, por exemplo. O Duke, de quem sou fã de carteirinha, certamente tem seu time do coração, mas é capaz de ilustrar cenas que destroçam ou exaltam atleticanos e cruzeirenses com o mesmo afinco. Bob Faria também deve ter seu time favorito, mas comenta os jogos dos dois maiores clubes mineiros com equilíbrio. Ricardo Kotscho é amigo pessoal de Lula e participou de seu governo, mas ainda assim desfere duras críticas ao PT e ao governo Dilma Rousseff no “balaio” (seu blog, hoje no grupo Record). E assim por diante, os exemplos são incontáveis.

É perfeitamente possível ser imparcial quando se é profissional. E, em alguns casos, a opinião posta às claras, no devido espaço para isso (colunas, blogs e páginas pessoais nas redes sociais), até mesmo contribui para agregar o bem mais precioso de um repórter e de um veículo de imprensa: a credibilidade.

PAULO HENRIQUE AMORIM REVELA BASTIDORES DO PODER



PHA: histórias que a imprensa não publicou

foto MARCELO PINHEIRO

A democratização da comunicação, prevista na Constituição de 1988, não aconteceu porque os governos não tiveram vontade política. Considerada o quarto poder, a imprensa, no Brasil, é na verdade o primeiro poder, que põe e depõe presidentes. No entanto, é um poder em decadência, graças às novas tecnologias e à internet. Essas ideias foram desenvolvidas pelo jornalista Paulo Henrique Amorim em debate na Casa do Jornalista nesta terça-feira 20/10, onde lançou seu livro “O Quarto Poder – Uma outra história”.

O presidente Kerison Lopes agradeceu a presença de Paulo Henrique Amorim e

explicou que a opção feita por ele de lançar o livro na Casa do Jornalista era “um ato político em defesa de democratização da comunicação”. Lembrando que era a segunda vez que participava de um encontro na sede do Sindicato, a qual chamou de “minha casa”, Paulo Henrique Amorim manifestou sua solidariedade aos jornalistas mineiros. “Em poucos lugares os jornalistas foram submetidos a um regime de exceção como os jornalistas mineiros durante o governo Aécio Neves”, ressaltou.

Paulo Henrique Amorim, cuja fama dispensa apresentações, disse que escreveu um livro sobre os bastidores do poder que, como jornalista, acompanhou, ao longo de 50 anos. “É o meu testemunho de repórter, do que vi acontecer e fui anotando em caderninhos”, contou. Ele explicou que teve de escrever um outro livro dentro do primeiro para contextualizar os episódios que narrou.

Amorim contou alguns desses episódios, todos eles envolvendo presidentes, ministros e outras autoridades, e tendo como protagonista a mídia, em especial as organizações Globo – cujo presidente, Roberto Marinho, sempre chamou de O Globo, por considerar o jornal mais importante que a televisão. Na avaliação de Paulo Henrique Amorim, Roberto Marinho, se pudesse, teria parado o tempo no governo Sarney, período em que teve mais poder no país. Esse poder persistiu nos governos seguintes e dura até hoje. “Os governos têm medo da Globo”, disse o jornalista.



CRISTINA MORENO
DE CASTRO é jornalista e
blogueira: www.kikacastro.com.br

foto

CLÁUDIO CUNHA

A FORÇA DA INTERDIÇÃO

Entre os episódios narrados no livro estão a transição do último governo militar para o primeiro governo civil, nos anos 80, na qual a Globo teve papel de destaque, tendo como representante o falecido político baiano Antônio Carlos Magalhães. Amorim lembrou que ACM rompeu com o governo numa longa entrevista ao *Jornal Nacional*. “ACM era uma pessoa de confiança de Roberto Marinho”, observou.

Exemplificando o poder da poder da Globo durante o governo Sarney, Paulo Henrique Amorim contou que o ex-ministro da Fazenda Máilson da Nóbrega foi “sabatinado por Roberto Marinho na sede da Globo” antes de ser escolhido e soube da sua nomeação assistindo ao *Jornal Nacional*. O jornalista testemunhou ainda o ex-presidente Collor afirmar: “Não vou comer pela mão de Roberto Marinho como o Sarney”.

Segundo Paulo Henrique Amorim, Roberto Marinho “chegou atrasado” no apoio ao ex-presidente Collor, pois tinha outros candidatos preferenciais na eleição de 1989: Afif e Covas. Embora tenha criado a imagem do “caçador de marajás” e manipulado a eleição, levando-a para o segundo turno, com a edição do debate entre os candidatos Lula e Collor, no *Jornal Nacional*, “Roberto Marinho temia Collor, que pretendia montar uma outra rede de televisão” para apoiá-lo, disse Amorim.

Outro episódio narrado por Paulo Henrique Amorim foi uma conversa com o falecido jornalista Armando Nogueira, quando este era responsável pelo jornalismo da Rede Globo. Segundo Amorim, Nogueira contou-lhe ter recebido três orientações de Roberto Marinho. “A segunda foi: ‘Não quero preto nem desdentado no *Jornal Nacional*’. A terceira foi:

‘Se uma criança se jogar nos trilhos de um trem e Brizola se jogar para salvá-la e morrer, ainda assim você tem que me consultar para saber se pode dar no *Jornal Nacional* ou não’”.

A primeira orientação que Roberto Marinho teria passado a Armando Nogueira seria a mais importante, segundo Paulo Henrique Amorim: “O Globo não tem a importância que tem pelo que publica, mas pelo que não publica”. Amorim ressaltou que esta é “a força da interdição, que os irmãos Aécio e Andrea Neves conhecem bem” e fizeram valer em Minas durante doze anos. (C.C.)



PHA no Sindicato: “minha casa”

foto MARCELO PINHEIRO

5º ENCONTRO NACIONAL DE BLOGUEIROS SERÁ EM BH

Com as presenças da presidenta Dilma Rousseff, do ex-presidente Lula, da presidenta Cristina Kirchner, da Argentina, do ex-presidente Pepe Mujica, do Uruguai, e dos ministros da Comunicação Social, Edinho Silva, das Comunicações, André Figueiredo, e da Cultura, Juca Ferreira, acontecerá em Belo Horizonte, nos dias 20, 21 e 22 de maio de 2016, o 5º Encontro Nacional de Blogueiros e Ativistas Digitais. O encontro terá como eixo a luta pela democracia, contra o retrocesso social e a cruzada de ódio em curso na sociedade brasileira, além dos temas permanentes de todos os encontros: a democratização da comunicação e a liberdade de expressão.

O 5º Encontro de Blogueiros deverá ser o maior já realizado, com participação de 1.000 blogueiros de todas as regiões do país, informa o jornalista Altamiro Borges, presidente do Núcleo de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, uma das entidades que estão à frente do encontro. “É um encontro suis generis, não existe nada semelhante no mundo”, ressalta o blogueiro, mais conhecido como Miro. Ele explica que o encontro reúne blogueiros des diversos tipos, a maioria ativistas digitais, sem tradição de participação em movimentos sociais e sem filiação partidária. “O grande esforço é respeitar a diversidade”, observa.

A programação do 5º Encontro Nacional de Blogueiros prevê um debate sobre mídia e democracia na América Latina, com participação de Lula, Pepe Mujica e Cristina Kirchner. Grupos de trabalho discutirão a blogosfera, com presença de blogueiros famosos como Paulo Henrique Amorim, Luís

Nassif, Paulo Moreira Leite, Cynara Menezes, Hildegard Angel e outros. No último dia será aprovada a Carta de Belo Horizonte e eleita a nova Comissão Nacional de Blogueiros.

PERSEGUIÇÃO

O primeiro Encontro Nacional de Blogueiros aconteceu em São Paulo, em 2010, por iniciativa de blogueiros como Paulo Henrique Amorim, Luiz Carlos Azenha, Conceição Lemes e Conceição Oliveira. O segundo encontro, realizado em Brasília, elegeu, além de uma comissão nacional, representantes por região. A partir do terceiro encontro, a comissão passou a ter um representante de cada estado – atualmente, a representante de Minas Gerais é a jornalista Lidiane Ponciano. O quarto encontro, em 2014, reuniu cerca de 500 blogueiros. O 5º Encontro contará com apoio do núcleo mineiro do Barão de Itararé.

“Os blogueiros têm ideias muito diferentes, o que dá amálgama é a luta pela democratização da comunicação”, observa Miro. Outra bandeira que une os blogueiros e ativistas digitais é a liberdade expressão. “Os blogueiros são vítimas constantes de perseguições, com muitos processos e multas caras. Só Paulo Henrique Amorim tem mais de cinquenta processos, o Nassif tem quatro processos movidos pelo [presidente da Câmara dos Deputados] Eduardo Cunha, e muitos processos atingem pequenos blogs do interior”, informa Miro.

O primeiro encontro aconteceu num momento de partidarização da grande mídia. O marco foi uma entrevista da então presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Maria Judith Brito, ao jornal *O Globo*, na qual afirmou que a imprensa assumia o papel de partido de oposição ao governo federal porque os partidos políticos estavam fracos. “De 2010 para cá a situação piorou, a mídia ficou mais partidarizada ainda, o ativismo digital ganhou força e se transformou no campo mais propício para a luta contra-hegemônica”, analisa Miro. (C.C.)

Encontros mobilizam blogueiros de todo o país

foto FELIPE BIANCHI



3 DÉCADAS DE DESRESPEITO À CONSTITUIÇÃO

ANA PAOLA AMORIM



ANA PAOLA AMORIM é jornalista e doutora em Ciência Política.

foto CLÁUDIO CUNHA

Outubro de 2015. A Constituição Federal completa 28 anos. De um lado, não há como negar que a Carta – a que foi possível ser pactuada em 1988 e suas muitas emendas posteriores – permitiu significativos avanços no que diz respeito aos direitos sociais e políticos e garantias individuais. Mas a Comunicação Social continua como a área na qual a Constituição segue, ao longo de todo esse período, solenemente ignorada e desrespeitada.

Os constituintes e as constituintes identificaram a Comunicação Social como integrante da Ordem Social do país. É o capítulo V do Título VIII da Constituição, com cinco artigos (220 a 224) que continuam praticamente sem regulamentação. Poucas exceções, como os incisos relativos à regulamentação de publicidade (bebidas alcoólicas e tabacos) e de diversões e espetáculos públicos e o artigo 224, referente à criação do Conselho Nacional de Comunicação Social. Ainda sim, neste último caso, nem mesmo a regulamentação impede ingerências que comprometem a representação da sociedade civil no Conselho.

As consequências são as mais danosas para a democracia. O parágrafo 5º do artigo 220, por exemplo, diz que “os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”. Mas 11 famílias controlam os meios de comunicação social do país, configurando uma situação formal de oligopólio (e, especificamente no caso da TV, pode-se falar em um quadro de monopólio virtual). Além disso, a comunicação é predominantemente comercial e privada, contrariando o artigo 223, segundo o qual a outorga e renovação das concessões para serviço de radiodifusão devem observar o “princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal”.

A formação de oligopólios compromete as garantias de liberdade de expressão expressas em incisos do

artigo 5º porque concentra nas mãos de poucos controladores dos meios de comunicação o poder de dizer quem vai poder falar e quem não vai poder. Com os oligopólios, não há pluralidade de vozes. Sem a complementaridade do sistema, não há outra orientação de produção de conteúdo que não seja a de linha comercial. Os trabalhadores e as trabalhadoras da comunicação sabem que esse quadro impede o fortalecimento do mercado de trabalho da área. Dados da Pesquisa do Perfil dos Municípios Brasileiros de 2012 (Munic 2012) mostram que, enquanto a cobertura comercial de TV atinge 98% dos domicílios brasileiros, a geração das imagens está concentrada em 11,6% dos municípios.

Está claro que a censura vive no ambiente desregulamentado onde, minha mãe me ensinou, “quem pode mais engole o outro”. No caso, silencia o outro. Por isso é tão urgente e necessária a campanha do Fórum Nacional pela Democratização das Comunicações (FNDC) para conseguir apoio ao Projeto de Lei de Iniciativa Popular para uma nova regulamentação da comunicação social eletrônica no país. A proposta de projeto de lei tem como alvo a regulamentação dos artigos da Constituição Federal, com o objetivo de dispersar o controle das comunicações.

Essa preocupação é coerente com o fundamento da Constituição de 1988 porque os constituintes e as constituintes sabiam que a ameaça à liberdade mora em qualquer forma de concentração de poder – político e econômico. Esses são os inimigos que devem ser combatidos sem trégua.

Serviço: Para conhecer a íntegra do projeto de lei da mídia democrática e assinar o PLIP, basta acessar www.paraexpressarliberdade.org.br/assina.php. O link dá acesso a todo o material de campanha e abre o espaço para assinatura das pessoas interessadas em apoiar o projeto.

FESTA DE ANIVERSÁRIO OU PLANTÃO?

ANA PAULA PEDROSA

ou esforço. É um exercício diário de equilíbrio, jogo de cintura e correria. Há dias em que posso ser dublê do UsainBolt sem passar vergonha. Em outros, sinto como se estivesse dentro de uma piscina de ondas, e bem longe das bordas.

Já fiz entrevista sentada no meio-fio em frente à escola, enquanto amassava os legumes para a papinha, trancada no quarto e rezando para os gritos de “mamãe” não alcancem o ouvido da fonte. Já troquei meu horário para chegar (atrasada) à festinha de Dia das Mães, cheguei atrasada ao trabalho porque o médico não cumpriu o horário da consulta, chorei porque não conseguia estar em dois lugares ao mesmo tempo.

Ser mãe e jornalista é elevar o complexo de Clark Kent ao máximo. E quando já está tudo mais ou menos ajeitado na nossa falta de rotina, quando a filha já entendeu que só falta tempo, não falta amor, chega a caçula e o desafio começa de novo. E olhar para aquele sorriso inocente e para aqueles olhinhos que querem descobrir tudo, só dá uma certeza: é preciso, senão salvar, pelo menos melhorar o mundo para entregar a elas. E Clark Kent só sabe tentar fazer isso com o bloquinho e a caneta nas mãos.



ANA PAULA PEDROSA é jornalista formada pela PUC Minas em 1998. Desde 2003 é repórter no jornal O Tempo. Mãe da Beatriz e da Helena.

ME CHAMA DE ITAMAR

RICARDO AMARAL

Foi ali pelo final de 1991, segundo ano do governo Fernando Collor. Governo opaco, difícil de cobrir. Os repórteres tinham de se virar com cacôs de informação, catados aqui e ali no Congresso e entre assessores nem sempre qualificados como fontes. Notícia errada era mato. Era mais fácil criticar o governo (ou elogiar, dependendo do veículo) do que apurar os fatos.

Numa viagem do titular, o vice Itamar Franco assumiu por uns dias. Recebeu adversários do governo, demitiu um ministro, Jarbas Passarinho, destratou outros. A exemplo de Collor, não explicou nada do que fez. Com os cacôs da semana, escrevi um texto na finada IstoÉ/Senhor sobre a interinidade de Itamar. Na parte mais suave, o chamei de idiossincrático. Na mais dura, de conspirativo.

Segunda-feira, liga o Emerson Souza, doce pessoa, assessor de imprensa do vice: “Ele quer falar com você”. Maravilha! Depois de dois anos de governo, eu seria recebido pelo vice. Cheguei todo faceiro ao anexo do Palácio do Planalto, um subsolo onde funciona ainda hoje o gabinete da Vice-Presidência.

- Boa tarde, presidente.

- Me chama de Itamar.

Era um hábito dele recusar o tratamento formal nas conversas com repórteres, mesmo os que não conhecia. Foi assim desde que chegou ao Senado, em 1975, e creio que foi assim até o último cargo oficial. Mas repórter sério não dá intimidade à fonte; era o que se dizia. Fingi que não ouvi e fui me abancando.

- Muito obrigado pelo convite, presidente.

- Me chama de Itamar.

Na terceira advertência, apelei para a imagem de Santa Terezinha entronizada em uma das estantes do gabinete. Era a santa da devoção de Itamar.

- Sabe o que é, presidente? É aquela Santa Terezinha ali na estante. Minha mãe se chama Therezinha e ela me ensinou a tratar as autoridades com respeito.

- Mas só quando está diante da autoridade, né? Porque quando escreve na revista não demonstra respeito nenhum.

- Tá certo, Itamar. Mas vou continuar te chamando de presidente.

O resto da conversa não me rendeu uma linha de informação, mas sou grato até hoje ao presidente Itamar

pela lição que deu ao jovem repórter (ou pelo menos como a entendi). Equilíbrio, meu filho, equilíbrio: ironia não é opinião e insulto não é crítica, assim como fofoca não é fato e ilação não é notícia.

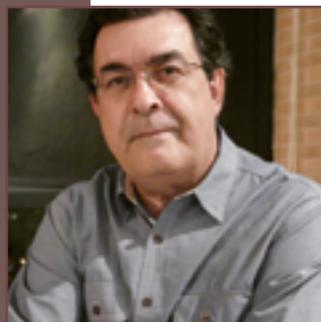
Lembrei do episódio quando o Carlinhos Cândido me pediu um texto para a revista Pauta. Pensei em muitas histórias que vivi, desde os tempos em que fui editor do Pauta, o boletim que chamávamos de Pautinha, em 1982. Os textos eram de aprendiz, mas as ilustrações... Aroeira, Edson Ricardo, Nilson Azevedo, Berzé, Afo, um timaço.

Achei que o caso do Itamar seria útil para uma reflexão sobre o momento da imprensa. Uma coisa é divergir do governo, de suas políticas e até mesmo das idiossincrasias da presidenta.

Outra coisa é impor uma visão facciosa e partidária ao jornalismo – nos textos, nos títulos, na hierarquia do noticiário.

Não acredito em imparcialidade do jornalista; juiz de futebol é que tem de ser imparcial, e muitas vezes não é. O jornalista é um ser humano em suas circunstâncias, um cidadão com sua visão de mundo. Mas o jornalismo exige, sim, equilíbrio. E a notícia só se justifica pelos fatos. Apurados, comprovados. Fora desses dois parâmetros, pode-se fazer muita coisa, mas não uma boa imprensa.

E a notícia só se justifica pelos fatos. Apurados, comprovados. Fora desses dois parâmetros, pode-se fazer muita coisa, mas não uma boa imprensa.



RICARDO AMARAL nasceu em Belo Horizonte, do lado preto e branco. Começou no Jornal dos Bairros, trabalhou na imprensa sindical, no Diário do Comércio, nas sucursais do Globo e Veja. Em Brasília desde 1986, foi repórter, editor e colunista da Folha, Estadão, JB, Valor e Reuters. É autor de “A Vida Quer é Coragem – a trajetória de Dilma Rousseff”.



ANDREA NEVES FINANCIAVA O NOVO JORNAL

GERALDO ELÍSIO

Muitos pensavam ser o MPT o financiador do *site* Novojornal. Outros acreditavam que o dinheiro provinha do senador paulista José Serra. Na verdade era a irmã do senador Aécio Neves quem bancava o jornal virtual. Um pequeno roteiro para o leitor acompanhar e entender o que ocorreu.

As ligações da família Carone com a família Neves datam de tempos. O publicitário e jornalista Marco Aurélio Carone morou no Rio. Trabalhou com Walter Clarck e Boni, na TV Globo. Amealhou dinheiro e foi dono da Publi-Graf, em Belo Horizonte, onde funcionou a extinta revista Carta de Minas. Voltou à Capital mineira a pedido de Thor Janner, proprietário da Cia. T.J. Janner, com a finalidade de participar da campanha de Tancredo contra Eliseu Resende.

Na ocasião Janner doou duas impressoras Solna 125 e todo papel gasto na campanha dos vereadores de Beagá naquela época e dos ex-deputados estaduais Wainer Avila e José Luíz Baccharine, ambos de São João del-Rei. A gráfica imprimiu todos os folhetos denunciando irregularidades praticadas por Eliseu. Inclusive os panfletos com a estampa do cheque denunciado por Hélio Garcia, no valor de 15.000.000,00 (números da época).

Resende havia pedido ao povo mineiro, na cidade sulista de Machado, para rejeitar seu opositor por ele “ser velho”. Polido, Tancredo argumentou: “Acima de 80 anos Churchill salvou a Inglaterra de Hitler”. Contundente Hélio afirmou: “Eliseu é um corrupto infante”. Janner, Tancredo e Walter Moreira Salles moravam num mesmo prédio na Avenida Atlântica, em Copacabana, Rio de Janeiro. Moreira Salles domina o nióbio de Araxá.

Tancredo Neves sempre se utilizou da amizade para Carone retirar de enrascadas o seu neto Aécio, ex-governador de Minas e atualmente senador, alcunhado de “Golpécio”. Quando Newton Cardoso se elegeu para o Palácio da Liberdade, o jornal Diário de Minas pertencia ao jornalista Paulo Nassif, que vendeu o matutino. Newton, segundo Marco, comprou o prédio, ficando ele com o título. Desavenças no futuro pretérito com Newton, Hélio e Eduardo Azeredo levaram o jornal a cerrar as portas. Bem como o Jornal de Minas, também comprado por Carone, incentivado por Cardoso.

O NOVOJORNAL

Site fechado pelos governos tucanos acusando Marco Aurélio de pertencer a uma quadrilha a movimentar um milhão anual de dólares para “denegrir autoridades e achacá-las com documentação falsificada pelo lobista Nilton Monteiro”, acusações

paralelas pesando sobre o ex-advogado de Carone, Dino Miraglia, e eu, que tive a minha casa invadida por agentes da Polícia Civil de Minas, apreendendo um notebook com originais dos livros que escrevo, HD externo, pen drive, velhas cadernetas de telefones e papéis com originais de poemas.

Carone ficou detido nove meses, sendo solto depois do segundo turno das eleições vencidas por Dilma. Miraglia não chegou a ficar detido (intervenção da OAB), mas teve o escritório dele sobrevoado por helicópteros e uma multidão de policiais: delegados, investigadores e cães. Eu não fui nem indiciado, mas perante a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia de Minas encaminhei ao MPMG, de livre e espontânea vontade, a quebra de meus sigilos fiscal, bancário e telefônico. Apesar de tudo, meus equipamentos não me foram devolvidos até hoje. E nada se provou porque nada existe de irregular contra nenhum dos envolvidos no caso.

O promotor que fez tais acusações, André de Pinho, foi corroborado pelo delegado César Matoso, hoje envolvido no roubo de valores da Embraforte, caso que complica também Aécio Neves, Anastasia, Andrea Neves, a ex-secretária Renata Vilhena e parentes dela, um preso e dois deles foragidos. As investigações jogaram luzes sobre o mistério do financiamento. Premido por circunstâncias econômicas nos embates com Newton, Hélio e Azeredo, face à antiga amizade, Carone procurou Andrea Neves. Ela comprou o título Diário de Minas,



O então governador Tancredo Neves discursa em solenidade no Sindicato, no começo dos anos 80. Do seu lado, no fundo, Antônio Carlos Carone, irmão de Marco Aurélio.

foto AIRP/ARQUIVO ARFOC-MG

dinheiro utilizado para a montagem do site que, ao ser fechado era a única fonte de informação oposicionista, com alcance de 1 milhão e 800 mil visitas dia. Carone reitera: “Vendi o título, não a alma e a opinião. Dediquei-me, com provas a fazer jornalismo, resistindo às tentações econômicas de Andrea”.

Só recentemente vim a saber desse detalhe. Nunca perguntei a nenhum patrão de onde provinda o dinheiro a remunerar meu trabalho, agindo da mesma forma em relação a Carone, quando, após ser colaborador, recebi a proposta profissional. Investigado, Carone foi chamado a depor perante um delegado de polícia e indagado a respeito de depósitos mensais a seu favor. Contou a história da venda do título Diário de Minas. Todos os sigilos dele já estavam quebrados.

Questionado sobre pagamentos feitos por Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – e Sindicato da Indústria da Construção Pesada de Minas Gerais – Sincopot, ele provou ter vendido o título para Andrea e alegou: “a razão do pagamento efetuado por terceiros somente pode ser explicada por ela”. Andrea Neves financiou o Novojornal. O que parece impossível também acontece. A documentação consta de processo que o procurador geral do Estado está se recusando a entregar, o que obrigou Carone a entrar com um pedido de habeas data junto ao TJMG.



GERALDO ELÍSIO é jornalista e escritor. Em 2015 publicou “Toada de Asfalto”, seu primeiro romance.

foto

CHARLES HOFFERT

O EXEMPLO DA UNE

ARTÊNIO DANIEL

A reportagem chega à passeata com espírito de maratona, câmera e gravadores em punho, pouco tempo para apurar. “Quantas pessoas estão na rua?” “Qual a reivindicação?” Do outro lado, os ativistas observam a chegada dos jornalistas também apreensivos: “Quais veículos estão cobrindo?” “A imprensa será imparcial dessa vez?” No meio está o assessor, o celular em chamadas, dono de algumas dessas respostas, lutando por outras, rodeado por todos.

A assessoria de organizações do movimento social no Brasil é um laboratório em alta pressão. Nas ruas ou nas redações, as relações entre as entidades e a chamada grande mídia seguem a rotina de necessidades e insatisfações mútuas. A busca pela visibilidade das lutas sociais no mainstream convive com o protesto contra a distorção das notícias, contra a mediocridade ou má-fé editorial que confere espaços quase sempre mínimos na agenda positiva e bastante ampliados na situação contrária. Como mediar?

A União Nacional dos Estudantes (UNE), que possui quase 80 anos e é a representação máxima do movimento estudantil no país, buscou a solução na formação profissionalizada de um departamento de comunicação e na promoção da independência estratégica da sua assessoria. O objetivo foi apostar em profissionais assessores que pudessem se situar em uma posição de credibilidade frente às redações e, simultaneamente, às dezenas de diversos grupos, coletivos e forças políticas que compõem a entidade. Obviamente, a tarefa não é das mais fáceis.



ARTÊNIO DANIEL é jornalista formado pela PUC Minas, diretor do Sindicato dos Jornalistas, da Contra Regras Comunicação, assessor da UNE.

foto MARCOS ALVARENGA

PROFISSIONAL EM MOVIMENTO

O dia a dia de uma assessoria como a da UNE – o que não é diferente em outros grandes movimentos como o MST, a CUT, a CTB – envolve a abordagem muitas vezes pobre, imediatista ou estigmatizada dos grandes veículos e a necessidade de qualificação dos temas levantados pelos jornalistas. Por outro lado, cabe também ao assessor explicar à entidade a dinâmica de funcionamento da chamada grande imprensa, mesmo que dela se discorde ou que haja o desejo em superá-la pelo bem da democracia e do direito à informação.

Tudo isso ocorre em um cenário no qual as pautas mudam rapidamente, os jornalistas mudam, os líderes das entidades mudam – na UNE a renovação da diretoria ocorre a cada dois anos – e torna-se um desafio instituir um planejamento de comunicação a médio ou longo prazo. Portanto, cabe ao assessor do movimento social ser também um profissional em movimento, ciente do momento de transformações que a chamada grande imprensa atravessa, da correlação de forças no debate público, da sua capacidade profissional de amplificar os discursos necessários e de edificar narrativas dentro de condições sempre urgentes e não ideais.

Cabe também à assessoria dos movimentos buscar cada vez mais a valorização das chamadas mídias alternativas e livres, auxiliar na consolidação de novas redes de informação, empoderar os pequenos veículos, blogs, tevês e rádios comunitárias, educativas, colaborar ativamente para a democratização do setor e a superação do modelo concentrado de difusão. Há muito o que se fazer e a única certeza é a de que o telefone continuará tocando.



Congresso da UNE em Goiânia: comunicação profissionalizada

foto VITOR VOGEL



Manifestação da UNE, em Brasília: assessoria em movimento

foto DIVULGAÇÃO UNE

CAROS COLEGAS



POR

SYMPHRONIO VEIGA

foto CLÁUDIO CUNHA

Os melhores do rádio – No final da década de 70, José Mauro, diretor da Rádio Tamoio, do Rio de Janeiro, introduziu mudanças radicais e inovadoras nas programações das rádios Mineira e Guarani, de Belo Horizonte: criou os programas Plenimúsica, com muitas músicas, intervenção mínima do locutor de cabine, poucos e selecionados anúncios e notícias pelo Factorama, com boletins redigidos e divulgados em forma intimista e uso de recursos multimídia. Formou-se equipes de selecionados profissionais no esporte (os Lincês) e no noticiário e reportagem (os Primazes). Naquele tempo, as

concorrentes das emissoras Associadas eram principalmente a Itatiaia e a Inconfidência. Na foto histórica, a equipe dos Primazes, de pé, a partir da esquerda: Sérgio Prates, Estácio Ramos, Hélio Batista de Assis, Vargas Vilaça, Roberto Marcio, Reuber Henriques, Rubens Silveira, Caetano Silva, Alcântara Xavier, Roberto Elísio, Symphronio Veiga, André Carvalho e Hécio Moura. Agachados na mesma ordem: Ronaldo do Nascimento, Plínio Carneiro, Márton Victor, João Bosco, José Pagliaminuta, Ruitter Miranda, Fábio Vieira, Carlos Felipe e Wellington Cardoso. A maioria dos Primazes faleceu e os vivos mudaram para profissões mais rendosas. Só um permanece até hoje no jornalismo... (Foto Arquivo V&V)



COM O TEXTO ERRADO

Nos tempos da datilografia e do linotipo, o secretário da redação costumava afixar no quadro de avisos folhas de correções de textos das matérias. A primeira coisa que os repórteres faziam, quando chegavam para trabalhar, era ler aquelas anotações. Como estas:

- Evite mesóclises. Repita comigo: “mesóclises: evitá-las-ei!”
- Cuidado com a orthographia, para nao estrupar a lingua.
- Seja incisivo e coerente. Ou talvez seja melhor não...
- Palavras de baixo calão podem transformar seu texto numa merda.
- Nunca generalize: generalizar sempre é um erro.
- Evite abrev. etc.
- Evite repetir a mesma palavra, pois essa palavra vai ficar repetitiva. A repetição vai fazer com que a palavra seja repetida.
- Não abuse das citações. Como costuma dizer meu pai: “Quem só cita os

outros não tem ideias próprias”.

- Frases incompletas podem causar.
- Seja mais ou menos específico.
- A voz passiva deve ser evitada.
- Não seja redundante, não é preciso dizer a mesma coisa de formas diferentes, isto é, basta mencionar cada argumento uma só vez. Em outras palavras, não fique repetindo a mesma ideia.

INCORRIGÍVEIS COPIDESQUES

Antigamente, a relação entre repórteres e copidesques (o profissional de redação com a função de adequar matérias para publicação) nem sempre era pacífica. Repórteres reclamavam das modificações nos textos muitas vezes distorcendo o conteúdo.

Mas, havia raros copidesques perfeitos no trabalho, como Geraldo Mayrink, que começou sua carreira na década de 60, trabalhando no Diário de Minas a convite do chefe Fernando Gabeira. Mayrink faleceu aos 67 anos, vítima de um câncer. Ele era diferente dos demais copidesques: conversava com os repórteres no momento da correção das matérias e o entrosamento era total, sem reclamações.

No final da década de 70, o professor e filólogo Ayres da Matta Machado mantinha uma coluna no jornal Estado de Minas com o nome ‘Escrever Certo’.

Naquele tempo, quem fazia a revisão nas matérias no EM era o secretário

do jornal, Odair de Oliveira, um sisudo copidesque, incorrigível, isto é: irrepreensível na função. Sistemático, Odair chegava para trabalhar exatamente às 13 horas, assinava o ponto, dirigia-se à sua mesa, tirava um monte de matérias da gaveta, e começava o trabalho, sempre usando lápis. Seis horas depois, assinava o pondo de saída, houvesse ou não matérias para corrigir.

Antes, por volta das 15 horas, chegava à redação o professor Ayres com a coluna em três laudas datilografadas. Dava “boa tarde” ao copidesque, que não respondia e nem olhava para o velho professor, que, humildemente, pedia:

- Odair, corrige só o errado, viu?!...

BEBENDO E APRENDENDO NO BAR

(Uso correto dos pronomes este, esse e aquele)

À noite, depois de um dia de trabalho na redação, Fernando Capobianco continuava dando ordens até no Botequim do Maletta. Ocupando

a cabeceira da grande mesa, como de costume, determinava ao Zué do Zirico, segurando a garrafa:

“Pela ordem, esta cerveja é você quem paga”.

(ESTE/ESTA DIZ RESPEITO A ALGO QUE ESTÁ PRÓXIMO DA PESSOA QUE FALA)

De novo, Capobianco, agora determina a Genaro do Cutuba, que serve a cerveja:

“E essa bebida, pela ordem ou desordem, você é quem vai pagar”.

(ESSE/ESSA DIZ RESPEITO A ALGO QUE ESTÁ PRÓXIMO COM QUEM SE FALA)

Olhando para o Mansueto do Bululu, na última cadeira, Capobianco fala:

“Aquela cerveja, que Mansueto está nos servindo, quem vai pagar também não sou eu”.

(AQUELE/AQUELA DIZ RESPEITO A ALGO QUE ESTÁ DISTANTE DE QUEM FALA)

A MORTE DA CIDADE RODOVIARISTA

GIL SOTERO

No livro “Morte e Vida de Grandes Cidades” a escritora norte-americana Jane Jacobs critica radicalmente os desenhos urbanos da América nos anos 50. Para ela, a formação de cidades como NY à época, era planejada para ser monótona e sem vida. Um das críticas de Jacobs era a falta de diversidade dos bairros divididos entre os mesmo perfis segregadores. O que ela discutia há décadas está mais do que na pauta das metrópoles atuais. Tema de grandes batalhas ideológicas e científicas a respeito do futuro das cidade contemporâneas é definir que tipo de ocupação urbana preservará a possibilidade de ser e viver nelas e fugir do caos que a cada ano se torna mais visível no horizonte; cidade insustentáveis para a sobrevivência a ponto de serem abandonadas.

A forma como uma cidade é ocupada interfere diretamente na qualidade de vida e conforto do cidadão. O modelo de cidade espreada no Brasil, também conhecido como modelo urbano rodoviário, apresenta alguns fatos como, por exemplo, ampliar o espaço ocupado no tecido urbano, tornando as distâncias um desafio, dada a demanda dos cidadãos em se deslocar e consequentemente aumentando os custos para atender a essas demanda, como infraestrutura. Diminuir as distancias e o tempo de deslocamento dos cidadãos é um dos focos daqueles que defendem cidades compactas

como um modelo de cidade inteligente, em que o crescimento populacional e geográfico seja controlado e viável. Essa visão de cidade densas e bem servidas de transportes públicos, diversificando modais de transporte com forte incentivo ao uso de transportes publico e não motorizados, como a bicicleta, já integram o plano diretor de cidades como São Paulo.

O futuro da maior capital da América Latina é se tornar compacta. Tipo de cidade que se baliza em algumas premissas como: espaços multifuncionais, adensar bairros bem servidos de infraestrutura, como os centros antigos, estimular a diversidade de camadas sociais. Criar corredores verdes que servirão como ligações entre parques, santuários da fauna urbana, além desenvolver

economicamente bairros para que moradores encontrem oportunidades na região em que vivem etc.

Todas essas mudanças esbarram no contexto cultural brasileiro segregador. “A relação cultural de apropriação do espaço urbano que foi historicamente estabelecida pela sociedade brasileira, em especial alguns estratos médios superiores dificulta a consolidação de um modelo de cidade diversificada”, declara Flávio Torre, sociólogo. De fato, imaginar uma sociedade que sequer sabe compartilhar as ruas e avenidas da cidade a compartilhar um futuro parece algo inviável, mas já está sendo feito por diversas organizações.

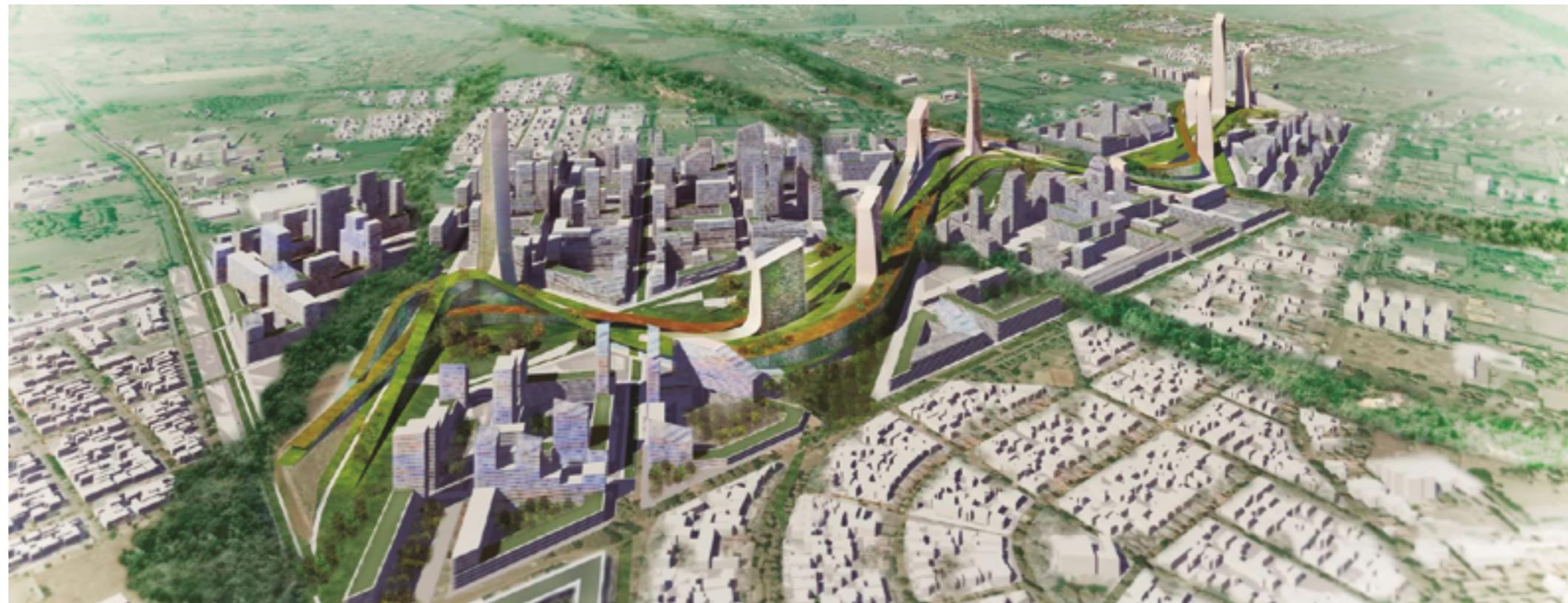
Uma delas é o Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento, organização não governamental internacional fundada em 1985 em NY e com sede no RJ com o objetivo de promover o transporte equitativo e sustentável. “O ITDP vem desde 2009 promovendo mobilidade urbana sustentável, com foco no desestímulo ao uso do carro particular, e no incentivo a políticas públicas que promovam o uso do transporte público, da bicicleta e dos deslocamentos a pé”, declarou Clarisse Linke, diretora-executiva do ITDP Brasil, para a Revista AutoBus.

É importante lembrar que as cidades carecem de espaço públicos e que o automóvel nos EUA, por exemplo, demanda entre 100 e 200 m² do espaço urbano (vias + estacionamento). Nenhum outro modal de esporte ocupa tanto espaço.

Em termos de cidades que olham para o futuro, é bom atentar um exemplo no sul do país: Maringá. Ela foi considerada a cidade com melhor planejamento urbano do Brasil. Conquistou o Connected Smart Cities 2015, título promovido pela revista Exame e pela consultoria Urban Systems. Um dos destaques de Maringá é o planejamento a longo prazo e através da organização da sociedade civil. O projeto Masterplan do Conselho de Desenvolvimento Econômico (Codem) traça metas e projeta a cidade até 2047.

Se algumas cidades brasileiras, como Belo Horizonte, foram planejadas há décadas, por que não continuar esse planejamento? Continuaremos adotando o modelo rodoviário? Até quando, já que as áreas para construção de moradias já pertencem a outros municípios? As regiões metropolitanas estão se fundindo sem transporte, sem acessibilidade, sem saneamento e com o alimento e a água vindo cada vez de mais longe. Cidades desiguais serão maiores fontes de conflitos e graves problemas sociais, ambientais e econômicos.

Uma projeção para o crescimento de Maringá



GIL SOTERO é jornalista, blogueiro e ciclotivista.

A CIDADE E OS JORNALISTAS



Edifício Maletta, no Centro de Belo Horizonte, na foto de João Marcos Rosa: ponto de encontro de escritores e jornalistas

Jornalistas são personagens importantes do livro “Uma Cidade se Inventa – Belo Horizonte na Visão de Seus Escritores”, que Fabrício Marques lançou em setembro. É que escritores e jornalistas muitas vezes se confundem na história da capital mineira. O próprio autor é jornalista e teve a ideia do livro ao escrever uma série de reportagens para o caderno Magazine, do jornal O Tempo. “As relações entre o jornalismo e a literatura em Belo Horizonte são fortíssimas. A literatura está em diálogo constante com o jornalismo”, explica Fabrício.

Ele define o livro como “um perfil da cidade pelo olhar dos escritores: romancistas, contistas, cronistas e poetas” e conta que a partir da série do O Tempo quis entender como eles definem a cidade. Fabrício passou nove anos pesquisando o assunto. O resultado foi uma extensa bibliografia da literatura produzida em Belo Horizonte, ao mesmo tempo em que os escritores pesquisados apresentam ao leitor novas visões sobre a cidade.

“O desatino da rapaziada”, livro do jornalista e escritor Humberto Werneck, serviu de referência para o trabalho, mas Fabrício produziu um livro muito mais amplo, que começa na construção da cidade e chega até os dias atuais. À medida que se aproxima do presente, o livro fica mais denso, lançando luz sobre os escritores contemporâneos, menos conhecidos do que os célebres autores das gerações de Carlos Drummond de Andrade, Fernando Sabino e Luiz Vilela, nacionalmente famosos. Estes novos escritores se destacam pela crítica à cidade metrópole, inchada e brutalizada por seus problemas gigantes que atingem milhões de pessoas. “Eles põem no dedo na ferida dos problemas sociais”, observa Fabrício.

Um escritor jornalista, Otávio Ramos, cuja obra se destaca pela qualidade, diversidade e ironia, em contraste com a modéstia silenciosa do autor, recebeu espaço merecido. Falecido há dez anos, Otávio deixou pérolas para a literatura da cidade (“Pise devagar, você está pisando nos meus sonhos” e “Obras Completas Tomo I”), assim como Edwaldo Zampier Salles, que agitou corações, mentes e a vida cultural de Belo Horizonte até saltar do Edifício Acacaia, em 1985. Edwaldo publicou um livro de contos (“Atrás do Sol”), aos vinte anos, e escreveu para revistas (“Punhal”) e jornais (“Boca a Boca”). Foi também autor e ator do Teatro de Resistência dos Estudantes da Federal e escreveu uma peça infantil (“O Sonho do Traço”). Sua morte precoce provocou comoção em uma geração de criadores, da qual era o maior expoente. Outro escritor importante da mesma geração, falecido em 2013, não é mencionado: Gerson Murilo. Aposentado ainda jovem, Gerson dedicava seu tempo a viajar para outras cidades, mas voltava sempre, e aqui passava os dias a perambular, ora caminhando, ora pedalando, observando Belo Horizonte com olhar atento,

crítico e bem-humorado, que expressava em poemas curtos, publicados em edições do autor (como o originalíssimo “Que roubada!”), e em histórias infantis, como “Eu fico é segurando o meu nariz” (Prêmio Jabuti 1989), com ilustrações de Helena Alexandrino, entre outros.

“Uma Cidade se Inventa” contém mapas com roteiros dos locais frequentados pelos escritores, muitos deles redações de jornais, sendo a mais duradoura e profícua a do Suplemento, na Avenida Augusto de Lima, entre Espírito Santo e Rio de Janeiro. “Vários escritores acabam falando dos mesmos lugares, desde o início da cidade até hoje: a Lagoinha, a Savassi, a Guaicurus, a Pampulha, a Praça Sete, o Maletta e a Rua da Bahia”, acrescenta Fabrício. Uma curiosidade é que alguns locais desaparecem da literatura com o fechamento dos jornais nos quais trabalhavam escritores.

Autor de três livros de poesia publicados, o último deles, “A Fera Incompletude”, em 2011, Fabrício pesquisou e escreveu “Uma Cidade se Inventa” paralelamente ao seu trabalho como jornalista e professor. Atualmente, ele trabalha na Assembleia Legislativa. As relações entre o serviço público e a literatura da cidade, assim como entre a literatura e o jornalismo, já amplamente conhecidas, ficam também evidentes na obra.

O livro é ilustrado pelo belíssimo ensaio fotográfico de João Marcos Rosa, com 70 imagens em preto e branco de pontos de Belo Horizonte, entre elas a que acompanha esta matéria. Afinal, a personagem principal da obra é a cidade, e o livro tem esta qualidade a mais: deixa no leitor, em especial no leitor jornalista, um desejo de ver Belo Horizonte a partir do olhar dos seus jornalistas. Não há profissão que mais testemunhe a cidade, seus moradores e sua vida do que o jornalismo, inclusive seus bastidores, aquele lado que não sai nos jornais, os fatos e as conversas que não são notícias ou são convenientemente ocultados do leitor, mas que os jornalistas presenciam. Como será a cidade contada por seus jornalistas? Este livro ainda está por ser escrito. (C.C.)

O JORNAL IMPRESSO E O LEITE LONGA VIDA

MARCELO
FREITAS

Há muito fala-se que o jornal impresso está em crise. Os que pensam assim são os saudosistas, apegados que ainda estão à era da informação em papel. O que está em curso é apenas a migração da produção da notícia de uma plataforma para outra. Isso foi mostrado de forma muito clara há algumas semanas, quando a Associação Nacional de Jornais (ANJ) apresentou os primeiros números da Métrica Única Unificada, um instrumento de apuração da audiência dos jornais brasileiros em várias plataformas, não apenas a impressa. Os números mostraram que o percentual dos que se informam nas diversas plataformas digitais é bem maior do que aqueles que têm apenas o impresso como fonte.

Isso mostra que a transição está em curso. Na prática, a produção de notícia repete algo que as cooperativas de leite souberam fazer muito bem nos anos de 1970: a troca da plataforma de distribuição, uma mudança que valorizou o produto e aumentou sua vida útil. Entre o leite de saquinho, dos anos de 1970, e os jornais impressos diários dos dias de hoje, há algo em comum: o baixo valor de venda do produto e a sua alta perecibilidade.

O leite de saquinho durava um dia. O jornal diário dura o mesmo tempo. À tarde, já é um produto envelhecido. Para o leite, isso resultava em uma limitação

de mercado. Como se tratava de um produto perecível, era vendido somente onde podia ser posto à venda até o final do dia. Por isso é que, nos anos de 1970, as pessoas consumiam só o leite produzido na própria cidade onde moravam. A mesma limitação está presente, hoje, no jornal impresso diário. Com o advento da internet e das redes sociais, as notícias envelhecem hoje no mesmo dia em que são produzidas. O que dizer, então, de um produto jornalístico que traz as notícias do dia anterior? Um jornal que enfrenta uma viagem de várias horas e chega ao seu destino somente no final da manhã já perdeu uma boa parte de seu sentido. No caso do leite de saquinho, o problema foi contornado com as embalagens longa vida.

Hoje, um litro de “leite de caixinha”, como era conhecido o longa vida no início de sua existência, dura vários meses. Com isso, pode ser transportado e – o que é mais importante – comercializado em um mercado muito maior que o da cidade onde foi produzido. O fator

limitador, nesse caso, é apenas o custo do transporte. No leite, ocorreu uma mudança da plataforma de distribuição. No caso do jornal impresso, essa plataforma já existe: é a plataforma digital. Ela acaba com a limitação imposta pela necessidade de se transportar fisicamente a notícia e, ao mesmo tempo, agrega valor à informação, na medida em que reduz o seu envelhecimento e, conseqüentemente, sua perda de valor. Ocorre, então, uma reversão da equação tempo e espaço em favor da notícia.

O papel é um limitador em sentido contrário, como era o saquinho plástico das embalagens de leite. O problema, no caso do jornal, passa a ser uma decisão empresarial a ser tomada: qual o momento de se fazer a migração da plataforma papel para a plataforma digital. Há vários exemplos de jornais que fizeram essa migração quando a versão impressa estava no final de sua vida. Foi o caso do “Jornal do Brasil”, que hoje, na versão digital, não tem repercussão praticamente nenhuma. Como o jornal já estava no ocaso de sua vida, não houve o que ser

transferido para a plataforma digital em termos de prestígio ou poder de influência. Recentemente, o jornal “O Sul”, de Porto Alegre, também decidiu interromper a versão impressa para concentrar-se apenas na digital. Fez quando é um produto ainda com uma certa vitalidade. Repetiu Pelé, que, em 1971, ao anunciar seu desligamento da Seleção Brasileira, ainda estava no auge da fama. Ao interromper sua linha do tempo enquanto atleta, ele conseguiu manter seu prestígio por décadas e décadas, porque ninguém chegou a conhecer o lado obscuro de um Pelé em final de carreira que não conseguia mais repetir os dribles de antes e marcar os mesmos gols.

O dilema do jornal impresso é também esse: qual o momento de parar? Pelé soube o momento exato de parar. As cooperativas de leite também souberam fazer isso com muita precisão quando migraram para a plataforma “longa vida” de distribuição de seu conteúdo – o leite. Trata-se, portanto, de uma equação de muitas variáveis, um desafio complexo para jornalistas e administradores. Mas é um caminho sem volta.



MARCELO FREITAS é jornalista, professor do curso de Jornalismo da PUC-MG e chefe de Redação da TV Câmara BH.



Banca de jornais nos bons tempos (foto reproduzida do site Foi um Rio que passou).



A ESCALADA DO TERRORISMO DE DIREITA

No dia 5 de outubro, uma segunda-feira, indivíduos não identificados que passaram de carro diante de um endereço na Avenida Afonso Pena, no centro de Belo Horizonte, lançaram panfletos que diziam “Petista bom é petista morto”. Outro panfleto, também lançado do carro, continha uma fotografia manipulada da presidenta Dilma e ofensas de baixo calão. Quatro pessoas estenderam uma faixa no local e carregaram cartazes atacando o ex-presidente Lula; um deles dizia: “Lula sua hora tb tá chegando”. Tudo isso aconteceu enquanto, no local, uma casa destinada a funerais, familiares e amigos velavam o corpo de José Eduardo Dutra, ex-presidente

do PT e ex-presidente da Petrobras. Dutra faleceu na véspera, de câncer. Estiveram no velório, entre outros, o próprio ex-presidente Lula e o governador Fernando Pimentel. Atos como este confirmam a oportunidade do livro “Estamos vivos. A volta será pior – o DNA do terrorismo de direita em Minas”, lançado pelo ativista dos direitos humanos Betinho Duarte na Casa do Jornalista, no dia 28 de agosto. Em dois volumes, a obra é um levantamento dos atos terroristas de direita que ocorreram em Minas Gerais entre 1961 e 1995 e que tiveram entre suas vítimas principais a imprensa e os jornalistas. Um dos méritos do livro é mostrar que a

violência de direita não se limitou ao período da ditadura, mas começou antes do golpe e continuou nos governos civis posteriores. “Estamos vivos” é um alerta contra a nova escalada de manifestações contra a democracia, que uma característica que remete aos piores momentos da História recente, vividos sob o nazifascismo e na Guerra Fria: a estigmatização dos petistas. Como aconteceu com os judeus na Alemanha hitlerista e com os comunistas durante a Guerra Fria, a direita tenta identificar os petistas como “a fonte do mal”, transformando-os em indivíduos contra os quais toda ofensa, toda calúnia e toda violência são toleradas.

Bem cuidados e fartamente ilustrados com a reprodução de fotografias, jornais e documentos da época enfocada, nas mais de 400 páginas cada um, os dois volumes tiveram tiragem de 500 exemplares, parcialmente garantida como o apoio cultural da Cemig, e foram distribuídos gratuitamente. Pela sua importância documental, já merecem uma nova tiragem, capaz de abarcar maior número de leitores.

A PRIMEIRA VÍTIMA

A frase título do livro é reprodução de uma pichação feita na sede do jornal Em Tempo, no atentado a bomba praticado em 28/7/1978. A pichação foi assinada “MAC+GAC” (Movimento Anticomunista e Grupo Anticomunista), grupos terroristas cujos integrantes nunca foram identificados nem punidos pelo Estado brasileiro, ao contrário do que aconteceu com os militantes das legendas da esquerda armada.

Colaboraram com depoimentos, no primeiro volume, diversos jornalistas, entre eles José Maria Rabêlo, Paulo Lott, Geraldo Elísio (Pica-pau), Márcio Metzker, Aloísio Moraes, Otaviano Lage, José Carlos Alexandre e Fernando Miranda (coordenador do livro). Participaram também eminentes cientistas sociais, dentre os quais Otávio Dulci, que, num artigo curto, mas densamente informativo, lança luz sobre os velhos e os novos fascistas.

O segundo volume de “Estamos vivos” publica um amplo conjunto de reproduções de notícias sobre atos terroristas praticados por organizações de direita em Minas Gerais entre 1961 e 1995. Além das reprodução de matérias, o livro contém uma relação de fontes e uma lista de 460 notícias, ano a ano. Nele se vê com mais precisão que a imprensa é a primeira vítima do arbítrio. Antes mesmo da ditadura, o semanário Binômio, de Belo Horizonte, foi destruído por tropas de um general que se sentiu ofendido por uma matéria. O livro serve ainda como uma memória de jornais que tiveram grande importância para o país e desapareceram nas últimas décadas, em consequência da censura e da repressão.

Segundo Betinho, um terceiro volume deve se somar aos dois primeiros. Ele conteria os documentos da CPI da Assembleia Legislativa de Minas Gerais que investigou o terrorismo de direita no estado, mas foi desativada quando o governo, ainda sob a ditadura, percebeu que as os deputados estavam chegando aos responsáveis pelos crimes. “A iniciativa já recebeu apoio do deputado estadual Durval Ângelo (PT), vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da ALMG”, informou o autor. (C.C.)

Abi-Ackel manda DPF apurar logo atentado a sindicato em Minas

BRASÍLIA (O GLOBO) — O ministro da Justiça, Abelardo Abi-Ackel, deu ordem ao Departamento de Polícia Federal de apuração para uma “tendência e rigorosa” apuração dos fatos, ao tomar conhecimento, através de um membro do Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais, do atentado a bomba ocorrido na sede da entidade.

Direita ataca jornalistas de Belo Horizonte

A Casa do Jornalista de Minas, sede do Sindicato dos Jornalistas Profissionais, foi atingida na madrugada de ontem por uma bomba de alto poder explosivo colocada na sua porta. O governador Francisco Pereira, ao ser informado pelos jornalistas dos danos causados pelo atentado, mostrou-se “indignado” com a ocorrência e mandou abrir um “rigoroso inquérito” para apurar a responsabilidade do ato. Os autores do atentado picharam as paredes da Casa dos Jornalistas com frases anticomunistas e os diretores do Sindicato ligaram o atentado a outros praticados recentemente na capital mineira, o último deles na Igreja São José, durante a greve dos professores da rede pública estadual. (Página 2)

Jornalistas pedem a Geisel segurança para trabalhar

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais pediu ao governador Francisco Pereira que providencie a segurança dos jornalistas para trabalhar em suas redações e em suas casas.

GOVERNOS CIVIS OCULTARAM CRIMES DOS GOVERNOS MILITARES

Todos os governos civis que sucederam a ditadura mantiveram um pacto de silêncio para ocultar informações reveladoras sobre os governos militares, inclusive o esclarecimento do destino de opositores considerados desaparecidos. Esta situação, que constitui um entrave para a conclusão da transição democrática, é o tema do novo livro do jornalista e escritor Lucas Figueiredo, “Lugar Nenhum – militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura”, lançado em outubro.

O livro mostra que grande parte dos arquivos secretos da ditadura foi preservada. Os militares, no entanto, negam acesso a eles e vêm contando com a conivência de todos os presidentes civis. “Isso é muito grave”, observou Lucas, em entrevista.

Ex-repórter da Folha de S.Paulo e autor de diversos livros de jornalismo investigativo, Lucas Figueiredo mora atualmente na Suíça. Em 2012, ele coordenou um grupo de jornalistas que trabalhou para a Comissão Nacional da Verdade (CNV), mas as informações apuradas não foram usadas no relatório final da Comissão, o que motivou a publicação do livro.

O jornalista ressalta que os arquivos da ditadura são provas de crimes contra os direitos humanos. O governo FHC reconheceu a responsabilidade do Estado pela morte de opositores desaparecidos, mas baixou um decreto criando o “sigilo eterno” dos “documentos ultrassecretos”. A presidenta Dilma revogou este decreto em 2012, mas não atendeu solicitação de familiares de desaparecidos que pediam acesso aos arquivos. Prevalece a versão de que eles teriam sido destruídos.

“Lugar Nenhum...” inaugura uma coleção da editora Companhia das Letras sobre arquivos da repressão, coordenada pela historiadora Heloisa Starling. Novos livros tratarão da repressão aos indígenas, dos braços da ditadura no exterior e do apoio dos empresários aos governos militares.

Leia a seguir a entrevista que o repórter concedeu por e-mail. (C.C.)



Lucas Figueiredo

foto WASHINGTON NOVAIS/CIA DAS LETRAS

Entrevista com Lucas Figueiredo

P- Você acredita que os arquivos da ditadura continuam intactos?

LF- No meu livro, eu mostro, por meio de documentos oficiais, que parte dos arquivos foi sim destruída como afirmam as Forças Armadas. Mas também provo que uma grande parte foi preservada e continua ainda hoje em poder dos militares, na forma de microfimes. A Justiça Federal já mandou abrir esses arquivos, mas as Forças Armadas se recusam a fazê-lo. Isso é muito grave, já que mostra que, passados exatos 30 anos do fim da ditadura, o poder militar ainda não se subordina totalmente ao poder civil. Isso, em última análise, é um entrave para a conclusão da transição democrática. Saímos da ditadura em 1985 e agora, em 2015, ainda não alcançamos a democracia plena. Estamos em algum lugar (ou em lugar nenhum, como batizei o meu livro).

P- A Comissão da Verdade não usou o material levantado pela equipe que você coordenou. Por quê?

LF- Fui chamado para atuar como pesquisador da CNV em 2012. A pedido da comissão, montei e coordenei uma equipe de jornalistas investigativos que tinha duas missões: localizar arquivos secretos da ditadura e entrevistar antigos agentes e comandantes de órgãos da repressão e de inteligência. Esse grupo, que foi apelidado de equipe ninja, tinha o apoio do Projeto República, do Departamento de História da UFMG, e era supervisionado pela historiadora Heloisa Starling, também da UFMG. Conseguimos levantar muita informação, que foi processada depois pelo Projeto República. Entre os documentos que obtivemos, estão provas de que as FFAA ocultam arquivos. Porém, a CVN ignorou todas as informações em seu relatório final. Por quê? Não sei. Só os comissários da CNV pode responder essa questão.

P- O livro contém documentos antes inéditos. O que eles revelam?

LF- O livro tem documentos confidenciais que mostram que, até pelo menos 2013, a Marinha continuava mantendo e atualizando seu arquivo sobre mortos e desaparecidos políticos. Um arquivo que até hoje a sociedade desconhece. O livro também traz documentos que comprovam o corpo mole de todos os presidentes da República do pós-ditadura (Sarney, Collor, Itamar, FHC, Lula e Dilma) com o tema da abertura dos arquivos da ditadura. Há um documento confidencial do governo Lula que mostra como o então ministro da Defesa, Nelson Jobim, fez prevalecer dentro do governo a posição de que os militares tinham destruído integralmente os antigos arquivos da ditadura em operações de rotina, dentro da lei (o que não aconteceu). Também comprovo que a presidente Dilma tomou conhecimento de que a Marinha ocultou da CNV informações sobre mortos e desaparecidos políticos. Dilma soube de fato e nada fez.

P- Por que acontece a ocultação dos arquivos por governos tão diferentes durante 30 anos?

LF- Esse pacto foi delineado por Tancredo Neves, no fim da ditadura. Depois de eleito presidente, em 1985, na primeira entrevista que concedeu à imprensa, ele falou que não interessava ao país investigar os fatos (na verdade, crimes) ocorridos na ditadura. Tancredo, claro, pretendia fazer vistas grossas para os crimes dos militares em troca da estabilidade nos quartéis. Esse pacto foi mantido por Sarney, Collor, Itamar, FHC, Lula e Dilma. Até hoje, não tivemos um presidente civil (é sempre bom lembrar, o presidente acumula o posto de comandante-em-chefe das Forças Armadas) que peitou as Forças Armadas e mandou abrir os arquivos. Preferem fingir acreditar que os arquivos foram de fato totalmente destruídos. Claro, obrigar os militares a abrir os arquivos seria comprar uma grande briga com as Forças Armadas, mas alguém precisava fazê-lo. Até hoje, esse “alguém” não chegou ao Planalto.

DIRETORIA DA CASA DO JORNALISTA E COMISSÃO DE ÉTICA TOMAM POSSE



O presidente da Casa do Jornalista, Mauro Werkema

foto SAMUEL GÊ

Tomaram posse na noite de 15 de outubro a nova diretoria da Casa do Jornalista, presidida por Mauro Werkema, e a Comissão de Ética e Liberdade de Imprensa do Sindicato, presidida por Valéria Said. A solenidade, parte das comemorações dos 70 anos do Sindicato e 50 anos da Casa do Jornalista, contou com grande participação de jornalistas de várias gerações. A reativação da Casa do Jornalista foi promessa de campanha da atual diretoria do Sindicato, assim como a da Comissão de Ética, eleita pela categoria.

O governador Fernando Pimentel foi representado na solenidade pelo subsecretário de Comunicação Social, Marcus Gimenez. Um dos convidados mais festejados foi o ex-presidente Virgílio Horácio de Castro Veado. Principal responsável pela doação, pelo governo do estado, em 1965, do imóvel no qual funciona o Sindicato e pela criação da Casa do Jornalista, ele voltou ao local depois de uma ausência de quarenta anos. Explicando ser “amigo de longa data” de Mauro Werkema, disse que não podia recusar o convite e narrou fatos históricos ocorridos no Sindicato.

O presidente do Sindicato, Kerison Lopes, destacou o simbolismo do encontro, representativo da diversidade da categoria. “Este é um ambiente em que todos nos sentimos em casa”, disse. “Aqui se respira liberdade, todos os que lutam pela democracia sempre encontram acolhida nesta Casa”, acrescentou.



O presidente Kerison Lopes fala durante as posses da nova diretoria da Casa do Jornalista e da Comissão de Ética, tendo ao lado Marcus Gimenez, Valéria Said, Mauro Werkema e Virgílio Veado

Mauro Werkema lembrou que viveu momentos históricos na Casa do Jornalista, como a greve dos professores, em 1979, e ressaltou a função ampla da instituição tanto na área cultural como na área assistencial aos jornalistas. “Hoje temos o papel de reconvocação da categoria para frequentar esta Casa, o que já vem sendo feito pela atual diretoria, e queremos ampliar ainda mais”, disse.

Juntamente com Werkema tomaram posse José Maria Rabêlo – vice-presidente; João Paulo Pinto da Cunha – diretor de Cultura; Dinorah Maria do Carmo – diretora Administrativa e Financeira; Vilma Tomaz Ribeiro – diretora de Comunicação; Guy Affoso de Almeida Gonçalves e José Eduardo da Costa – suplentes de Diretoria; Aloísio Soares Lopes, Jane Maria de Medeiros e Américo César Antunes

– Conselho Fiscal; Vilma Fazito Rezende – suplente no Conselho Fiscal.

A presidente da Comissão de Ética e Liberdade de Expressão, Valéria Said, fez um apelo à categoria para que faça uma reflexão sobre as mudanças pelas quais passa o jornalismo e o exercício dos imperativos éticos. Ele afirmou que a Comissão de Ética terá atuação mais proativa, que buscará motivar a categoria para discutir a profissão. “A partir de hoje estamos à disposição da categoria e dos cidadãos mineiros”, enfatizou.

A Comissão de Ética é formada também por Virgínia de Castro – vice-presidente; Mozahir Salomão – secretário; Lucas Cadete Zállo, representante da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Minas Gerais (OAB-MG), e Leonardo Soares Nader, representante do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (Conedh-MG).

HISTÓRIA RECONTADA

PAUTA abre espaço a partir desta edição para a memória do Sindicato, que no dia 6 de setembro de 2015 completou 70 anos. A data começou a ser comemorada numa homenagem prestada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais e prosseguiu com posses da nova diretoria da Casa do Jornalista e da Comissão de Ética e Liberdade de Imprensa; uma série de programações dará prosseguimento às festividades neste ano e em 2016. A recuperação da memória do jornalismo e dos jornalistas mineiros é uma das prioridades da nova direção da Casa do Jornalista. Os depoimentos que publicamos a seguir recuperam fatos e momentos decisivos da trajetória da entidade que se caracteriza pela tradição democrática e libertária, pela defesa dos interesses da categoria e pelo diálogo constante com os movimentos sociais.

A ORIGEM DA CASA DO JORNALISTA

“Sou um contador de histórias e é nesta condição que voltei a esta Casa”, disse Virgílio Horácio de Castro Veado, ex-presidente do Sindicato, ao discursar na cerimônia de posses da diretoria da Casa do Jornalista e da Comissão de Ética do Sindicato, na noite de 15 de outubro. Presidente à época em que a Casa do Jornalista foi criada, em 1965, Virgílio estava distante há quarenta anos. Voltou para contar histórias.

A uma plateia de jornalistas de várias idades, que lotaram o salão da sede, Virgílio contou três histórias. A primeira delas, sobre a criação da Casa, que nas décadas seguintes se tornou



símbolo das lutas não só dos jornalistas, mas de toda a sociedade mineira, ganhando as alcunhas de “Casa da Democracia” e “Casa da Liberdade”. É uma história que muitos dos presentes não conheciam, história contada em partes, várias delas conflitantes, pelas gerações de jornalistas que vieram depois.

No relato do seu fundador, que foi secretário de Imprensa do ex-governador Magalhães Pinto, um dos líderes do golpe de estado de 1964 e apoiador da ditadura até a última hora, a Casa do Jornalista ganhou a legitimidade que acaso lhe faltasse. A fórmula encontrada para livrar o Sindicato da possível perda da sua sede foi, na versão do seu principal criador, “juridicamente perfeita, politicamente hábil e conjunturalmente a única possível”.

Ex-presidente Virgílio visitou o Sindicato depois de 40 anos

foto SAMUEL GÊ

DOAÇÃO DO GOVERNO

Fundado em 1945, sob os signos da paz e da democracia que encerraram a II Guerra Mundial, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais funcionou em salas alugadas durante mais de vinte anos. Foi no mandato do ex-presidente Virgílio que ganhou de presente do governo do estado o belo casarão no qual funciona até hoje, localizado à Avenida Álvares Cabral, número 400, no Centro de Belo Horizonte, conhecido como Casa do Jornalista. No dia 8 de outubro de 1966, a Casa foi inaugurada.

Presidente entre 1965 e 1972, Virgílio teve papel fundamental nas gestões dos jornalistas mineiros para ganhar o presente do Estado. O casarão era namorado pelos jornalistas que passavam à sua porta. Cedendo às solicitações da categoria, o governador Magalhães Pinto desapropriou o imóvel e enviou projeto de lei à Assembleia Legislativa doando-o ao Sindicato. O Sindicato passou assim a possuir sede própria, imune a ações do Ministério do Trabalho, que, à época, intervinha em inúmeros sindicatos país afora, para desarticular o sindicalismo, que prosperara nos governos democráticos antes do golpe de 1964.

A fórmula encontrada para isso foi a criação da Casa do Jornalista de Minas, figura jurídica com fins culturais e assistenciais. Durante muito tempo, funcionaram na Casa consultórios médicos e dentários típicos daquele período do sindicalismo brasileiro. A vocação cultural da Casa do Jornalista permanente até hoje e foi revigorada pela atual diretoria do Sindicato, com extensa programação de shows, lançamentos de livros, filmes e discos, debates e encontros diversos.

UNIÃO DOS MINEIROS

A cerimônia de posses da nova diretoria da Casa do Jornalista e da Comissão de Ética reuniu diversos segmentos e gestões do Sindicato. A presença do ex-presidente Virgílio Veado simbolizou o caráter suprapartidário e para além das ideologias que a Casa do Jornalista representa, como local aberto a todos os jornalistas, todos os movimentos sociais e toda a sociedade mineira. A única bandeira para a qual se exige defesa intransigente é a da liberdade e da democracia.

Os mineiros defendem a democracia e a liberdade como o ar que respiram e a prova disso é a história da Casa do Jornalista, ressalta o presidente Kerison Lopes. Mal havia sido doada por um governo que apoiara o golpe e ajudava a sustentar o regime militar, a Casa tornou-se palco de resistência à ditadura. A propósito, Virgílio Veado contou mais uma história que corria o risco de se perder na falta de memória brasileira.

Doado o imóvel ao Sindicato, pelo governador situacionista Magalhães Pinto, a oposição ao regime elegeu cinco governadores, dois dos quais seriam intoleráveis aos militares, por suas ligações com o ex-presidente casado Juscelino Kubitschek: Israel Pinheiro, em Minas, e Negrão de Lima, no estado da Guanabara, hoje Rio de Janeiro. Ambos mineiros. O governo militar decretou o AI-2, que extinguiu os partidos e criou apenas dois: Arena, que seria o partido do governo, e MDB, que seria o partido da oposição. A posse dos eleitos foi posta em dúvida e seus governos ameaçados de intervenção.

A Casa do Jornalista teve papel fundamental no episódio, para garantir o mandato popular conferido ao governador Israel Pinheiro, segundo o ex-presidente Virgílio. Ao unir na solenidade inauguração o governador Israel Pinheiro e ex-governador Magalhães Pinto, além de políticos diversos, os jornalistas mineiros mostraram ao país e aos militares que Minas estava unida e não toleraria uma intervenção. “A partir dali, a Casa do Jornalista tornou-se quartel general da liberdade de imprensa e da liberdade política”, definiu Virgílio. Começava assim sua trajetória de resistência à ditadura.



REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO

A terceira história contada pelo ex-presidente Virgílio abordou os bastidores da regulamentação da profissão dos jornalistas. Ele lembrou que na década de 1960 o modelo de jornalista boêmio estava sendo superado pelo avanço das comunicações e a categoria buscava a profissionalização. Um projeto de regulamentação da profissão, rejeitado pelos empresários do setor, tramitava lentamente no Congresso, então submetido aos militares. O Sindicato decidiu então formular um projeto próprio, interpelou o então ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, e conseguiu ser ouvido.

Segundo o relato do ex-presidente Virgílio, desse contato nasceu o Decreto-lei n° 972, de 17 de outubro de

1969, que regulamentou a profissão de jornalista no país. O decreto foi assinado pelos ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, no breve período em que uma junta militar presidiu o Brasil, entre os governos Costa e Silva e Garrastazu Médici. Ele tornou obrigatórios, para exercício da profissão, o registro no Ministério do Trabalho e o diploma em curso superior de Jornalismo reconhecido pelo Ministério da Educação.

“Foi uma grande vitória da nossa época”, ressaltou o ex-presidente, que reconhece as dificuldades vividas pela categoria atualmente. “Eu nunca vi um momento mais difícil para a profissão do que hoje. Temos que reagir”, conclamou.

O ex-presidente Virgílio, na sua volta à Casa do Jornalista: “Temos que resistir a este momento difícil”

foto SAMUEL GÊ

SETE

JORNALISTAS E UM 7 DE SETEMBRO NOS ANOS 70

PAULO LOTT

Em fins da década de 70, numa manhã de 7 de setembro, durante o desfile de tropas do Exército, Aeronáutica e Polícia Militar, circularam na Avenida Afonso Pena panfletos assinados pelo PCdoB convocando a população a se unir contra a ditadura e denunciando as prisões, torturas e mortes que a imprensa estava proibida de noticiar; nem tocar no assunto, ainda que de leve.

O repórter Gutemberg Mota, do Jornal do Brasil, foi para a redação e referiu-se ao panfleto no seu texto, sem qualquer comentário. Como sua obrigação, passou o texto para o repórter Hugo Almeida que, por sua vez, repassou-o para a Agência JB e lá se foi a notícia para os veículos assinantes da agência.

Na mesma tarde ou na manhã seguinte, o editor da Rádio Itatiaia Márcio Dotti leu o telex, cortou alguma coisa e mandou-o para a redação. O repórter Samuelito Mares pegou o microfone e leu o telex, como fazia sempre, fosse notícia de futebol, de assalto, qualquer coisa – era apenas uma notícia a mais. Na TV Manchete, a jornalista Rosângela Conrado fez a mesma coisa: mudou um pouco a redação para que não saísse tudo igual nos outros veículos e repassou seu trabalho para o colega Jurani Garcia que providenciou a divulgação. O locutor Marco Antônio, da TV Globo, com sua bela voz, recebeu o papel, leu uma ou duas

vezes para ficar familiarizado com o assunto e mandou para o ar o registro do panfleto.

Nos dias seguintes desabou o mundo sobre os sete jornalistas. Foram todos intimados a comparecer na Polícia Federal, dia tal, às tantas horas. Procurei logo o coronel Amando Amaral, chefe da PF em Minas Gerais, que me tranquilizou: os jovens apenas seriam ouvidos sobre o incidente, não haveria inquérito e nenhum seria fichado. Cada um contou seu papel profissional no episódio e parecia que tudo terminara.

Terminara que nada, estava apenas começando. Não seriam fichados, foram fichados; não haveria inquérito, o inquérito foi oficialmente aberto. Voltei ao coronel Amando Amaral que abriu o jogo: estava cumprindo ordens de Brasília, que queria fazer do episódio de Belo Horizonte um exemplo para a imprensa de todo País, que estava começando a botar as mangueiras de fora.

Começou a correr a notícia de que seriam todos demitidos e que as empresas receberiam ordens expressas nesse sentido. Chegou a hora de salvar as cabeças. Fui ao Rio, pedi audiência ao presidente do JB, Nascimento Brito, que me recebeu muito delicadamente, mas foi franco: não tinha condições de descumprir a ordem. Levou-me a



PAULO LOTT foi presidente do Sindicato no período 1980-1981.



A pintora Yara Tupinambá retoca o painel Imprensa, sob olhares do então presidente do Sindicato, Geraldo Melo, e do prefeito Célio de Castro

foto BRENO PATARO/
ARQUIVO ARFOC-MG

Marco Antônio e Jura conseguiram se arrumar por aqui.

Mas o processo continuava. Não

haveria denúncia; o procu-

rador apresentou a denúncia que não seria recebida pelo auditor de Juiz de Fora; foi recebida e incluída em pauta de julgamento pela Auditoria. Aí não haveria mais jeito, era enfrentar o julgamento. Os sete companheiros foram defendidos pelos advogados Mercedo Moreira, Obregon Gonçalves, Sidney Saffe e Décio Fulgêncio, a fina flor da advocacia criminalista de Belo Horizonte, que não cobraram um só centavo pelo trabalho, sequer reembolso das despesas pessoais e processuais que não foram poucas.

O procurador Semeão fez uma pesada carga em sua acusação, pedindo a condenação pelos crimes contra a segurança nacional, mas os sete companheiros foram absolvidos por unanimidade pelo Conselho, inclusive com o voto do coronel presidente do Conselho.

Se o governo militar queria apenas dar um recado, o recado não foi recebido, pois por todos os cantos do País começaram a surgir pequenas e grandes resistências e o resto da história todos conhecemos e estamos vivendo.

um andar do edifício do jornal e abriu uma porta. Ali estava prontinho o estúdio da TV JB que entraria no ar em pouco tempo para enfrentar, com a credibilidade do jornal, a já poderosa TV Globo.

Gutenberg e Hugo Almeida foram demitidos mas o canal prometido ao JB não saiu; foi para o Sílvio Santos que era mais confiável para os militares. Gutenberg deu a volta por cima: terminou seu curso de Direito, entrou para a magistratura e é hoje um dos mais respeitados desembargadores do Tribunal de Justiça de Minas. Hugo Almeida foi para o Estadão e fez uma bela carreira como escritor em São Paulo.

Januário Carneiro foi tranquilizador e categórico: “Na Rádio Itatiaia mando eu; aqui eles não metem a mão”. E não era bazófia, Samuelito e Márcio Dotti permaneceram intocados durante toda a história. Os outros foram todos demitidos. Rosângela Conrado, que nós chamávamos carinhosamente de Rô, foi para São Paulo, enquanto

NOVAS PAUTAS, VELHOS PROBLEMAS

■ MANOEL MARCOS GUIMARÃES

Convidado pela atual diretoria a registrar em poucas linhas o período em que exerci a presidência do SJPMG (1984/87), repassei os olhos nas 36 edições mensais do PAUTA que editamos [não falhamos um só mês] e percebi que as pautas do jornalismo e do sindicalismo brasileiros mudaram substancialmente nesses 30 anos, mas os problemas permanecem muito parecidos.

Entre os méritos da nossa gestão, na esfera corporativa, destaco o esforço bem-sucedido pelo trabalho intersindical com gráficos e pessoal administrativo dos jornais; o início de interiorização pra valer da atuação sindical, inclusive com a realização do primeiro congresso de jornalistas do interior e a criação das primeiras delegacias do interior, em Uberaba, Uberlândia e Montes Claros; a luta sem tréguas contra o exercício ilegal da profissão; a criação da Mostra Cultural dos Jornalistas, de que realizamos três edições anuais; a luta, também sem tréguas, pela criação do piso salarial para jornalistas [nesse capítulo, registro a satisfação de termos conseguido, em nosso último acordo salarial, a fixação

de um piso correspondente a oito salários mínimos]; e o debate aberto sobre o trabalho em assessorias e a aproximação com esses profissionais, com a criação de um Núcleo de Assessores no Sindicato.

Haveria mais a acrescentar, se isto fosse um relatório, mas encerro registrando que, sem sombra de dúvida, conseguimos manter a tradição de ter nossa Casa atenta e aberta ao que se passava em nossa sociedade, reagindo sempre em defesa dos princípios democráticos e dos valores humanos, e que, pela primeira vez, o Sindicato denunciou oficial e publicamente a ‘farsa jornalística’ observada na cobertura política do jornalismo local, com espaço loteado entre candidaturas e grupos. O ‘modus operandi’ mudou, mas a essência continua.

O então presidente Manoel Marcos ao lado do ex-governador Tancredo Neves

foto AIRP/ARQUIVO ARFOC-MG



MANOEL MARCOS GUIMARÃES foi presidente do Sindicato de junho de 1984 a junho de 1987.

foto SAMUEL GÉ

“UM ALÍVIO, UMA VITÓRIA”

■
DINORAH
DO CARMO

A Presidência do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais – SJPMG – foi-nos, mais que um exercício de poder, uma experiência e aprendizado riquíssimos, oportunizando-nos colocar a liderança política a serviço da categoria jornalística. Nossa Diretoria desenvolveu um trabalho inspirado nos valores com os quais o SJPMG, em seus 70 anos, tem um compromisso histórico: liberdade, ética e responsabilidade social.

Na virada do milênio, assumimos o Sindicato, disputando com mais duas outras chapas e trazendo uma novidade: a presidência feminina, pela primeira vez à frente da instituição, em seus então 54 anos de existência. O triênio 1999/2002, marcado por problemas administrativo-financeiros anteriores, estando nosso SJPMG com os bens penhorados na Justiça Federal, foi-nos um desafio! Mas um desafio bom de ser aceito, porque conseguimos, numa gestão austera e com aplicação de novas técnicas de gerenciamento, quitar as dívidas junto ao INSS e à Receita Federal, honrar nossos compromissos vigentes à época e, ainda, deixar superávit de quase R\$ 300 mil para a Diretoria sucessória. “Um alívio, uma vitória”, segundo a própria categoria.

Obtivemos conquistas salariais que, naquele triênio, alcançaram 22%, índice recorde dentre todas as outras categorias jornalísticas do País, acima dos índices do Plano Real, pelos dados de perdas e ganhos salariais do Dieese/São Paulo. Lutamos

pela implantação do Conselho Federal de Jornalismo, em apoio à Federação Nacional dos Jornalistas – Fenaj, para garantir a auto-regulamentação profissional, em curso de nível superior ao exercício do jornalismo.

A partir de 30 de outubro de 2001, oito meses antes do término de nossa gestão, tal compromisso torna-se crucial, devido à absurda liminar da juíza substituta da 16ª Vara Cível da Justiça Federal de São Paulo, Carla Ríster, que extinguiu a necessidade do diploma. Apoiamos os diversos anseios dos companheiros e da sociedade civil, também com o apoio da Casa do Jornalista de Minas, à época sob a presidência de Petrônio Fonseca.

Semana da Imprensa, em 1990. Nas pontas da mesa os ex-presidentes Américo Antunes e Luiz Carlos Bernardes

foto CARLOS AVELIN / ARQUIVO ARFOC-MG



DINORAH DO CARMO foi presidente do Sindicato no triênio 1999-2002.

foto SAMUEL GÉ

UM JORNALISMO MELHOR

■ ENEIDA DA COSTA



No antigo espaço cultural do Sindicato, uma festa animada, em 1990

foto CARLOS AVELIN / ARQUIVO ARFOC-MG

“Com o tempo, uma imprensa cínica, mercenária, demagógica e corrupta formará um público tão vil como ela mesma.”
– Joseph Pulitzer

Encontrei-me como professor José Mendonça na Reunião Especial da Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ALMG, comemorativa dos 70 anos do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais (SJPMG).

Se tem alguém merecedor de todas as homenagens é o Professor Mendonça. Segundo presidente do Sindicato, sob seu comando, os jornalistas de Minas fizeram sua primeira greve. Com seu protagonismo, surgiu o Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Foi lá que o conheci. Nas aulas de “Jornalismo Comparado”.

Sempre gostei dessa matéria. Adorava as aulas. Batíamos longos papos.

Prático o exercício, aprendido nos bancos escolares, até hoje, como um jogo. Como um vício.

Abro jornais e revistas, ouço rádio, navego na net, vejo TV, aplicando os ensinamentos do mestre prestes a completar cem anos. Concluo, reser-

vadas as devidas e honrosas exceções, que a notícia no veículo A é a mesma lado que o veículo B, C, D e de resto, todas as letras do alfabeto latino, grego, cirílico.

A notícia tem tantos lados como uma bola. No entanto, o conjunto da mídia não se interessa pelo lado oculto da Lua.

Aquele exemplo do acidente de carro testemunhado pelo cabeleireiro, pela dona de casa e pelo costureiro não se aplica mais. Todo mundo vê o fato pelo mesmo buraco no muro.

E não é só na cobertura política que se vê a lápide sobre o túmulo dos fundamentos do jornalismo, não. O pensamento único que reverbera nos meios de comunicação é resultado de uma equação onde não há incógnita.

De um lado, proprietários dos conglomerados midiáticos, aliados aos grupos que dominam a política, a economia, os meios de comunicação, os meios de produção. Do outro, profissionais cada vez mais despreparados e descolados do conceito de classe.

É impossível não comparar a qualidade da produção jornalística de hoje com a de seis anos atrás. É nítido o resultado obtido pelos barões da mídia

ao derrubar a obrigatoriedade do diploma de jornalismo – parte do seu plano para instalar o discurso único: Pessoas obedientes informando pessoas que não questionam.

Assim, a profecia de Joseph Pulitzer se cumpre. E o professor José Mendonça, às vésperas de completar cem anos, sintetiza a fórmula para um jornalismo melhor: Escola e sindicato.



ENEIDA DA COSTA foi presidenta do Sindicato no triênio 2011-2014.

foto MARCOS ALVARENGA

DEBATE SOBRE ÉTICA E DIPLOMA

ALOÍSIO LOPES



ALOÍSIO SOARES LOPES foi presidente do Sindicato no mandato 2002-2005; reelito, permaneceu até 2006.

foto ALISSON SILVA

70 ANOS: MEMÓRIA



Nos anos 80, o Sindicato debateu projetos para a comunicação na Constituinte

foto CARLOS AVELIN /ARQUIVO ARFOC-MG

Na gestão “Portas Abertas” tivemos importantes debates e posicionamentos do Sindicato. Já no primeiro semestre, em período de eleições para presidente, governador e deputados, a proposta dos jornalistas para os candidatos a governador abordava principalmente a comunicação pública e a necessidade de instituir mecanismos de acesso à informação pública.

Na mesma época, fizemos em Belo Horizonte, junto com a Fenaj, o lançamento da campanha nacional pela criação do Conselho Federal de Jornalistas. Dois anos depois, quando o projeto foi apresentado na Câmara dos Deputados, coordenei a mobilização nacional, com a realização de mais de 70 debates. Como todos sabem, fomos literalmente abatidos na Câmara dos Deputados, após o bombardeio perpetrado pelos donos da mídia.

Visitamos mais de 30 faculdades de jornalismo, discutindo a exigência do diploma e a ética profissional. Realizamos dois congressos estaduais de jornalistas e fomos anfitriões de um Congresso Nacional, em Ouro Preto, que foi o maior congresso até hoje da nossa história. Em todos esses eventos foi expressiva a participação de diretores do Sindicato, além de colegas e professores, inclusive aqueles que trabalhavam no interior.

Instalamos a Comissão de Ética e Liberdade de Imprensa com participação de entidades

da sociedade civil. As tentativas de censura à imprensa, vindas do Palácio da Liberdade, foram todas rechaçadas pelo Sindicato, a pedido e com apoio dos colegas de redação. Denunciamos também os veículos que aceitavam a censura. Demissões e censura foram recursos usados para esconder informações negativas, num golpe midiático que foi chamado de choque de gestão.

Mantivemos e reforçamos a luta pela democratização da comunicação, uma bandeira assumida pela entidade desde a gestão Peninha [Luiz Carlos Bernardes], na década de 80, e apresentamos, na Assembleia Legislativa, um pré-projeto para criação do Conselho Estadual de Comunicação.

Nas comemorações dos 60 anos do nosso Sindicato, promovemos uma conferência aberta para cidade com o escritor Ariano Suassuna, numa manifestação de agradecimento à sociedade e reafirmação da dimensão cultural de nossa profissão. Tudo valeu a pena!

PAUTA
DEZEMBRO 2015/JANEIRO 2016

Da esquerda para a direita: Ricardo Faria, José Mendonça, Didimo Paiva, Kerison Lopes, José Maria Rabêlo, Guy de Almeida, Rogério Correia

foto SAMUEL GÊ



HOMENAGEM À TRADIÇÃO DEMOCRÁTICA

A tradição democrática do Sindicato foi reafirmada na homenagem prestada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais aos 70 anos da entidade, na noite de 21 de setembro. A sessão especial contou com as presenças de jornalistas e autoridades que lotaram o Plenário Juscelino Kubitschek. Quatro decanos do jornalismo mineiro também foram homenageados: José Mendonça e Dídimo Paiva – ex-presidentes do Sindicato; José Maria Rabêlo e Guy de Almeida.

O presidente Kerison Lopes disse que aquele era o momento perfeito para uma análise da responsabilidade de cada um e da coletividade no esforço de construção de uma sociedade livre, justa e democrática. “Estamos atravessando, mais uma vez, um período de turbulência política em nosso país. E, em momentos assim, cabe aos jornalistas e ao seu Sindicato a responsabilidade de garantir que todos os mineiros compreendam perfeitamente aquilo que está em jogo, neste momento”, disse.

RESISTÊNCIA À DITADURA

Autor do requerimento que tornou possível a homenagem, assinado por todos os deputados e deputadas, o deputado Rogério Correia (PT) ressaltou a importância do Sindicato e da Casa do Jornalista. Ele lembrou a histórica greve dos professores estaduais, em 1979, cujo comando se reunia na Casa do Jornalista. O Brasil vivia então sob o último governo militar.

“Foi o Sindicato que abrigou o comando de greve, era o Sindicato que nos emprestava o moderno mimeógrafo a tinta no qual rodávamos o boletim da greve que iria para todo o interior do estado”, recordou Correia. “Isto mostra o espírito democrático do Sindicato dos Jornalistas naquele momento muito importante, do fim da ditadura e renascimento da democracia no Brasil.”

O ex-presidente Dídimo Paiva (1975-1978) disse que o Sindicato nunca aceitou a ditadura, nem quando a censura era feita diretamente nas redações. “Ninguém luta pela democracia como os jornalistas”, ressaltou. Ele

PAUTA
DEZEMBRO 2015/JANEIRO 2016

ênfaticamente também que o diploma em curso superior é fundamental para o exercício da profissão.

ALEGRIA E CREDIBILIDADE

Fundador e segundo presidente do Sindicato, José Mendonça expressou, da tribuna, sua alegria pela homenagem. “Eu só tenho uma coisa a dizer: Deus lhes pague pela alegria que estão me proporcionando e pela saudade que estão despertando em meu coração dos tempos idos e vividos”, disse o jornalista. Às vésperas de completar 98 anos, Mendonça foi também professor de várias gerações de profissionais, no curso de Comunicação Social da UFMG.

Guy de Almeida lamentou a perda de credibilidade pela qual passa a imprensa, elogiou a atuação do Sindicato e transferiu a homenagem recebida para todos os jornalistas. “É uma alegria muito grande estar participando desta reunião de jornalistas, categoria que sempre soube enfrentar situações especiais com muita coragem”, disse.

José Maria Rabêlo disse que aquele era um dia importante. “O Sindicato é um símbolo da luta democrática”, observou, acrescentando elogios aos colegas homenageados. “José Mendonça tem quase um século de coerência, Dídimo conduziu a luta contra a ditadura, Guy tem uma carreira estadual, nacional e até internacional, é um exemplo para seus milhares de alunos”, disse. Completou lembrando o episódio de depredação do semanário Binônio por forças militares, em 1961, quando, em defesa da liberdade de expressão, entrou em luta corporal com um general.

ONDE AS CRIANÇAS VÃO BRINCAR?

CARLOS CÂNDIDO

Este texto será melhor lido ao som de “Where do the children play?”, canção que Cat Stevens gravou nos anos 70. Eu poderia escrever sobre muitos assuntos importantes neste ano caótico e violento. Poderia escrever que o livro do Paulo Henrique Amorim, “O Quarto Poder – Uma outra história”, é leitura obrigatória para jornalistas, que deve ser adotado nos cursos de comunicação e seria um bom tema para a próxima edição do Enem: “Urgência da democratização da mídia”.

Poderia também escrever sobre o propósito da prefeitura de privatizar os parques da cidade, um absurdo com roupagem de modernidade neoliberal, mas que vai na contramão da história: as cidades mais civilizadas estão ampliando seus espaços públicos e favorecendo a convivência. Aqui, no entanto, parece que ainda estamos no século XX, ou XIX, basta ver o descalabro do Move, que mutilou a cidade, sem dar em troca sequer mais qualidade e menor preço ao transporte.

Eu poderia escrever ainda sobre a onda neonazista, que deixou as redes sociais e agora sai às ruas, carregando, desrespeitosamente, bonecos de um ex-presidente – o melhor da nossa História, segundo pesquisas – vestido de presidiário. Os neofascistas transformaram petistas em bodes expiatórios do mal, como os judeus foram no nazismo, e atacam em hospitais, aeroportos, livrarias e até velórios. Sem encontrar resistência, vão em frente, cada vez mais ousados, exatamente como aconteceu há um século, na Europa.

Ou às vésperas do golpe de 1964, no Brasil.

Com tantos fatos graves, o que mais me entristece neste triste 2015 é que o Clic! vai virar um espigão.

Formalmente, o Clic! (Centro Lúdico de Interação e Cultura) é uma pré-escola, para crianças até seis anos, mas de fato é um lugar onde as crianças vão brincar, uma instituição ímpar, com projeto educacional sem igual na cidade, amplamente reconhecido por educadores e artistas, e, com gratidão, por centenas e centenas de famílias cujos filhos passaram por lá. É um modelo que deveria ser multiplicado, universalizado, se quiséssemos formar seres humanos melhores.

Há alguns anos escrevi um livro contando a história do Clic!: “Meninada, o que a gente vai fazer hoje?”; acho que foi a melhor coisa que já escrevi, não por minhas qualidades, mas pelas qualidades do Clic! E exatamente ao completar 20 anos, ele vai embora. Não vou mais ouvir a algazarra da meninada brincando, nem o silêncio nas horas em que repousam; não vou ver as caras felizes das educadoras e dos educadores, das mães e dos pais; não vou conversar com o João, o faz-tudo “de estirpe, super-gentil”...

O Clic! muda para outro endereço e continua, mas a perda é irreparável, não apenas a perda física – um casarão com quintal, árvores e vida vai virar mais um frio edifício de luxo –, mas a perda espiritual que vem deste mau exemplo: um espigão vale mais do que uma escola, o lucro vale mais do que a educação, um punhado de “investidores” vale mais do que as crianças todas do bairro. Que futuro podemos esperar de uma sociedade assim?



CARLOS CÂNDIDO é jornalista.

CONTAGEM, 1º LUGAR EM TRANSPARÊNCIA DE MINAS GERAIS.*

Com trabalho e obras por toda a cidade.



REABERTURA DA FUNEC

1ª lugar entre as escolas públicas do Enem 2014



NOVA UPA JK

(já entregue)



TRINCHEIRA DO ITAÚ

(em construção)



807 CÂMERAS DO "OLHO VIVO"

Mais segurança



598 NOVAS MORADIAS

(238 já entregues)



MAIS 18 NOVAS UBSS

Saúde e qualidade de vida



NOVE CEMEIS JÁ ENTREGUES

(1.350 novas vagas)



TRÊS RESTAURANTES POPULARES

(Dois entregues e um em construção)



* A cidade foi avaliada pela Controladoria-geral da União. É a primeira colocada de Minas Gerais em transparência da gestão pública no ranking da escala Brasil Transparente, com nota 9,44.

SAIBA MAIS:
www.contagem.mg.gov.br
facebook.com/prefeituracontagem



O presidente Kerison ao lado do jornalista turco Kamil Ergin (à direita) e do diretor da Câmara de Comércio Turco-Brasileira, Ali Sipahi



“Por que os jornalistas brasileiros não formam os seus próprios jornais?” Esta pergunta foi feita pelo jornalista turco Kamil Ergin em visita ao Sindicato dos Jornalistas, no final de novembro. Há cinco anos ele é correspondente no Brasil do grupo de comunicação Cihan, que publica o maior jornal da Turquia, Zaman, com tiragem diária de 1 milhão de exemplares, e mais 100 títulos, além de possuir 12 emissoras de televisão e rádio. Ao contrário do que pode parecer, não se trata de um poderoso grupo capitalista, e sim de um empreendimento controlado pela sociedade civil.

“A cultura de mídia na Turquia é totalmente diferente da cultura de mídia do Brasil”, comparou Kamil. “Lá os jornais não visam ao lucro e têm grande diversidade ideológica. Aqui os jornais são voltados para a elite, na Turquia o jornal mais caro custa menos de um real. São perfis muito diferentes”, disse.

A pergunta feita pelo jornalista turco, aparentemente estranha, se baseia na experiência do grupo de comunicação que ele representa e na observação da mídia brasileira nos últimos nove anos, tempo em que reside no país. “A mídia brasileira tem mais força do que o governo, mas não oferece soluções para os problemas, só põe culpa. O noticiário é muito repetitivo, todos os dias eu posso adivinhar o que será o jornal do dia seguinte”, analisou.

Kamil explicou que o grupo Chian nasceu do Movimento Hizmet, criado na década de 1980 para promover o diálogo entre diferentes facções políticas, num período de muita polarização ideológica na Turquia. “Assim começou o diálogo”, disse. Nasceu assim também um jornalismo que promove a diversidade e que tem entre seus quadros profissionais de diferentes etnias e ideologias.

Empresários turcos foram procurados e fizeram um investimento inicial capaz

A DIVERSIDADE NO JORNALISMO TURCO

de viabilizar o projeto, mas isso não os tornou proprietários dos veículos nem fez do empreendimento um negócio. “Os negócios desses empresários estão em outras áreas”, esclareceu Kamil.

Todo o lucro fica dentro do jornal, que começou pequeno e 25 anos depois é um dos maiores do mundo. Hoje, o grupo turco Cihan está presente em 18 países, com publicações em diversas línguas, além da agência de notícias Cihan. Por enquanto não há publicações em português, mas o noticiário em espanhol está a caminho, segundo Kamil, e há planos para a língua portuguesa.

DIVERSIDADE BRASILEIRA

Se a Turquia tem um modelo de comunicação diferente a mostrar aos jornalistas brasileiros, o Brasil tem muito o que ensinar ao mundo, disse Kamil. “A imagem do Brasil no exterior é muito fraca, a imprensa pode gerar muitos conteúdos para mostrar”, ressaltou. Segundo ele, entre as qualidades dos brasileiros está o convívio pacífico entre pessoas de origens e religiões diferentes.

“No meu prédio, em São Paulo, moram um judeu, um muçulmano, um católico e um evangélico, e todos convivem sem brigas. No prédio onde mora meu amigo, moram brasileiros de origem italiana, alemã e outras. Essa convivência é motivo de orgulho, isso não acontece em outras países”, destacou o jornalista. “Na maior parte do mundo as pessoas têm que esconder sua origem e sua religião.”

TRABALHADORES DOS

■ KERISON LOPES

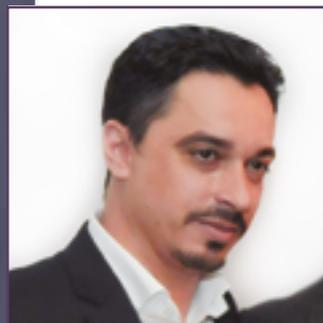
“Esta empresa não acaba nem fud***do! Esta empresa não acaba nem fud***do”, disparou – com os dedos indicadores apontados para cima – o diretor-executivo dos Diários Associados, Geraldo Teixeira da Costa Neto, ao encerrar uma conversa inusitada e surpreendente de mais de uma hora, no dia seis de janeiro, com os trabalhadores da redação do jornal Estado de Minas. O jornal diário é a joia do império erguido por Assis Chateaubriand, o Chatô, que fatiou o grupo em um condomínio de proprietários, cujo executivo principal é Geraldo, chamado pelo apelido de Zeca.

Em resposta ao Zeca, digo que ele pode contar com os trabalhadores. Orgulhosos da sua trajetória profissional, eles querem levar a informação sempre com mais qualidade e esperam que os Diários Associados forneçam as condições necessárias para a produção da notícia com equilíbrio, profundidade e relevância. Zeca pode contar também com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, mas deve saber que haverá sempre uma cobrança severa para a garantia dos direitos.

O nome do Zeca é uma homenagem da família de Santa Luzia, na Grande Belo Horizonte, ao avô, que foi diretor geral dos Associados em Minas. Conforme Fernando Morais retrata no essencial “Chatô – O Rei do Brasil”, Geraldo morreu atingido por seis tiros de cartucheira na porta de sua mansão, no bairro Cidade Jardim. As balas foram disparados pelo pai de uma adolescente de 15 anos. Segundo descrição de Morais, Gegê, como era chamado, havia seduzido a adolescente quando ela trabalhava na sua casa como doméstica.

À época da morte, Chatô estava de viagem marcada para Moscou e foi alertado pelos seus conselheiros mais próximos para cancelar, pois Gegê era um sujeito especial e estava entre os 22 donatários do Condomínio dos Associados. Morais detalha no livro que Chatô nem cogitou ir ao velório. “Morreu, morreu. Minha presença lá não vai ressuscitá-lo, então vamos embora hoje mesmo”, disse Chatô. E partiu para Moscou.

Cinquenta anos depois, o neto de Gegê, o Zeca, não viajou para Miami em janeiro, como habitualmente faz. Não foi curtir os embalos da Ocean Drive e nem beber – de canudinho e abacaxi na borda – o drink da estação.



KERISON LOPES é presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais.

foto

LYDIANE PONCIANO

DIÁRIOS ASSOCIADOS ESCREVEM SUA HISTÓRIA

Zeca está assustado com a reação dos funcionários dos Diários Associados em Minas Gerais, principalmente da TV Alterosa, jornais Estado de Minas e Aqui, portais Uai e em.com.br. Desde o início de dezembro a categoria iniciou uma mobilização, que ganhou corpo após a confirmação do calote do décimo terceiro salário (veja a cronologia do movimento).

Sem explicações claras e sem receberem um pedido de desculpas por causa do calote, os trabalhadores passaram a realizar assembleias quase diariamente na porta das empresas e

chegaram a paralisar a atividade no dia 28 de dezembro. Nos jornais Estado de Minas e Aqui e nos portais, a adesão foi de mais de 90%. Trabalharam apenas aqueles que acreditam ocupar cargos de confiança, como editores, editores adjuntos e subeditores.

Na TV Alterosa o impacto foi maior. A paralisação durou vários dias e as duas edições diárias do jornal da Alterosa tiveram que recorrer a matérias produzidas pelas afiliadas no interior do estado para poderem ir ao ar.

No dia 29 de dezembro, nova manifestação na porta da TV Alterosa, inteiramente pacífica, foi surpreendida pela chegada de mais de 100 policiais militares do Batalhão de Choque. Segundo informação dos próprios militares, eles foram chamados por um funcionário da empresa, que ainda não foi identificado pelo comando dos Diários Associados.

Caso fique comprovado que quem chamou a polícia para os trabalhadores é jornalista, a Comissão de Ética do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais vai avaliar o que pode ser feito para puni-lo. Além disso, ele poderá ser

‘NÃO É SÓ PELO 13º, É POR OUTROS DIREITOS E DIGNIDADE’

O movimento dos trabalhadores dos Diários Associados em Minas começou no dia 3 de dezembro de 2015, depois de um prolongado descumprimento de direitos trabalhistas pela empresa e uma longa tentativa de negociação por parte dos sindicatos dos trabalhadores – jornalistas, radialistas, empregados na administração e gráficos – no Ministério do Trabalho, sem sucesso. Confira a cronologia do movimento.

2 de dezembro de 2015 Sindicatos dos jornalistas, radialistas, empregados na administração e gráficos se reúnem com representantes dos Diários Associados no Ministério do Trabalho. É 39ª reunião de mediação para tentar resolver o imenso passivo trabalhista da empresa: não recolhimento de FGTS e Previdência, não pagamento de vale transporte e vale alimentação, não pagamento de férias e mudanças no plano de saúde, além de atrasos no pagamento. A empresa – que publica os jornais Estado de Minas e Aqui, TV Alterosa e portais uai e em.com.br – não apresenta nenhuma proposta concreta.

Kerison: é importante não confundir o trabalhador com o empresário

foto SAMUEL GÊ



processado criminalmente por assédio moral. O aparato policial, como não poderia deixar de ser, provocou indignação dos trabalhadores e teve repercussão internacional.

Enquanto policiais visivelmente constrangidos estavam na porta da TV Alterosa, nas bancas de todo o estado a edição do jornal Estado de Minas era histórica. Não do ponto de vista do jornalismo, mas sim de ser um documento da capacidade dos jornalistas se reconhecerem como trabalhadores: a edição circulou com matérias frias e notícias enviadas às

pressas pelo Correio Braziliense, jornal dos Diários Associados no Distrito Federal. Vale destacar que a edição só chegou às bancas porque a empresa pagou o décimo terceiro salário dos gráficos naquele dia para evitar que eles aderissem à paralisação.

Aquela edição é um atestado – impresso na gráfica da rua Cardoso, 291, pertencente à empresa – de que jornalistas, repórteres fotográficos e cinematográficos, diagramadores, funcionários do setor administrativo e uma legião de valerosos trabalhadores reconheceram que há um limite para

3 de dezembro

Trabalhadores da TV Alterosa concentram-se na porta da emissora, fazem assembleia, decidem permanecer em estado permanente de mobilização e deflagar duas paralisações no dia 7/12, nos turnos da manhã e da tarde.

7 de dezembro

Trabalhadores dos Diários Associados fazem assembleias nas portas da TV Alterosa e do Estado de Minas e decidem continuar a mobilização.



SINDICATO DOS
JORNALISTAS
anos  PAUTANDO A DEMOCRACIA

Assembleia na porta do jornal Estado de Minas

foto SAMUEL GÊ



os abusos e que os direitos devem ser garantidos. Além do calote no décimo terceiro a empresa tem depósitos do FGTS atrasados, dívidas com o INSS e atrasos no pagamento de férias de vários funcionários.

Os direitos são exigidos, mas a contrapartida é imensa, pois os deveres são cumpridos com muita raça. Importantíssimo destacar que os trabalhadores são responsáveis por trabalhos fundamentais para a sociedade. São autores de reportagens premiadas em todo o país e dias antes estavam envolvidos de corpo,

alma e pés – literalmente sujos de lama – na cobertura repleta de méritos do rompimento da barragem da mineradora Samarco (controlada pelas gigantes Vale e BHP Billiton).

O trabalho dos Diários Associados, com destaque para a cobertura de fôlego do jornal Estado de Minas, encheu todos os jornalistas do Brasil de orgulho. Será sempre um exemplo para as escolas de comunicação e para a classe. Merece todos os elogios. São muitas as páginas históricas do jornal nos seus quase 90 anos. Assim como há erros que são criticados, rebatidos e analisados. É a roda da vida e da notícia.

14 de dezembro

Em reunião com os trabalhadores, representantes dos Diários Associados apresentam números segundo os quais a empresa teve queda de 25% na sua receita e 51% na captação de anúncios. Ela já teria vendido todos os seus ativos e apurado R\$ 74 milhões, mas o dinheiro não foi usado para quitar seus débitos trabalhistas. A empresa não apresenta e sequer garante o pagamento do 13º salário. Sindicatos solicitam nova mediação do Ministério do Trabalho, em caráter de urgência.

18 de dezembro

Em assembleia, os trabalhadores decidem paralisar suas atividades no dia 21/12, segunda-feira



TV AMIS: mais um produto de excelência

VILAREJO: alta qualidade em comunicação digital





Jornalistas fazem movimento histórico

foto ALOÍSIO TEIXEIRA E GIL SOTERO

Uma das linhas defendidas por Zeca, o diretor, na conversa com os funcionários da redação do Estado de Minas foi de que os trabalhadores não podem manchar o nome da empresa. “Vocês podem espernear, gritar, fazer não sei o que, mas vamos pôr a cabeça no lugar. Vamos fazer a coisa com responsabilidade. Isso aqui é uma casa de noventa anos de idade. Eu tenho credibilidade para olhar nos olhos de cada um de vocês e falar: eu vou honrar o décimo terceiro”, disse Zeca. A conversa, é claro, foi gravada por vários repórteres que ali estavam. Mais um atestado da qualidade e sagacidade da equipe.

Até o fechamento desta edição o décimo-terceiro ainda não havia sido honrado. Na reunião de mediação no Ministério do Trabalho realizada no dia 11 de janeiro os representantes do jornal mais uma vez compareceram sem proposta

21 de dezembro

Jornalistas e radialistas da TV Alterosa param o trabalho no dia 21 e voltam a parar no dia seguinte, obrigando a emissora a repetir notícias velhas nos seus telejornais. A paralisação dá resultado: o diretor da empresa Zeca Teixeira da Costa promete pessoalmente pagar 25% do salário, além de um vale Natal correspondente a três meses de vale refeição, o que é feito. A mobilização continua com paralisações praticamente diárias nas portas da emissora e do jornal. A estratégia de luta inclui informar a população sobre o movimento e pedir seu apoio. Portando faixas cobrando o pagamento do 13º, os trabalhadores param o trânsito nas avenidas Assis Chateaubriand e Getúlio Vargas e distribuem folhetos à população.

29 de dezembro

O movimento é surpreendido pela presença de aproximadamente 100 policiais do Batalhão de Choque da Polícia Militar, que cercam o quartelão onde funciona a TV Alterosa, no Bairro Floresta. Os trabalhadores, mobilizados pacificamente e legalmente, seguindo os ditames da Lei de Greve, não se deixam intimidar.

28 de dezembro

Os trabalhadores da TV Alterosa e do Estado de Minas cruzam os braços. O jornal é editado com reportagens do Correio Braziliense, do mesmo grupo, e matérias frias. O Jornal da Alterosa vai ao ar com notícias do interior e notas cobertas que usam imagens de arquivo. Numa tentativa de dividir o movimento e assegurar a impressão dos jornais, a empresa paga o 13º integral dos gráficos. Completa também o pagamento do 13º dos empregados que recebem salários mais baixos.

concreta e pediram prazo de mais dois dias.

Escrevo para quem pensa parecido com o diretor dos Associados que o objetivo do Sindicato não é manchar o nome da empresa. Nunca foi e nunca será. O Sindicato deseja que os Diários Associados se tornem um lugar melhor, pague bem e em dia seus funcionários e desempenhe com equilíbrio seu papel na sociedade. Quanto maior e mais relevante a empresa for, melhor para os jornalistas e, é claro, para o sindicato que representa a categoria.

Um sentido que pode ser extraído nas manifestações de quem está ao lado dos patrões é de que o Sindicato deseja o fim da empresa e se regozija com isso. Reforçam o coro de que há apenas dois lados, dois polos e querem do Brasil um eterno Cruzeiro x Atlético. Pois então, não contem conosco para endossar essa teoria da conspiração.

O Sindicato representa os jornalistas e quer, como a quase absoluta maioria, que a notícia seja publicada da maneira mais precisa possível. Importante também é não confundir o

trabalhador com o empresário. Ou alguém pensa que bancário e banqueiro são a mesma coisa?

Destaco isso porque vejo muita gente, com pensamentos progressistas e humanos, proferindo ataques raivosos aos jornalistas de determinadas empresas, como se eles fossem culpados pela linha editorial do veículo.

Sei, pois acompanho de perto, como presidente do Sindicato, como são formadas as reações, as pequenas rebeliões e estratégias usadas pelos repórteres para que o mais importante – a informação – não deixe de chegar ao leitor. Nisso, os jornalistas de Minas Gerais são mestres.

Aliás, todos os que recebem esta revista e que leem este texto compartilhado em alguma rede social, comungam dessa cachaça servida em um copo lagoinha sagrado chamado jornalismo. A busca por verdade em um mundo sem respostas absolutas, a difusão da produção de opinião e informação com a internet, o imediatismo, a crise que o país enfrenta (sim, ela existe) contribuem para um quadro de pressão imensa nos trabalhadores.



Protesto dos trabalhadores dos Diários Associados: mobilização mudou o comportamento da empresa



Batalhão de Choque da PM na TV Alterosa: assédio moral e práticas antissindicalistas

30 de dezembro
Em nova reunião no Ministério do Trabalho, representantes dos Diários Associados se comprometem a não demitir nenhum empregado até 14 de fevereiro.

CONVERGÊNCIA

Recomendo que todos assistam ao ótimo “Spotlight – Segredos revelados” do diretor Tom McCarthy. O filme mostra os bastidores de uma série de reportagens do Boston Globe sobre os casos de pedofilia entre os padres da Igreja Católica. Revela erros e acertos suscetíveis a uma atividade fundamental – e tão humana – que é o jornalismo.

Mas mais do que isso, fazendo uma ponte entre Boston e Belo Horizonte ou qualquer cidade do planeta, revela que quando há confluência entre os desejos dos repórteres e dos chefes o resultado é excelente. Bom para o jornalismo, para a sociedade e até para o dono de jornal, que impregna a publicação do valor mais nobre que um veículo pode ter: a credibilidade.

A alma de um jornal é o repórter (ou o chão da fábrica), para não escapar dos jargões que se espera de um dirigente sindical. O Estado de Minas, aliás, sentiu o efeito de duas estratégias. O posicionamento unilateral nas últimas eleições presidenciais levou o jornal a enfrentar uma crise de credibilidade. Uma aposta apaixonada dos seus donos não encontrou ressonância nas ruas e foi derrotada nas urnas. Já a aposta acertada de enfiar os pés na lama da Samarco, dar nome aos responsáveis e escutar as histórias das vítimas resgatou o respeito dos leitores pelo jornal.

Não é uma manifestação dos trabalhadores que buscam seus direitos, penduram faixas na rua, distribuem panfletos e compartilham posts em redes sociais que irá manchar o nome da empresa. É importante que os patrões – e também os trabalhadores – tenham em mente seus lugares no modo de produção em que vivemos. Por mais líquidas que sejam as relações, elas precisam cumprir a solidez das leis trabalhistas.

O que começou a ser construído no final de 2015 e seguirá por este ano é novo para esta geração. Desde 1990, quando os trabalhadores da TV Globo Minas paralisaram as atividades por melhores salários, não havia um movimento tão coeso e organizado. Os jornalistas, sejam eles acostumados com o grand monde ou habitués das periferias, devem entender que são apenas trabalhadores. Porém, o que fizeram na porta de suas redações é o mesmo que deixam impressos e gravados nos arquivos: HISTÓRIA.

5 de janeiro

O movimento recebe o apoio dos trabalhadores dos Diários Associados no interior e em outras cidades. Os jornalistas e radialistas da TV Alterosa em Divinópolis, Juiz de Fora, Manhuaçu e Varginha decidem aderir, caso não recebam o 13º integral. Os trabalhadores do Jornal do Comércio e da Rádio Tupi, no Rio de Janeiro, que também não recebem o 13º, decidem em assembleia também fazer greve. Os trabalhadores do Correio Brasileiro, que não receberam a Participação nos Lucros e Resultados (PLR), também decidem se mobilizar. Mobilizações e panfletagens são feitas diariamente em praças de Belo Horizonte.

7 de janeiro

Pressionada, a empresa completa o pagamento do 13º dos jornalistas e radialistas da TV Alterosa no interior.

11 de janeiro

Em nova reunião de mediação no Ministério do Trabalho, a empresa informa que pagou menos de um terço do valor devido aos trabalhadores pelo 13º e pede prazo de mais dois dias. Em assembleias nas portas da TV Alterosa e do Estado de Minas, os trabalhadores decidem pela greve a partir do dia 13/12, quarta-feira, caso o pagamento não seja feito.

TEMPOS PROVOCANTES

EDSON MARTINS

Estridência estúpida e diálogo impossível. Quem haveria de imaginar tal descalabro em um mundo que deveria ser melhor? Piorou, e quem mais contribuiu para isso foi a militância da velha mídia.

Em tempos outros, o noticiário tinha como pressuposto uma suposta neutralidade, ouvir os dois lados, rejeitar o boato, preservar personagens. O básico, nem sempre seguido, mas positivo como princípio. Isso era o comum, o rotineiro.

Hoje, destruir reputações virou rotina. Pessoas são execradas sem o menor pudor e sua eventual inocência é omitida, escondida, surrupiada da opinião pública. Esse é o comportamento da mídia. Essa atitude não tem uma data precisa de início, mas o disparo para reunir a boiada pode ter sido o apelo de Judite Brito, ex-presidente da Associação Nacional de Jornais, que atribuiu à imprensa o papel de oposição aos governos Lula-Dilma diante da timidez do PSDB e seus parceiros. Daí para a frente a corrida para o rebaixamento moral da velha mídia perdeu o freio. A resultante, previsível, é a presente intolerância das ruas.

O Brasil completou em outubro um ano da eleição de Dilma Rousseff, mas a campanha continua nas ruas. Circularam, durante os momentos finais da disputa de 2014, informações sigilosas que davam a vitória a Aécio Neves. Pesquisas reservadas atribuíam a certeza da vitória, vazada em pequenos círculos. Houve até antecipação de festejos, afinal pesarosamente abdicados.

Não ganhou, mas parece ter ficado

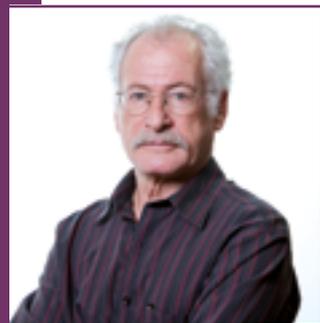
o sentimento de vitória e Aécio incorporou o papel de ganhador de fato, ainda que as urnas neguem isso. Primeiro, Aécio e sua trupe foram ao TSE pedir a anulação do pleito. Depois, tentaram impedir a diplomação de Dilma. E desde então tentam o impeachment de todas as formas, sob qualquer argumento.

Um ano se passou, o Brasil vive uma tremenda e prolongada crise. Econômica e política. O novo governo de Dilma, já com um ano transcorrido, intimidado, não enfrenta esse oposicionismo a tudo e a todos. Mostra receio de fazer o enfrentamento e não manobra os instrumentos que detém para dizer a que veio.

Essa abstenção estimulou a formação adversária de Aécio, a direita mais atrasada, a mídia conservadora e setores do Ministério Público e da Polícia Federal. E de cambulhada chegaram os enlouquecidos pregadores do atraso, que postulam a volta dos militares em todos os espaços – tvs, rádios, jornais, revistas, ruas, restaurantes, hospitais, até velório.

Perdeu-se a compostura e o caminho ficou aberto para todo tipo de lixo. É a hora do cólera. A educação saiu da sala. Chegou a vez do ódio. Disseminou-se a cultura da imposição.

Como disse o poeta, perdeu-se o tempo da delicadeza. Perderam-se também muitas outras coisas, talvez definitivamente. O homem cordial já não tem ambiente para acertar o passo. A pressa da intolerância virou um atropelo, ganhou dimensões não imaginadas. Ficará um saldo de dissabores que a memória nacional terá dificuldades em erradicar.



EDSON MARTINS é jornalista.

foto

CLÁUDIO CUNHA

PRIMEIRA ETAPA

GRANDE HOSPITAL DO BARREIRO INÍCIO DO FUNCIONAMENTO ▶ DEZEMBRO DE 2015



100%
SUS

Depois de 70 anos, BH ganha um novo hospital municipal: o Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, também conhecido como Hospital do Barreiro. Como todo grande hospital, seu funcionamento vai acontecer em etapas. **AGORA EM DEZEMBRO, COMEÇA A FUNCIONAR O SETOR DE URGÊNCIA.** Os demais setores entram em operação gradativamente. Quando toda a estrutura estiver funcionando, a população de BH terá um dos maiores e mais modernos hospitais do Brasil.



SERÃO 449 LEITOS,
100% SUS



CAPACIDADE PARA 20 MIL
ATENDIMENTOS E
700 CIRURGIAS/MÊS



80 VAGAS NO CTI,
40 NA UNIDADE
DE ACIDENTE VASCULAR
ENCEFÁLICO E 16 SALAS
DE CIRURGIA



ENFERMIARIAS COM
O CONFORTO DE
APARTAMENTOS: APENAS
2 LEITOS POR UNIDADE



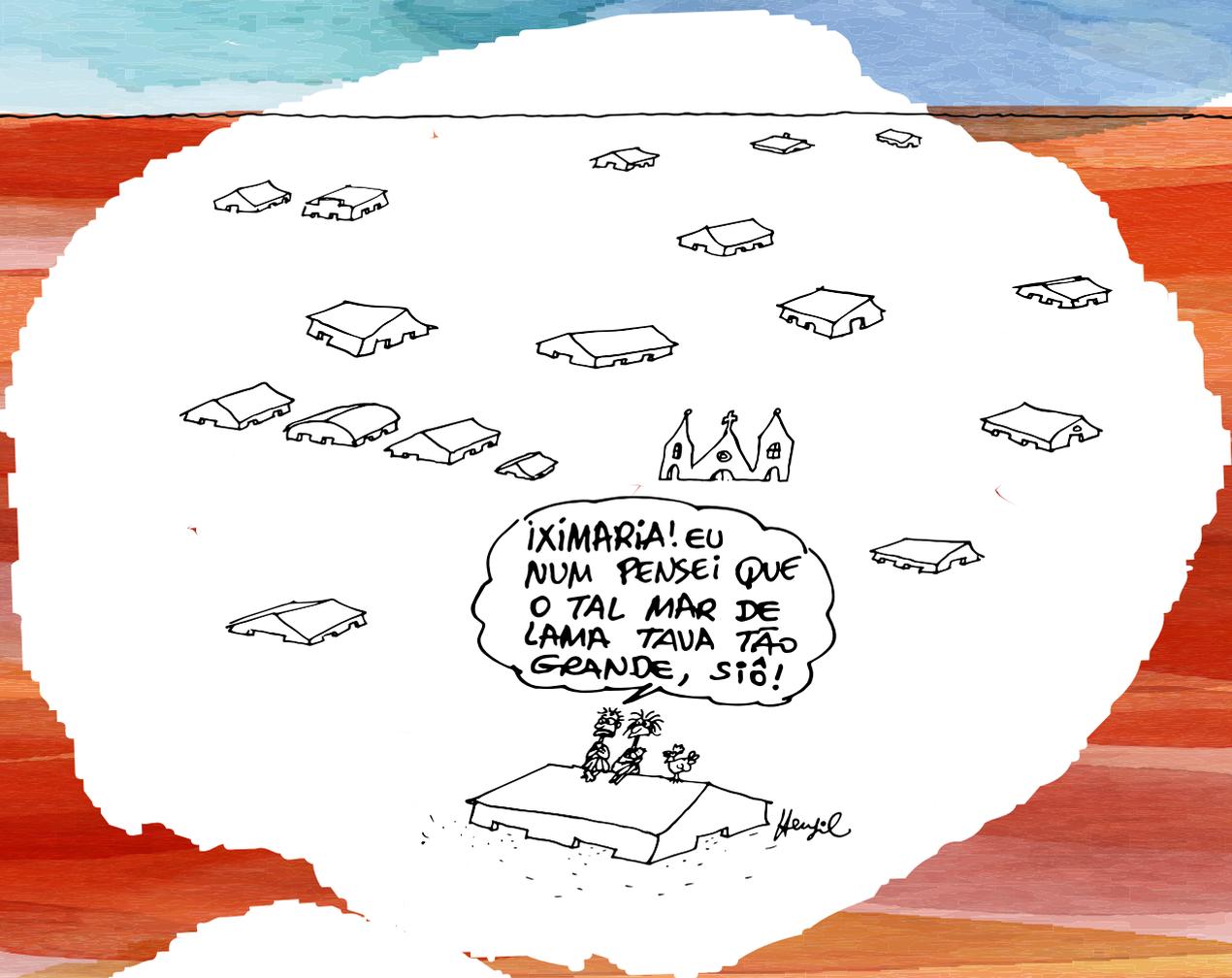
1.700 PROFISSIONAIS
DE SAÚDE, SENDO MAIS
DE 400 MÉDICOS

Passo a passo, a Prefeitura
faz uma **grande transformação**
na saúde em BH.



PREFEITURA
BELO HORIZONTE

NÃO PARA DE
TRABALHAR POR VOCÊ.



9º PRÊMIO DÉLIO ROCHA

2015 JORNALISMO DE
INTERESSE PÚBLICO

NOVIDADE: CATEGORIA CHARGE

CATEGORIAS
Televisão, Rádio,
Mídia Impressa,
Internet, Fotografia,
Universitário,
Melhor Charge em Impresso

**INSCRIÇÕES
PRORROGADAS ATÉ
31 DE JANEIRO DE 2016**

INSCRIÇÕES E REGULAMENTO
www.jornalistasdeminas.org.br

Realização:

Apoio:

